

ABRACICON

Publicação Trimestral da Academia
Brasileira de Ciências Contábeis

SABER

Controle Social:

O acompanhamento de convênios realizados entre o Governo federal e as organizações do Terceiro Setor



Academia

20º Congresso Brasileiro de Contabilidade reuniu cerca de 8 mil participantes

Exclusiva Abracicon

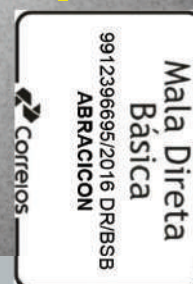
Olimpiadas: uma oportunidade ou uma ameaça para o destino turístico?

Perfil

Márcia Martins Mendes
De Luca

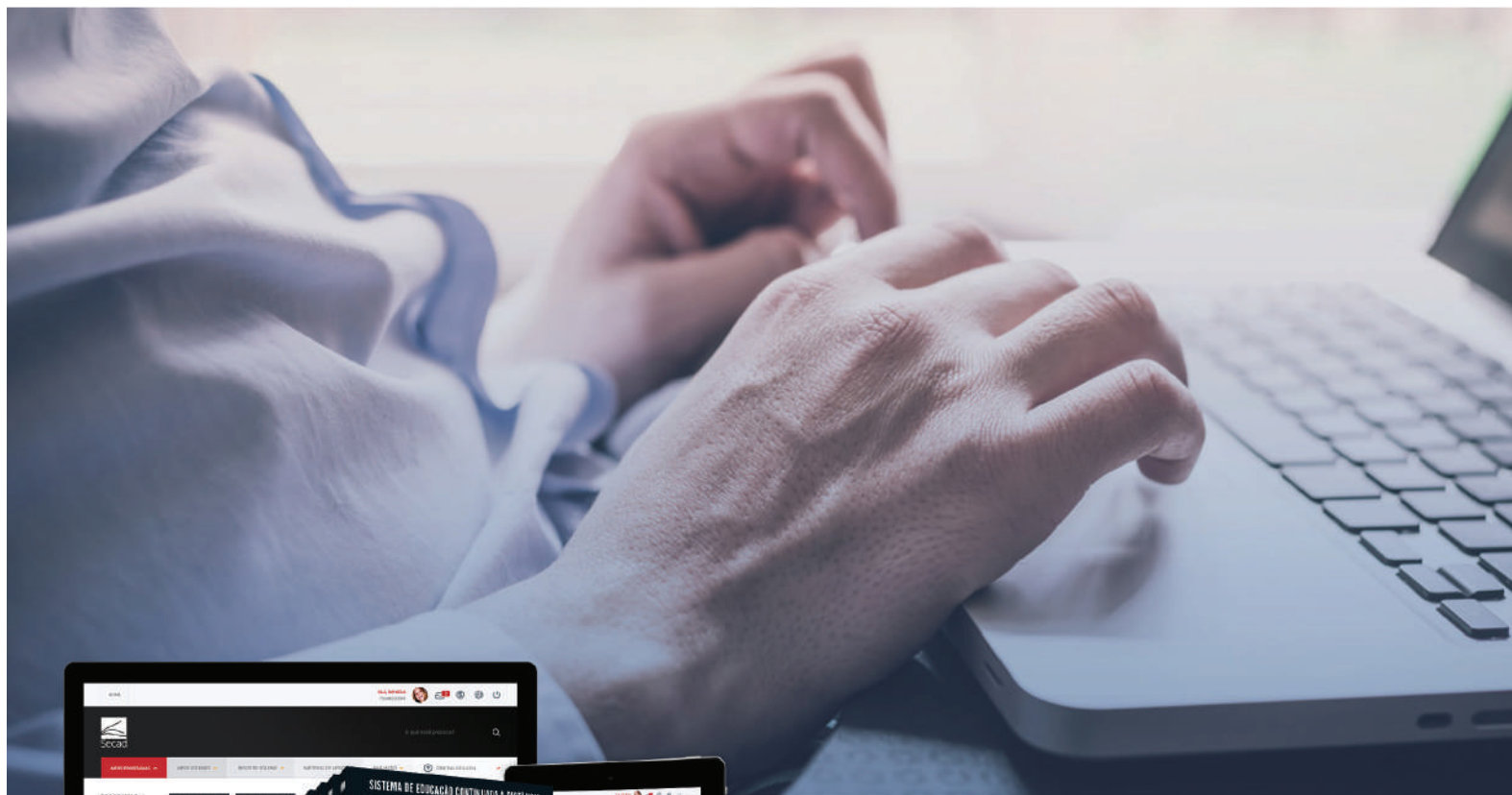


ABRACICON
ACADEMIA BRASILEIRA
DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS



**QUANDO O CONHECIMENTO
É ATUALIZADO, A SUA CARREIRA
TAMBÉM SE RENOVA.**

Chancelado pela



Conheça o **PROCONTAB** -
Programas de Atualização em
Contabilidade desenvolvidos
pelo Secad em parceria com a
ABRACICON, a maneira mais
simples para você se manter
sempre atualizado.



Desenvolvido por
**profissionais
renomados**



Receba o material
no seu endereço



Estude **onde,
como e quando**
você quiser



Acesso ao
Portal Virtual



Até **120 horas**
de atualização
profissional

 **Secad**

EXPEDIENTE

REVISTA ABRACICON SABER
EDIÇÃO Nº 17 – AGOSTO/SETEMBRO/
OUTUBRO 2016 ISSN: 2357/7428

Editor

Academia Brasileira de Ciências Contábeis
(Abracicon)

Endereço:

SAS - Quadra 05 - Bloco J - Edf. CFC, 4º
andar, CEP: 70.070-920 – Brasília (DF)

Contato:

(61) 3314-9453
abraciconsaber@abracicon.org.br

DIRETORIA DA ABRACICON Gestão 2014 a 2017

Presidente

Maria Clara Cavalcante Bugarim (AL)

Diretora de Administração e Finanças

Diva Maria de Oliveira Gesualdi (RJ)

Diretora Operacional

Marta Maria Ferreira Arakaki (RJ)

Diretor de Ensino e Pesquisa

Antonio Carlos Nasi (RS)

CONSELHO FISCAL Gestão 2014 a 2017

Membros Efetivos

Gaitano Laertes Pereira Antonaccio (AM)

Janir Adir Moreira (MG)

Washington Maia Fernandes (MG)

Membros Suplentes

Alcedino Gomes Barbosa (GO)

Nelson Machado (DF)

Irineu De Mula (SP)

Coordenadora do Conselho Editorial

Acadêmica Gardênia Maria Braga de Carvalho
- Dra.

Conselho Editorial

Acadêmico Alexandre Bossi Queiroz - Dr.

Acadêmico Elias Dib Caddah Neto - Ms.

Acadêmico José Antonio de França - Dr.

Acadêmico José Eustáquio Giovannini - Ms.

Acadêmico Vicente Pacheco - Dr.

Revisão:

Maria do Carmo Nóbrega

Projeto Gráfico, Redação e Diagramação

CQueiroz Comunicação – (81) 3429.5846

Gráfica:

Qualytá

Tiragem:

6.000 exemplares

Fotos:

Cedidas pelas Academias Regionais e
Abracicon

Permitida a reprodução de qualquer matéria,
desde que citada a fonte. Os conceitos
emitidos em artigos assinados são de
exclusiva responsabilidade de seus autores.

www.abracicon.org.br

Edição nº 17

Entre os animadores resultados registrados neste abençoado 2016, destaca-se, no terceiro trimestre, a realização do mais esperado evento da classe contábil brasileira, o 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade (CBC).

Ao leitor que continuamente nos prestigia, trazemos-lhe a informação de que o CBC foi um sucesso. Plena de êxito e recheada de grandes atrações e inesquecíveis momentos, esta edição magna considero-a "mais que especial": por ter acontecido na minha querida Fortaleza – cidade que adotei como minha casa – e por ter sido agraciada com a máxima honraria da profissão contábil, a Medalha João Lyra.

Como primeira mulher a receber tão importante láurea, agradeço, primeiramente, a Deus e, depois, aos integrantes do Sistema CFC/CRCs, que indicaram o meu nome entre tantos outros.

Durante esses quatro anos de pleno preparo para que tudo saísse à altura dos nossos profissionais, reunimos os maiores nomes da Contabilidade nacional e internacional, em um clima de confraternização e muita harmonia, viabilizando a plena transferência de conhecimentos aos nossos 8 mil congressistas e o acesso às mais avançadas correntes de pensamento do novo "fazer contábil".

Vibramos com os altos índices de satisfação de todos, principalmente pela aprovação da programação proposta; pelo alto nível das palestras magnas, *workshops*, painéis e fóruns; e pelo trabalho primoroso do Comitê Científico, tudo isso aliado aos encantos de Fortaleza. Essa é a grandeza e pujança da nossa classe contábil.

Nossos acadêmicos também lá compareceram em massa, participando do I Encontro das Academias, da ExpoAbracicon e do Cine Contábil Abracicon. O 20º CBC também abriu as portas para divulgarmos nossas publicações, a exemplo do lançamento da primeira edição da série "Resgate da Memória Contábil", com o livro João Lyra e Paulo Lyra - Contabilidade, História e Arte.



Maria Clara Cavalcante Bugarim

Presidente da Abracicon

O caro leitor poderá constatar nesta edição as diversas reuniões organizadas pelas Academias Regionais pelo Brasil afora, em uma clara demonstração de que todas elas, sem exceção, têm cumprido fielmente sua função precípua, qual seja a de promover o desenvolvimento das Ciências Contábeis e incentivar a produção acadêmica.

Entre os entrevistados, destaca-se o vice-presidente de Política Institucional do Conselho Federal de Contabilidade, Joaquim Alencar Bezerra Filho, que nos brinda com informações sobre a sua nobre vocação de representar a classe desde muito jovem; já a coluna Perfil traz a Márcia De Luca, nossa acadêmica, que narra um pouco de sua trajetória profissional; e o profissional de destaque é Paulo Viana Nunes, membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Contábeis e da Academia Norte-Rio-Grandense de Ciências Contábeis.

E o que dizer de nossos tradicionais artigos? Este número traz estudos que interessam não somente a profissionais da contabilidade, mas também a Governo e sociedade, como é o caso do Artigo Prime, intitulado "Controle Social: o acompanhamento de convênios realizados entre o Governo federal e as organizações do Terceiro Setor". Este é um artigo altamente esclarecedor quanto aos avanços relacionados aos mecanismos de acompanhamento e controle da execução das políticas públicas no Brasil, por meio da transparência na aplicação dos recursos públicos.

Tenham todos uma excelente leitura!

Matéria de Capa

37 Controle Social:
o acompanhamento de convênios realizados entre o Governo federal e as organizações do Terceiro Setor



Regionais



5 | Alacicon recebeu professores e alunos que tiveram artigos selecionados para o 20º CBC

Academia



14 | 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade reuniu cerca de 8 mil participantes

Jovem Profissional



22 | Ganhei as eleições? E agora? O que fazer?



A Voz do Estudante

25 | O curso de Ciências Contábeis e a importância do estágio para o conhecimento teórico aliado à prática



Especializando-se

27 | Os ganhos de cursar um Mestrado em Contabilidade na visão de um servidor público de uma instituição de ensino federal.

Perfil



76 | Márcia Martins Mendes De Luca

Exclusiva Abracicon



47

Olimpíadas: uma oportunidade ou uma ameaça para o destino turístico?

Indicações



78 | Livros

Alacicon recebe professores e alunos que tiveram artigos selecionados para o 20º CBC



Presidente da ALACICON recebe professores e alunos que tiveram artigos aprovados no 20º CBC

A presidente da Alacicon, Adriana Andrade Araújo, participou no dia 6 de setembro, de reunião com os professores e alunos que tiveram artigos selecionados para o 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, em Fortaleza-CE. O Encontro também contou com a participação da Comissão de Jovens Lideranças Contábeis do CRCAL.

Na reunião os contadores e professores Anderson de Almeida Barros, Alexandra da Silva Vieira e Fabrícia Gonçalves Cavalcante falaram sobre a emoção de terem o artigo intitulado "Resgate da Memória Contábil no Estado de Alagoas" aprovado para compor o livro "Resgate da Memória Contábil nos Estados Brasileiros".

Durante a pesquisa, foi descoberta a existência de um rico acervo dentro da sede do CRCAL, que precisa ser catalogado e apresentado aos profissionais. "É a história da Contabilidade em Alagoas que está viva", declarou o professor Anderson Barros.



Artur Lamenha e os alunos João Vinicius Santos Correia Melo, Maria Luciana Melo e Guilherme Lamenha recebem homenagem.

Homenagens – Professores e alunos que participaram do 20º CBC receberam da Alacicon e do CRCAL placas de homenagem. O contador e professor Carlos Roberto, que ficou em 2º lugar com o artigo "Habilidades Relevantes para a perícia contábil criminal: a percepção dos peritos e delegados da Polícia Federal", recebeu a homenagem das mãos da presidente da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim, e do presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho.



Contador Carlos Roberto dos Santos Filho (centro) recebe prêmio dos presidentes da Abracicon e CFC.

Abacicon no I Encontro das Academias de Ciências Contábeis

Durante o 20º CBC, a Abacicon foi uma das Academias que marcou presença no I primeiro Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis. Na ocasião estiveram presentes o presidente da entidade, Adeildo Osório de Oliveira, e seus acadêmicos, Wellington do Carmo Cruz (diretor Administrativo e Financeiro), Maria Constança Carneiro Galvão (diretora Operacional), José Antônio Moreira Icó da Silva e Sônia Maria da Silva Gomes.



Acadêmico da ACCE lança livro intitulado “Estado Mínimo”

O acadêmico da Academia de Ciências Contábeis do Estado do Ceará (ACCEC), contador Gerson Lopes Fonteles, lançou o seu livro “Estado Mínimo”. A síntese da obra pode ser lida em seu artigo, que traz titulação igual ao volume.

O autor percorre os caminhos da crise econômica, social e política, fazendo uma reflexão sobre a raiz do problema nacional está relacionada ao tamanho do Brasil que, de acordo com ele, “perde o foco das suas funções básicas: saúde, educação, segurança, relações exteriores e defesa, estas tarefas próprias do Estado mínimo, porquanto as demais, a



iniciativa privada faz melhor, com mais competência e eficiência”. Outro fator abordado considerado por ele causa primária da má distribuição de renda, reside na baixa qualidade da educação básica

e na inflação, agravada pela paternidade (para não ser preconceituoso, melhor dizer, “maternidade”) irresponsável entre os mais pobres, fazendo o “amor cada vez gerar” mais miséria.

Solenidade de posse aconteceu na Acaderncic



Tomou posse na Acaderncic, no dia 1º de setembro, a contadora e secretária-geral do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do

Norte, Marise Magaly Queiroz Rocha. A acadêmica ocupará a cadeira de nº 34, que tem como patrono, o imortal Carlos de Carvalho.

O evento contou com a participação de profissionais da contabilidade e servidores do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCERN).

V Simpósio



Realizado pela Acaderncic, o V Simpósio de Convergência Contábil com o tema: "Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público"

aconteceu no mesmo, no auditório da Escola de Contas do TCERN – Professor Severino Lopes. O evento contou com uma participação de 25 profissionais da conta-

bilidade e teve a colaboração dos ilustres expositores da área pública: Victor Maciel, Marise Magaly, Halcima Batista, José Jailson, Marcos César e Victor Holanda.

Apecicon na entrega da Medalha de Mérito São Mateus



O presidente da Apecicon, professor Francisco de Assis Galvão participou, na noite de 22 de setembro, da mesa de honra de um evento que teve como objetivo festejar o "Dia do Contador". O momento, realizado pelo CRCPE, reuniu profis-

sionais da contabilidade, estudantes do curso de Ciências Contábeis das Instituições de Ensino Superior (IES) de Pernambuco e autoridades locais, para uma palestra com o empresário Eduardo de Queiroz Monteiro, presidente do grupo EQM.

Na ocasião, 13 estudantes do curso de Ciências Contábeis das IES foram homenageados com a Medalha de Mérito São Mateus, e o professor Francisco Galvão esteve entre os que realizaram a entrega da comenda.

Presidente da Apecicon lança livro e faz noite de autógrafos



Na noite de 26 de outubro o professor Francisco de Assis Galvão recebeu amigos, estudantes e profissionais contábeis para uma noite de autógrafos e lançamento do seu nono livro "Intrigas e Ilusões", pela editora Nova Presença. O evento aconteceu na sede da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Regional Nordeste 2, em Recife-PE.

A obra – Intrigas e Ilusões é um romance de capítulos curtos e ágeis. Situado na fronteira de um romance policial e novela psicológica, com personagens aparentemente cotidianos que se transformam ao longo do texto.

ACCPR concede Comenda de São Mateus

Distinção criada pela Academia de Ciências Contábeis do Paraná (ACCPR) para homenagear personalidades que se destacam na área contábil, a 'Comenda de São Mateus' foi entregue no dia 27 de setembro ao professor e contador Dionísio Olicshevis. O profissional curitibano possui vasta atuação na área contábil, destacando-se como professor, palestrante em eventos da classe, advogado e militante em diversas instituições e projetos sociais.



Da esq para a dir.: Acad. Mário Elmir Berti (presidente da FENACON), Dionísio Olicshevis, Acad. Luiz Carlos de Souza (preside da ACCPR) e Dra. Luciana Olicshevis, esposa do homenageado.



A Comenda – Leva o nome de São Mateus, padroeiro da classe contábil. Foi concedida pela ACCPR a Sérgio de Iudícibus (professor da Universidade de São Paulo); Pedro Stainer Sobrinho (professor da Universidade Federal do Paraná); Maria Clara Cavalcante Bugarim (presidente da Abracicon e ex-presidente do CFC); Waldemar Ponte Dura (ex- conselheiro do CFC, representando o Paraná); e aos acadêmicos Orlando Rodrigues Teixeira, Ranoel de Souza Ribeiro, Edilton José da Rocha e Elyodi Werneck Andrade.

ACCRGS realizou Encontro de Professores e Coordenadores de Ciências Contábeis



Acadêmicos participam do Encontro Estadual de Professores e Coordenadores de Ciências Contábeis.

A Academia de Ciências Contábeis do Rio Grande do Sul (ACCRGS) realizou no dia 26 de setembro,

juntamente com o Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Sul (CRCRS), o Encontro Estadual de

Professores e Coordenadores de Ciências Contábeis, que ocorreu na Pontifícia Universidade Católica (PUC-RS).



A entrega do Diploma e Medalha, aos agraciados, foi feita pelos Acadêmicos Ana Tércia Lopes Rodrigues e Marco Aurélio Gomes Barbosa.

Durante o encontro, o CRCRS prestou homenagem "Mérito Docência Universitária" a professores de cursos de Ciências Contábeis das instituições de ensino do estado.

Os professores da Faculdade de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis da Universidade de Passo Fundo (UPF/Feac), Eloi Dalla Vecchia e Rosálvaro Ragnini, membros da ACCRGS, foram agraciados com a Medalha e Diploma, pelos 30 anos de dedicação ao ensino da Contabilidade.

Semana Acadêmica abordou Reforma Tributária, Educação Fiscal e Imposto Justo



Público lotou o Centro de Eventos da UPF, na noite de quinta-feira, 20 de outubro.

Os temas fizeram parte da pauta de evento realizado pela ACCRGS, no dia 20 de outubro, na Universidade de Passo Fundo, durante a XI Semana Acadêmica Integrada dos Cursos de Ciências Econômicas, Administração e Ciências Contábeis.

O convidado foi o Senhor Kleber Cabral, presidente da Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil (Unafisco), autor de diversos artigos e palestrante sobre a temática "Reforma Tributária".

Pela importância e relevância do tema, de interesse de todos os cidadãos, a Academia de Ciências Contábeis estendeu o convite às Entidades da sociedade organizada, e teve o apoio institucional e a participação da classe, envolvendo 29 entidades, sendo 9 realizadoras do evento e 24 apoiadoras.

Academia Paulista apoia Convenção Regional de São Bernardo do Campo

A Academia Paulista de Contabilidade apoiou a Convenção Regional dos Profissionais, Empresários e Estudantes da área contábil em São Bernardo do Campo, realizada pelo CRCSP nos dias 20 e 21 de outubro, na Universidade Metodista de São Paulo.

Os acadêmicos discorreram sobre Auditoria nas PMEs; Aspectos Fiscais e seus impactos com base nas normas contábeis; Compliance para Profissionais Contábeis: do Contrato à Execução e Empreendedorismo; e Gestão da sua Carreira.



A convenção reuniu centenas de profissionais da contabilidade que atuam nas áreas de Auditoria, Gestão, Tributos, Consultoria, Terceiro Setor,

Normas Contábeis, Compliance, Ética e Controladoria das Empresas de Pequeno, Médio e Grande Porte e da região do Grande ABCD.

Membros da Apicicon participaram do evento nacional em Fortaleza (CE)



O presidente da Academia Piauiense de Ciências Contábeis, Elias Caddah, além de diretores e membros da Apicicon, participaram do Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis, realizado no dia 13 de setembro, em Fortaleza. Com o tema "Educação, Filoso-

fia e Ética: comunicação interpessoal e o equilíbrio nas relações humanas", o evento ocorreu paralelamente ao 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade.

Durante o encontro a Abracicon fez o lançamento coletivo de obras publicadas pe-

los acadêmicos das Academias de Ciências Contábeis de todo o Brasil. Segundo Elias Caddah o encontro foi bastante proveitoso. "A convergência de experiências das Academias em prol do desenvolvimento da produção científica e do saber contábil é extremamente salutar", destacou.

Incentivo ao conhecimento marca 1º ano da Apicicon



Registro oficial do presidente, diretores e acadêmicos da APICICON logo após a posse, em 1º de dezembro de 2015

No dia 1º de dezembro de 2016, a Academia Piauiense de Ciências Contábeis celebra o seu primeiro ano de existência. Ao longo deste período, a Apicicon tem mantido seu principal compromisso: promover, divulgar e incentivar o desenvolvimento e estímulo ao conhecimento filosófico,

científico e tecnológico da ciência, aliada à importância de cultivar a memória daqueles que contribuíram para o aprimoramento desta.

Haja vista a importância, ascensão e valorização da contabilidade em nossa sociedade, a Academia também

se preocupa em firmar parcerias com Instituições de Ensino Superior, organizar e realizar eventos próprios e em conjunto com outras entidades da classe contábil piauiense, além da promoção de ações de Educação Continuada, tais como seminário, curso, treinamento e similares.

Academia investe na promoção de capacitações

Para uma plateia ávida por conhecimento, o especialista em Gestão Financeira com MBA em Controladoria e Auditoria Filemon Oliveira, ministrou capacitação sobre "Política de Remuneração de Sócios - Distribuição de Lucros, Pró-Labore e Demais Variáveis". O evento foi realizado em parceria com o IPOG no dia 21 de outubro, em Teresina.

Os cursos promovidos pela Apicicon têm chamado a atenção de contadores, administradores, profissionais das áreas financeira e jurídica, estudantes de Contabilidade e membros da Academia.



O especialista Filemon Oliveira ministrando capacitação para profissionais e estudantes em Teresina

Exposição "Contabilidade: um Balanço da História" passou pelo Piauí



Elias Caddah, presidente da Apicicon, durante o lançamento da exposição "Contabilidade: um balanço da história" na capital piauiense

Os piauienses tiveram a oportunidade de conhecer a evolução da profissão contábil no Brasil por meio da exposição itinerante "Contabilidade: Um Balanço da História". A mostra aconteceu de 28 de outubro a 17 de novembro em um shopping de Teresina, capital do estado.

Idealizado pela Abracicon e pelo CFC, o evento teve como parceiros a APicicon, o CRCPI, além das entidades contábeis piauiense. O lançamento da exposição foi prestigiado por profissionais contábeis, estudantes, presidentes de entidades e sociedade.

ASCC realizou homenagem aos 100 anos do professor José Amado Nascimento



Nos dias 26 e 28 de agosto a Academia Sergipana de Ciências Contábeis (ASCC), representada pela sua presidente, Maria Salete Barreto Leite, homenageou no Tribunal de Contas do Estado e na Academia Sergipana de Letras, um dos maiores nomes da contabilidade Sergipana e Nacional pelos seus 100 anos de existência, o professor

José Amado Nascimento. Na ocasião foi lançado um selo comemorativo pelos correios.

O TCE editou um livro com suas poesias e um filme foi apresentado, narrando a bela história de um dos fundadores do TCE de Sergipe e fundador da Academia Sergipana de Ciências Contábeis,

evidenciamos a sua importância nos estudos do pensamento contábil.

Saudado pelos presidentes do TCE, da Academia Sergipana de Letras, do Conselho Regional de Contabilidade e da Academia Sergipana de Ciências Contábeis, José Amado Nascimento foi um dos defensores da Teoria Patrimonialista.

20º Congresso Brasileiro de Contabilidade reuniu cerca de 8 mil participantes

Na noite de 11 de setembro, durante a abertura da vigésima edição do Congresso Brasileiro de Contabilidade (20º CBC), no auditório principal do Centro de Eventos do Ceará, os mais de 8 mil congressistas tiveram motivos de sobra para se emocionar, a começar pela apresentação de um vídeo em 3D sobre a história dos Congressos de Contabilidade ao longo dos anos e a evolução da contabilidade no Brasil.

Utilizando um personagem caracterizado como Santos Dumont, a história levou os congressistas a realizarem uma “viagem no tempo”, decolando com o “14 bis” e pousando, em 2016, na cidade de Fortaleza com um moderno avião, em uma analogia com a modernização da profissão contábil.

Um palco gigantesco acolheu além das autoridades representantes do poder público federal e dos estados, e de enti-

dades da classe contábil nacional e internacional – que compuseram a mesa de honra –, os presidentes dos 27 Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), os conselheiros do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e os detentores da Medalha João Lyra.

A presidente do Conselho Regional de Contabilidade do Ceará (CRCCE), contadora Clara Germana Rocha, anfitriã do evento, deu as boas-vindas agradecendo a presença dos profissionais e estudantes do 20º CBC e a hospitalidade da população de Fortaleza. Clara mencionou números que tornaram o 20º CBC o maior já realizado no País e atribuiu a grandiosidade do evento ao fortalecimento da classe nas últimas décadas. Ela também citou as 190 atividades técnicas que ocorrerão. “O que aprenderemos aqui nos próximos três dias, logo ensinaremos nas atitudes que praticamos no nosso trabalho”, destacou a presidente do CRCCE.

Os presidentes Juarez Domingues Carneiro, da Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), e José Martonio Alves Coelho, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), elogiaram a programação técnica e organização geral do Congresso.

José Martonio agradeceu a todas as entidades nacionais e internacionais que participam do evento e ratificou a importância do respeito mútuo alcançado pelas entidades do sistema contábil brasileiro. “Por meio dessa união de esforços conseguimos projetar a profissão no contexto mundial”, afirmou. Entre vários outros agradecimentos, Martonio Coelho mencionou o dedicado trabalho realizado por António Domingues de Azevedo, ex-presidente da OCC de Portugal, falecido no mesmo dia de abertura do 20º CBC, 11 de setembro.

O presidente do CFC destacou que um dos objetivos do Congresso é “plantar





a semente do conhecimento". Martonio Coelho ainda mencionou o lema do CBC – "Contabilidade: Transparência para o Controle Social" – e afirmou que o tema provoca reflexão sobre o quanto os profissionais da contabilidade são partícipes no resgate da credibilidade do País. Também mereceu destaque no discurso de Martonio Coelho a parceria firmada pelo CFC e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), garantindo a participação dos profissionais da área na prestação de contas do processo eleitoral.

Participaram da mesa de honra da cerimônia os presidentes, da Abracicon, Maria Clara Cavalcante Bugarim; do CFC, José Martonio Alves Coelho; da Fenacon, Mário Elmir Berti; da FBC, Juarez Domingues Carneiro; do Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (Ibracon), Idésio Coelho; da *International Federation of Ac-*

countants (Ifac), Olivia Kirtley; do Grupo Latinoamericano de Emisores de Normas de Información Financiera (Glenif), Felipe Pérez Cervantes; da Associação Interamericana de Contabilidade (AIC), Antonio C. Gomez Espiñera; além do presidente em exercício da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) de Portugal, José Carlos Marques; a presidente do CRCCE, Clara Germana Rocha; o governador do Estado do Ceará, Camilo Sobreira Santana; o ministro do TCU Augusto Nardes; o presidente do Tribunal de Contas do Estado do Ceará, Edilberto Pontes Lima; o presidente do Tribunal de Contas do Estado da Bahia, Inaldo da Paixão Araújo; o presidente do Tribunal de Contas do Estado de Alagoas, Otávio Lessa; o procurador do TCU, Paulo Bugarim; e os detentores da Medalha Mérito Contábil João Lyra, José Maria Martins Mendes, Antônio Carlos Nasi e Eliseu Martins.



Alguns Flashes da Abracicon no 20º CBC



Nota de Falecimento

Antônio Domingues de Azevedo



É com incomensurável pesar que esta Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon) lamenta o falecimento do presidente da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC), Antônio Domingues de Azevedo, ocorrido no dia 11 de setembro passado. Profundo conhecedor da Contabilidade e responsável pela aproximação de Portugal com o Brasil, Domingues chegou a elogiar os profissionais brasileiros como 'grandes colaboradores da profissão' e a presidente da Abracicon, Maria Clara Bugarim, destacando a hospitalidade e carinho com que era recebido pela contadora sempre que retornava ao Brasil. Na época, a entrevista foi concedida à jornalista Maristela Giroto para a edição n.º 5 da Revista Abracicon Saber.

“ Temos uma arma (Contabilidade) muito poderosa em mão, mas temos que saber usar na construção de uma sociedade melhor, mais humana, mais fraterna e mais feliz. ”

Antônio Domingues de Azevedo



Maria Clara Bugarim é a primeira mulher a receber a Medalha João Lyra

A noite que deu início ao 20º CBC entrou para a história e na ocasião, uma pessoa em especial era pura emoção: a presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim, que diante de uma plateia lotada, tornou-se a primeira mulher a receber a “Medalha de Mérito Contábil João Lyra” – mais importante comenda concedida a um profissional da contabilidade.

A escolha foi feita em eleição pelos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs), que apresentaram uma lista tripartite ao CFC, submetendo-a ao seu Plenário para votação. Maria Clara foi eleita por unanimidade.

Primeira mulher a receber a Medalha, Maria Clara vem acumulando, durante toda a sua trajetória profissional, importantes títulos que a transformaram em

uma das personalidades mais importantes do cenário contábil nacional. Em seu discurso, a contadora relembrou da sua trajetória na carreira. “Após três décadas de efetivo exercício na profissão, concluo que os grandes desafios me trouxeram até aqui e me abriram portas para galgar cada degrau na Contabilidade”, disse.

Nascida em União dos Palmares (AL), Maria Clara acumula grandes feitos, principalmente no âmbito das entidades de classe. Presidiu o Conselho Regional de Contabilidade de Alagoas (1998 a 2001), a FBC (2002 a 2005) e assumiu, pela primeira vez, em 60 anos, a presidência do CFC por duas gestões (2006 a 2009). Em prol da classe, a contadora alçou a contabilidade brasileira no cenário internacional; realizou o 18º CBC (2008); Encontros da Mulher Contabilista; promoveu a aproximação do CFC com instituições públicas e privadas, entre outras ações.

Atualmente, é presidente da Abracicon e controladora-geral do Estado de Alagoas. “A outorga dessa importante comenda me faz pensar na imensa responsabilidade que tenho para levar a Contabilidade no topo das profissões mais requisitadas no País”, afirmou. Já foram agraciados com a comenda os contadores José Martonio Alves Coelho, Eliseu Martins, José Maria Martins Mendes, Antônio Carlos Nasi, Ivan Carlos Gatti, Sérgio Aprobato Machado, Militino Rodrigues Martinez, Antônio Lopes de Sá, Olivio Koliver, Ynel Alves de Camargo, Zilmar Bazergue Vasconcelos, Ulisses Celestino de Goés e Hilário Franco.

Fonte: Comunicação CFC

Fotografe o QR code e acesse o Livreto Mérito Contábil João Lyra - Agraciada em 2016 - Maria Clara Cavalcante Bugarim



Homenagem

Durante um evento realizado pela Apecicon o acadêmico da regional Pernambuco, João Lopes Neto, prestou merecida homenagem à presidente da Abracicon, contadora Maria Clara Cavalcante Bugarim. Confira o texto:

Aprendendo para agir

(Texto adaptado)

Prezada professora acadêmica Maria Clara Cavalcante Bugarim,

Esta é a nossa homenagem de reconhecimento pela sua gestão como presidente da Abracicon e pelo esplendor de sua ampla visão do universo da profissão contábil no Brasil. A sua multifuncionalidade dignifica a pluralidade de talentos,

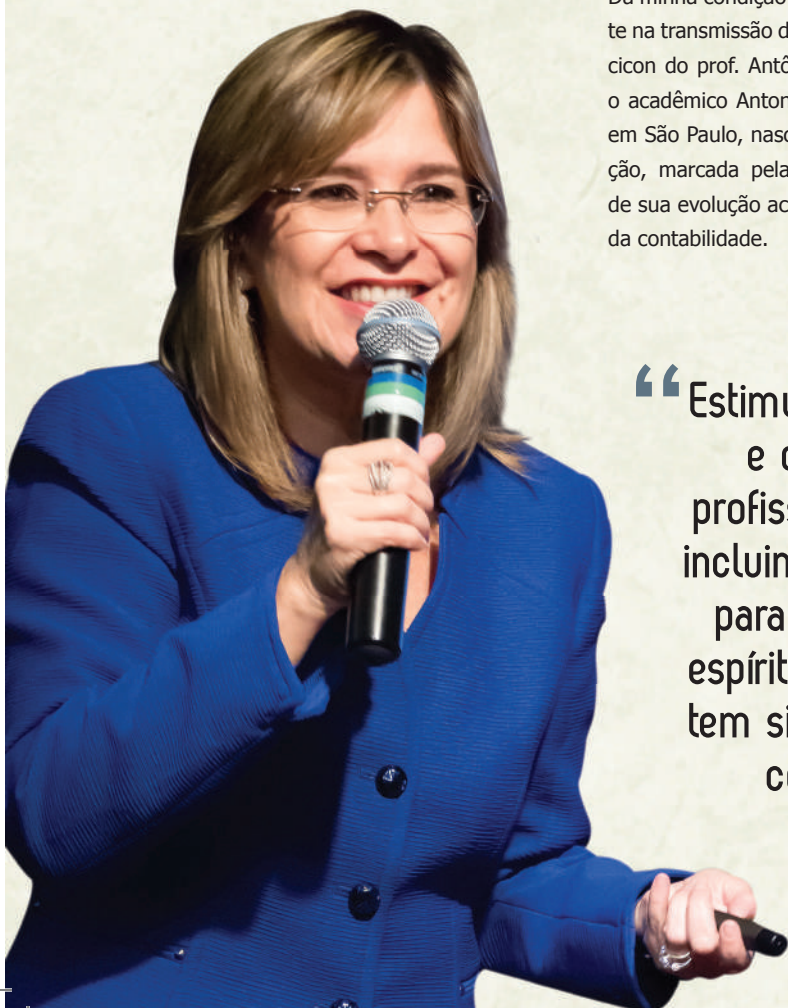
considerada como detentora de inteligências múltiplas, digna e merecedora da Medalha João Lyra Tavares em Fortaleza. Em Pernambuco, foi você a primeira acadêmica a receber a Medalha Francisco Ribeiro, instituída pela Apecicon em 25 de agosto de 2016, na gestão do presidente e acadêmico professor Francisco de Assis Galvão Barreto Pinho.

Da minha condição de acadêmico presente na transmissão da presidência da Abracicon do prof. Antônio Lopes de Sá para o acadêmico Antoninho Marmo Trevisan, em São Paulo, nasceu a nossa aproximação, marcada pela distinção sinérgica de sua evolução acadêmica e profissional da contabilidade.

Tudo isso fez com que você triunfasse com muito entusiasmo e responsabilidade à sua primeira conquista do magistério do amor, com a opção pelo caminho da luz. Na condição de superdotada, fez uso da inteligência espiritual, que nada mais é do que trabalhar a excelência do cérebro (lado Racional e o Emocional) como afirma Richard Bandler e John Grinder. A alegria não chega apenas no encontro do achado, mas faz parte do processo da busca.

Segundo Paulo Freire, ensinar e aprender não pode dar-se fora da procura e nem da boniteza e da alegria. Neste contexto, a sua opção pela pedagogia com uma boa metodologia, constituiu-se no processo

“Estimular com seriedade o crescimento e o desenvolvimento de todos os profissionais da contabilidade brasileira, incluindo a capacitação destes e o apoio para que melhorem os processos do espírito de equipes nas quais trabalham, tem sido o grande mérito de sua gestão como presidente da Abracicon.”



facilitador de um bom aprendizado com qualidade e segurança.

Tudo isso resulta sempre na superação dos objetivos e no seu 'empoderamento' do modo de agir como uma mulher superdotada, acima das demais metas.

Estimular com seriedade o crescimento e o desenvolvimento de todos os profissionais da contabilidade brasileira, incluindo a capacitação destes e o apoio para que melhorem os processos do espírito de equipes nas quais trabalham, tem sido o grande mérito de sua gestão como presidente da Abracicon.

Acolher a transparência de forma inequívoca em toda sua caminhada a serviço da responsabilização, da confiança e da melhoria do conhecimento das Ciências Contábeis, tem sido seu maior desejo. "Não importa o quão devagar você vá, desde que você não pare".

Assim, respeitando as diferenças individuais no pleno exercício de sua empatia, não mais prevalece a prepotência nas conexões interpessoais, até porque, doando o melhor de si sem cobranças de compulsório retorno, sempre acontece, como feliz resultado, uma fraterna convivência! Reconhecendo a importância do próximo é que se dá o primeiro passo para ser uma pessoa melhor. É o que você vem fazendo com sua peregrinação na disseminação das Ciências Contábeis no Brasil e no exterior.

A sua atitude de generosidade é amplamente reconhecida em todo segmento da classe contábil brasileira, pela qual é digna e merecedora desta nossa homenagem. A vitória não está unicamente conectada com o sucesso, mas também, com a plena sabedoria em analisar as causas que originaram o fracasso.

“ A sua atitude de generosidade é amplamente reconhecida em todo segmento da classe contábil brasileira, pela qual é digna e merecedora desta nossa homenagem. ”

Caminhar sem rumo é uma grande arte, visando, contudo, analisar a sua origem com a legítima intenção de renovar as atitudes com a firme esperança de seguir em frente no rumo certo ao caminho da perfeição.

"A nossa felicidade depende mais do que temos nas nossas cabeças, do que nos nossos bolsos". Logo SER FELIZ é ter coragem suficiente para analisar os próprios sentimentos, ativando o fiel compromisso de harmonizar as emoções na busca de conquistar a paz na consciência! SER FELIZ é jamais desistir de si mesmo, mantendo sempre o ideal de ativar a autoconfiança! SER FELIZ é assumir um fiel compromisso com Deus e com a própria consciência no sentido de aproveitar a bênção do tempo para enobrecer a alma e dignificar a própria existência.

Segundo Santo Agostinho, "enquanto houver desejo de lutar há sempre a esperança do sucesso".

O contador do futuro se identificará como aquele que será capaz de conciliar diferentes gerações em um mesmo ambiente de trabalho, extraindo o que cada profissional tem de melhor e equilibrando os potenciais individuais em função do bem-estar e da felicidade coletiva.

Parabéns, presidente!

João Lopes da Cruz Neto
Acadêmico da Apecicon



I Encontro das Academias e ExpoAbracicon marcaram o 20º CBC



No dia 14 de setembro a Abracicon, por meio da sua presidente, contadora Maria Clara Bugarim, realizou a primeira edição do Encontro Nacional das Academias de Ciências Contábeis e a ExpoAbracicon. Ambos os momentos ocorreram dentro da programação do 20º CBC.

No Encontro, os participantes assistiram à palestra "Educação, filosofia e ética: comunicação interpessoal e o equilíbrio nas relações humanas", ministrada pelo inspirador Gabriel Chalita. O profissional falou sobre como devemos nos comportar diante de situações adversas e abordou momentos do nosso cotidiano, que muitas vezes passam despercebidos e, em consequência disso, acabamos perdendo grandes oportunidades de felicidade e realização, uma palestra marcante, que encheu a platéia de emoção.

Já na ExpoAbracicon, o público conheceu um pouco mais da vida pessoal e profissional de Cláudio Vieira, autor do livro

"O mundo está ao contrário", que convive desde o nascimento com uma doença muitíssimo rara, a artrogrípse múltipla

congenita. Por causa dela, tem as pernas atrofiadas, os braços colados no peito e a cabeça totalmente virada para trás.



Acadêmica Gardênia Maria Braga de Carvalho



Professor Eliseu Martins



Acadêmica Jucileide Leitão e Acadêmica Maria Clara Bugarim no lançamento do livro "Contabilidade: História e vida"



O distúrbio, porém, não impediu Cláudio de completar o ensino médio e fazer faculdade de Contabilidade. Morador de Monte Santo, no sertão da Bahia, Claudio aprendeu a se locomover de joelhos e a fazer diversas atividades com a boca, como escrever, usar o computador e mexer no celular.

O momento seguinte da ExpoAbracicon foi a o lançamento coletivo de livros dos

acadêmicos da Abracicon, no qual cada autor foi chamado e sua obra exposta no telão. Destaque para o lançamento de mais uma obra publicada pela Abracicon, o Livro João Lyra e Paulo Lyra - Contabilidade História e Vida, que teve como autoras as acadêmicas Jucileide Ferreira Leitão e Maria Clara Cavalcanti Bugarim e foi a primeira obra do recém-lançado projeto Memória Contábil Abracicon.

Para finalizar o evento, membros da diretoria compareceram ao palco para tratar brevemente de assuntos, como as publicações.

Ao final, a presidente da Abracicon agradeceu a participação de todos os profissionais. "Vocês tomaram o momento especial e marcante, nos ajudando, mais uma vez, a realizar um evento da grandeza da classe contábil brasileira", conduziu Maria Clara Bugarim.



Acadêmicos participantes do Encontro das Academias

Ganhei as eleições: E agora? O que fazer?



Passadas as eleições de 2016, pelo menos na maioria das cidades de Brasil, inicia-se o período de transição de governo nas cidades onde não vai haver reeleição. Este período é crucial para o futuro governo poder conhecer a realidade de seu município e poder se organizar para assumir definitivamente sua administração em 1º/01/2017.

Desde o início da transição de governo, as principais informações a serem verificadas e conhecidas são originárias da contabilidade e o Contador é peça fundamental para seu fornecimento e interpretação.

O novo governo deve ficar atento os limites legais, tais como gasto com pessoal, saúde e educação, além de analisar a essência dos gastos quanto a sua real necessidade *versus* o seu benefício gerado ao município.

São dados e documentos imprescindíveis para esta análise:

1. Cópia do Plano Plurianual para o período 2014-2017;
2. Cópia da Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2017;
3. Projeto de Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2017;
4. Cópia de convênios de recursos recebidos e/ou repassados que estejam em execução, e seus respectivos anexos;
5. Relatório de gastos com pessoal do último quadrimestre encerrado;
6. Cópia dos projetos de leis de caráter financeiro em tramitação da câmara municipal;
7. Relatório anual de Controle Interno do exercício de 2015;
8. Relatórios periódicos emitidos pelo responsável, comissão ou Órgão Central do Sistema de Controle Interno, referente ao exercício de 2016;

9. Organograma da Prefeitura e, na ausência deste, listagem de todos os departamentos, divisões, setores e seções;
10. Relação de todas as Autarquias, Fundações e Empresas Públicas;
11. Lei que instituiu o Sistema de Controle Interno;
12. Decreto que regulamenta o Sistema de Controle Interno;
13. Lei que criou o cargo de Controlador;
14. Manual de Normas e Procedimentos;
15. Lei que fixou os subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários para o próximo mandato;
16. Relação de todos os precatórios devidos pelo Município na ordem cronológica de exigibilidade (ordem de pagamento);
17. Relação de todas as sentenças judiciais ou acordos judiciais devidos pelo Município na ordem cronológica de exigibilidade (ordem de pagamento);
18. Relação de todos os processos em tramitação no Poder Judiciário em que o Município figura como réu e/ou autor, inclusive com os prazos vencidos;
19. Relação de todos os processos administrativos internos em tramitação;
20. Relação dos projetos de lei em tramitação na Câmara Municipal;
21. Relação dos projetos de interesse do Município em tramitação na Assembleia Legislativa do Estado e no Congresso Nacional;
22. Relação dos programas, das subvenções, dos auxílios e das contribuições estaduais e federais que estão em fase de negociação com o Município;
23. Relação de todos os convênios firmados pelo Município em 2016 que terão vigência no exercício de 2017;
24. Leis que autorizam a concessão de contribuições para as diversas entidades, as quais não são adstritas a um exercício financeiro (Ex.: EMATER, Associação Microrregional de Municípios, Consórcio Intermunicipal de Saúde, etc.);
25. Leis de Adiantamentos e diárias de viagem;
26. Lei que define a Estrutura Organizacional do Município;
27. Lei Orgânica do Município e legislações complementares;
28. Regime interno da Câmara Municipal;
29. Relação de todos os servidores efetivos constando: matrícula, cargo, data de admissão, vencimento e lotação;
30. Relação de todos os servidores que têm parcelamentos descontados em folha de pagamentos constando: matrícula, nome, valor do desconto mensal e número de parcelas devidas;
31. Relação constando o número de cargos existentes e os preenchidos;
32. Cópia da última folha de pagamento constando nome, cargo ou função, local de trabalho, salário e valores totais;
33. Relação dos servidores em gozo de férias, destacando os que estarão de férias no mês de janeiro/2017;
34. Relação dos cargos comissionados de livre nomeação e exoneração (diretores, secretários, chefes de departamentos e assessores);
35. Relação de todos os servidores ocupantes de cargo em comissão, constando a matrícula, o cargo, a data de nomeação, o vencimento e a lotação;
36. Relação das funções gratificadas;
37. Relação dos servidores ocupantes de funções de confiança;
38. Lei de contratação por prazo determinado;
39. Relação dos contratados por prazo determinado;
40. Relação de contratados por prazo determinado em licença pelo INSS;
41. Relação dos servidores cedidos a outros órgãos;
42. Relação dos servidores cedidos por outros órgãos;
43. Relação dos servidores efetivos (concurados antes e após 05/10/88);
44. Relação dos servidores estabilizados pela CF, art. 19, ADCT (não concursados antes de 05/10/88);
45. Relação dos aposentados e pensionistas e respectiva fonte pagadora (Prefeitura Municipal / Regime Próprio de Previdência (se houver));
46. Relação dos servidores em licença sem remuneração;
47. Relação dos servidores em licença com remuneração;
48. Relação dos servidores em licença de saúde;
49. Relação de servidores em estágio probatório;
50. Avaliação periódica de desempenho dos servidores;
51. Avaliação por Comissão Especial dos Servidores em estágio probatório;
52. Relação dos servidores em disponibilidade remunerada;

53. Lei que trata da revisão geral anual, conforme determina o art. 37, inciso X, da Constituição Federal;

54. Plano de Cargos e Salários dos Servidores Públicos e do Magistério;

55. Lei que institui o Regime Jurídico;

56. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e do Magistério;

57. Lei que instituiu o Regime Previdenciário e o Fundo de Previdência se houver;

58. Resolução fixadora dos subsídios dos Vereadores e do Presidente da Câmara de 2017-2020 e Lei fixadora dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito e Secretários de 2017-2020.

Além disso, é importante ainda verificar as Leis municipais relacionadas:

- a) Ao uso e ocupação do solo;
- b) Ao parcelamento do solo;
- c) À regulamentação de edificações;
- d) Ao zoneamento urbano.
- e) Código Tributário Municipal (CTM) e demais leis relacionadas ao tema:

- Renúncia de Receita;
- Cadastro de imóveis, Cadastro Econômico e de Contribuintes;
- Dívida Ativa;
- Relacionamento com bancos.

Na área de Compras, Licitações e Contratos, checar também:



1. Relatório atualizado do cadastro de fornecedores;

2. Contratos para o próximo exercício;

3. Relação dos principais produtos e serviços consumidos no exercício de 2016;

4. Relação de veículos, máquinas e imóveis alugados;

5. Relação dos Serviços Terceirizados;

6. Relação dos contratos de obras ou serviços em execução, informando o que já foi;

7. Relação das concessões e permissões de serviços públicos vigentes;

8. Legislação e atos administrativos do Município sobre licitações e contratos;

9. Decreto que regulamentou o Registro de Preços, caso exista;

10. Decreto que regulamentou o Pregão, caso exista;

11. Informações sobre os procedimentos de licitação passíveis de prorrogação.

Já na área de Patrimônio, Almoxarifado e Frota de Veículos:

1. Relação de todos os bens móveis;

2. Relação de todos os bens imóveis;

3. Demonstração dos bens incorporados, desincorporados e reavaliados;

4. Inventário geral analítico dos bens em 31/12/2016, conforme a estrutura do balanço patrimonial, separando os bens móveis e imóveis por unidade orçamentária;

5. Relação dos estabelecimentos de ensino, postos de saúde, hospitais, terminais rodoviários, postos telefônicos, mata-douros, cemitérios, fábricas de manilhas, blocos e cerâmica e demais prédios pú-

blicos, com vistas a conhecer os prédios públicos municipais que deverão ser mantidos no exercício de 2013;

6. Relação contendo todos os almoxarifados do Município (central, da educação, da saúde - farmácia, obras, etc.), destacando o responsável por cada um;

7. Relação de todos os veículos (automóveis, motos, tratores, caminhões etc.) e máquinas;

8. Relação com todos os servidores públicos (motoristas e operadores de máquinas) que conduzem veículos e máquinas do patrimônio público.

Esses são dados e informações importante para o novo governo ficar subsidiados para tomada de decisão, tanto de definições de cargos, secretariado, nomeados e etc., quanto verificar a condição legal e financeira do município a fim de programar o plano de governo do candidato eleito em 02/10/2016.

Apesar de extenso, para o contador, lidar e interpretar todos esses emaranhados de papeis é tranquilo, por isso este profissional deve ser valorizado.



Daniel Gerhard Batista - mestre em Contabilidade, especialista em Administração Pública e graduado em Ciências Contábeis pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).

O curso de Ciências Contábeis e a importância do estágio para o conhecimento teórico aliado à prática

Entrevista realizada por Priscila Camila Gheno Propp, que é representante da região Sul na Comissão Nacional de Jovens Lideranças Contábeis do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

1. Por que escolheu o Curso de Ciências Contábeis?

A paixão pela Contabilidade surgiu no término do curso de tecnólogo em Logística Empresarial, cursado na ULBR. Ao ver minhas atividades do dia a dia, percebi que ali necessitava de alguns conhecimentos da área, por ela fazer parte como um todo, de uma empresa e de nossa vida pessoal.

2. O que você espera do curso de Ciências Contábeis?

Tudo o que mais espero é que ocorra o conhecimento teórico aliado à prática. Existe uma grande dificuldade de os acadêmicos conseguirem um estágio, pois, no momento da entrevista para ingressar na empresa, é exigido experiência na área. É necessário que as academias estejam bem atuantes no mercado de trabalho, firmando convênios de modo a facilitar o estágio. Mais isso não me faz desanimar. A determinação em persistir certamente fará com que atinja meus objetivos.

3. Como você vê o contador atual?

Profissional de caráter, transparência e ética, o qual, de forma competente, tem

“ É necessário que as academias estejam bem atuantes no mercado de trabalho, firmando convênios de modo a facilitar o estágio. Mais isso não me faz desanimar. A determinação em persistir certamente fará com que atinja meus objetivos. ”



o dever de controlar e administrar patrimônios, controlar pessoas no sentido de dar seguimento naquilo que é e será mais viável ao processo de cada conquista no mercado e na vida pessoal.

4. Quais as expectativas mediante a situação atual no Brasil e profissão contábil?

A situação brasileira neste período só vem confirmar algo já percebido durante toda a história da Contabilidade. À medida que a economia e as atividades empresariais se desenvolvem, as Ciências Contábeis evoluem de igual modo. Ocorre que, apesar das evoluções presenciadas nas últimas décadas, a qualidade da maioria dos profissionais da contabilidade brasileiros ainda está, infelizmente, inferior àquela exigida pelo mercado, especialmente em nível gerencial. Embora a contabilidade fiscal brasileira esteja entre as mais normatizadas e, até mesmo, desenvolvidas do mundo, a contabilidade gerencial (ou seja, aquela voltada à geração de informações para o usuário interno) ainda encontra-se em fase de amadurecimento.

“ Embora a contabilidade fiscal brasileira esteja entre as mais normatizadas e, até mesmo, desenvolvidas do mundo, a contabilidade gerencial (ou seja, aquela voltada à geração de informações para o usuário interno) ainda encontra-se em fase de amadurecimento. ”


5. Qual é seu sonho na área contábil?

Podemos sonhar, sim, mas precisamos aprender a sonhar o possível. Fazer com que o possível aconteça. O possível é algo que conseguimos atingir com esforço, dedicação, trabalho, amor, atenção, cooperação, comprometimento, objetivo e, acima de tudo, com felicidade durante o trajeto. Enfim ser bem sucedido.



Gladson da Silva Cumape - Graduando do 6º período do curso de Ciências Contábeis pela UNINORTE - Laureate International Universities - Amazonas, e membro da Comissão de Jovens Lideranças Contábeis do Amazonas.





Os ganhos de cursar um mestrado em Contabilidade na visão de um servidor público de uma instituição de ensino federal.

Por André Junior de Oliveira

No ano de 2008 após cursar uma especialização no estado de São Paulo, fiquei bastante motivado a continuar os estudos, visto que os professores eram muito bons, essa forma, morando no interior de MG, mais exatamente na cidade de Mantena tentei ingressar no programa de mestrado da UFBA, na cidade de Salvador (BA), com exatos 1.096 km de distância e, claro que fui na expectativa. Contudo minha nota na prova escrita não foi suficiente para o ingresso e tive que voltar à minha realidade do interior de Minas.

No mesmo ano, fiz um concurso para contador para a UFES - Universidade Federal do Espírito Santo e ingressei

como servidor. Diante do vislumbre que era morar em uma capital e das oportunidades de estudo, tentei entrar nos programas de mestrado da instituição, mas como as etapas se restringiam ao ANPAD, também não consegui.

No ano de 2011, fiquei sabendo do PPG-Cont da UFPR, e eram várias etapas, mas diante do desafio e até de uma oportunidade de passear na cidade que tanto gosto, prestei as provas e fui aprovado. Porém, o que era muita alegria também era motivo de preocupação, pois a Lei 8112/1990 permite o afastamento de servidores, mas depende do interesse da administração. Com as devidas autorizações, cheguei à cidade de Curitiba (PR),

definitivamente para cursar o mestrado em Contabilidade no dia 4/03/2012, e uma família de pessoas ligadas à religião da qual eu pratico me acolheu nesta fase inicial. A percepção que obtive a princípio quanto ao Programa era que teria uma bela oportunidade de aprendizado, mas que seria um tremendo desafio, uma vez que o programa demonstrou claramente que estávamos ali para estudar, e a dedicação deveria ser exclusiva.

A primeira impressão era que não seríamos capazes de concluir o curso, pois os professores são espetaculares; transmitem uma gama de conhecimento que até então não era de nosso conhecimento. A turma na qual estava inserido teve a



mesma sensação, de que todos estávamos no mesmo barco.

Morar fora de sua região tem a desvantagem, visto que é meio complexa a sensação de estar realmente fora do seu meio, mas era uma oportunidade de dedicação extrema aos estudos, embora tudo o que fosse feito parecia insuficiente diante das exigências do Programa ou em que até mesmo, de uma autocobrança, onde o nível desejado era o da perfeição, sabendo depois que isso era em vão, pois com mais calma, tranquilidade e esforço os resultados poderiam ter sido melhores.

As pessoas que você conhece, ou seja, as novas amigas, estas, sim, fizeram a diferença na minha estada, visto que desde alunos, professores, servidores da instituição sempre foram muito solícitos em todas as minhas necessidades. Com o tempo, entramos no ritmo e passamos a participar de congressos, eventos específicos da área, algo que até então novidades. Nestes congressos, conheci autores que só conhecia até então pelos livros uma oportunidade sem igual. As dificuldades ora encontradas vão dando lugar para uma alegria de ter este tipo de oportunidade, de estar em uma cidade onde seu povo é bastante educado, em-

bora seja um tanto reservado. Entendo que um pouco de reserva faz muito bem e aprendemos com o tempo que realmente era um excelente lugar para se viver.

No segundo ano, já estava morando em uma residência próxima da instituição, e dividindo apartamento com colegas do mestrado. Esta fase do curso julgo que era uma premiação dos sacrifícios, pois a dissertação, quando bem orientada, tende a ser muito bem executada, e tenho muita gratidão ao Professor Dr. Lauro Brito de Almeida, pois, em muitos momentos, não foi somente um orientador, mas um amigo, que meu deu tranquilidade para trabalhar; não me sufocou e tive grande satisfação de terminar o curso em 21 meses.

Assim que terminei o mestrado, deveria voltar para Vitória (ES), uma vez que a licença expirava nos meses seguintes e só pude ver a dimensão do que o curso me proporcionaria depois de certo tempo. Ingressei em minha instituição com mais criticidade, com um vocabulário mais amplo, além de ter aberto portas de trabalho em outros campos na área de educação.

Fui muito feliz em ter tido a oportunidade de cursar o mestrado em contabilidade

da UFPR momentos preciosos, pessoas maravilhosas e o melhor de tudo, o crescimento adquirido com certeza foi o mais importante de tudo que vivenciei. Portanto a distância não deve ser nunca um problema e, sim, uma oportunidade de crescimento, pois assim encarei grandes desafios e hoje me considero um vencedor.



André Junior de Oliveira é graduado em Ciências Contábeis pelas Faculdades Integradas Espírito Santense - Faesa (2004), especializado em Docência Universitária pelo Centro Universitário Adventista São Paulo (UNASP, 2009) e em Controladoria e Finanças pela Universidade Federal de Lavras (UFLA, 2009). Mestre em Contabilidade pela Universidade Federal do Paraná (UFPR, 2013) e atualmente ocupa o cargo de contador na Universidade Federal do Espírito Santo - (UFES, 2008) (Atual), estando cedido para a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) em regime de colaboração técnica



Teoria Contábil em entidades do Terceiro Setor

Por Advandro Felício de Castro

Leonardo da Vinci afirmou que “aqueles que se enamoram da prática sem o suporte da teoria são como navegadores que entram em um navio sem timão nem bússola, sem jamais ter certeza para onde caminham. Sempre a prática deve ser edificada sobre a boa teoria”.

Esse artigo tem como objetivo apresentar, de forma simples, a utilidade e a necessidade de se fundamentar a prática contábil em entidades do Terceiro Setor, no pressuposto da importância da Contabilidade como ferramenta de controle, gestão e transparência no uso dos recursos recebidos por doadores, associados ou governo. Ao final, apresentamos um estudo de caso em uma associação de servidores públicos.

As entidades que compõem a sociedade podem ser classificadas em três setores distintos. O Primeiro Setor é representado pelo Estado, no caso o Poder Público. O Segundo Setor é composto pelas empresas privadas, que têm finalidade lucrativa. O Terceiro Setor envolve uma diversidade de organizações sem fins lucrativos. De acordo com o Manual de Procedimentos para o Terceiro Setor (Conselho Federal de Contabilidade, 2015), o Terceiro Setor “é aquele que não é público e nem privado, no sentido convencional desses termos, mas que guarda uma relação simbiótica com ambos, na medida em que ele deriva sua própria identidade da conjugação entre a metodologia deste com as finalidades daquele. Ou seja, o Terceiro Setor é composto por organizações de natureza “privada” (sem

o objetivo do lucro) dedicadas à consecução de objetivos sociais ou públicos, embora não seja integrante do Governo (administração estatal)”.

A Contabilidade, por se tratar de uma ciência social, desempenha um papel primordial dentro das organizações, seja elas com ou sem fins lucrativos. No âmbito das entidades do Terceiro Setor, a atuação do profissional da contabilidade, além da formalidade dos procedimentos contábeis e fiscais adotados, também representa uma ação de cidadania, ao informar e demonstrar a transparência das movimentações financeiras ocorridas em entidades de cunho assistencial ou filantrópico. O contador deve estar consciente das suas responsabilidades perante as escritas contábeis assumidas nessa

área, que congrega as organizações que, embora não estatais, prestam serviços públicos sem visar ao lucro nos empreendimentos efetivados e, sim, o bem-estar social.

Não obstante, ainda persiste em nosso ambiente contábil, profissionais e empresas que veem a Contabilidade apenas sob a ótica fiscal e trabalhista, deixando de observar o grande campo de atuação e possibilidades que podem oferecer às empresas. Quando o tema é a aplicação da teoria contábil, tratamos da Contabilidade em toda sua extensão e áreas de atuação, reforçando aquilo que deve praticar essa ciência, qual seja: observar, anotar, arrumar, evidenciar e explicar tudo que acontece com o patrimônio, ou a riqueza, bem com o como e o porquê e, ainda, o que poderá acontecer, a partir de suas observações.

Conceitos como Gestão de Custos, Análise de Balanços, Auditoria, Demonstrações Contábeis Ampliadas, *Accountability* e *Compliance* fortalecem a Contabilidade como ferramenta de gestão e controle, propiciando aos diferentes interessados, informações para tomada de decisão. E isso vale para todas as entidades, podendo ser considerada uma questão de sobrevivência.

A Contabilidade vem passando por transformações ao longo do tempo, e isso passa não somente por mudanças de conceitos, forma de aplicabilidade ou entendimento legal, mas também por mudança de postura, organização de talentos e recursos. Cada dia mais, o mercado busca diversidade e qualidade de

profissionais que possam ser inovadores e criativos, que consigam fundamentar suas opiniões ou sugestões e que tenham senso crítico diante de situações adversas. Mas para que isso se realize, é de suma importância uma base educa-

“ Cada dia mais, o mercado busca diversidade e qualidade de profissionais que possam ser inovadores e criativos, que consigam fundamentar suas opiniões ou sugestões e que tenham senso crítico diante de situações adversas. ”

cional que consolide conceitos e os princípios fundamentais da contabilidade. A intelectualidade é pré-requisito do mercado moderno, na busca do diferenciado, aquele que consegue converter o grande conhecimento teórico em imenso resultado prático.

Sob essa acepção, existe um amplo mercado que é pouco explorado: o das entidades do Terceiro Setor, composto por fundações, entidades beneficentes, fundos comunitários, entidades sem fins lucrativos, organizações não governamentais, associações, partidos políticos, entre outras. Essas entidades têm objetivos e propósitos diferentes, mas muitos gestores não têm conhecimento da importância da Contabilidade no seu dia a dia, focando e gerindo suas receitas e despesas apenas por meio da visão financeira de fluxo de caixa. Alguns não acreditam na necessidade de uma assessoria contábil, talvez pelo fato de não entenderem ou compreenderem a importância da Contabilidade para suas instituições. Muitos, inclusive, não sabem que, para receberem a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), precisam de transparência contábil.

Vale ressaltar que, para uma entidade sem fins lucrativos, uma gestão contábil completa e consistente é até mais necessária que em uma empresa privada. Nesta, se o proprietário prescinde da boa contabilidade, o problema é dele e de seus sócios, sendo que a falta de lucros pode até quebrar a empresa. Sem embargo, em uma entidade sem fins lucrativos, os prejudicados são o conjunto de associados ou a própria sociedade, uma vez que a empresa não visa ao lucro e, sim, um benefício filantrópico ou social. Aqui, os resultados auferidos têm propósitos distintos das empresas privadas, pois o superavit obtido é revertido para a própria associação, na melhoria de seus objetos e no aumento da sua capacidade institucional.



Estudo de Caso – Praticando a Teoria

A ssociação é a forma pela qual certo número de pessoas, ao se congregarem, coloca em comum serviços, atividades e conhecimentos em prol do mesmo ideal, objetivando a consecução de determinado fim, com ou sem capital e sem intuítos lucrativos. Pode ter finalidade: a) altruística - associação beneficente, esportiva ou recreativa; b) egoística - associação literária, associação de colecionadores; e c) econômica não lucrativa - associação de socorro mútuo, associação de bairro. (MANUAL DE PROCEDIMENTOS PARA O TERCEIRO SETOR, CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE, 2015).

Como forma de exemplificarmos nosso estudo, vamos citar o caso real de uma Associação de Servidores Públicos (ASP), localizada na região Sudeste, cujo nome omitiremos, onde não se praticava a teoria e muito menos uma prática contábil adequada.

Essa associação, tinha uma gestão focada apenas em resultados financeiros, através da análise simplória de fluxos de caixa de recursos, com o controle de entradas e saídas. Apesar de contarem com um orçamento vultoso com receitas anuais superiores a R\$600.000,00, ativos superiores a R\$14.000.000,00, mais de 1.500 associados, imóveis alugados para terceiros e a gestão de um estacionamento, um restaurante com lanchonete, um espaço sociocultural (academia) e uma videolocadora, a entidade tinha uma gestão contábil praticamente inexistente, realizada por uma empresa terceirizada que se limitava a preencher guias e, mesmo assim, com algumas impropriedades. Ou seja, uma contabilidade distante da associação onde não ocorriam reuniões para adiscussão de temas como planejamento orçamentário, análise patrimonial, levantamento correto da base de cálculo dos impostos e integração com o departamento jurídico para pontuação dos temas de grande relevância dos departamentos pessoal, fiscal, contábil

e gerencial. Enfim, fazia-se uma contabilidade simplória e básica, porém com honorários cobrados a preço de mercado.

Com uma mudança na gestão da Associação, a nova diretoria sentiu a necessidade de informações contábeis confiáveis, que pudessem subsidiar uma tomada de decisão precisa, fundamentada em números e indicadores. Buscou-se implementar uma nova filosofia de trabalho e, para isso, foi contratado um novo escritório de Contabilidade, com uma proposta de atuação além da tradicional formal/fiscal/burocrática.

“ Com uma mudança na gestão da Associação, a nova diretoria sentiu a necessidade de informações contábeis confiáveis, que pudessem subsidiar uma tomada de decisão precisa, fundamentada em números e indicadores. ”

Foi proposto um escopo de trabalho com os seguintes temas: elaboração de relatórios gerenciais, gestão de custos do restaurante e da lanchonete, elaboração frequente de indicadores de gestão, reuniões periódicas com os gestores da Associação, participação do contador nas assembleias de associados para explicações contábeis e de resultados, co-

locação de um funcionário do escritório de contabilidade dentro da entidade, em um turno, para acompanhamento contínuo dos trabalhos, solucionando dúvidas contábeis de forma imediata e revisão da gestão tributária, em especial os cálculos do PIS E Cofins.

Todos os pontos apresentados são de competência exclusiva do contador, que, considerando todo um referencial teórico e sua experiência prática, começou a desenhar um novo cenário para os gestores da Associação, inicialmente com aplicação de estudos preliminares do objetivo da associação para o correto enquadramento tributário, permitindo o cálculo dos impostos devidos e créditos dos impostos porventura pagos indevidamente e revisão do cadastro de produtos para enquadramento correto das alíquotas estaduais e federais, análise dos contratos de locação referente aos imóveis próprios alugados a terceiros com os propósito de definir sua base de cálculo dos impostos e proposta para implementação de um novo sistema de controle baseado no *Enterprise Resource Planning*, visando assegurar a transição e confiabilidade das informações contábeis. O quadro a seguir compara a situação inicial encontrada e a situação presente, após a implantação de uma moderna gestão contábil/financeira.



ANTES

Contabilidade feita pelo Regime de Caixa.
 Não existia um plano orçamentário.
 Não se elaboraram indicadores de gestão e de resultados.
 Apuração da Cofins de forma equivocada.
 Consultorias realizadas sem registro formal e sem assessoria do departamento jurídico.
 Os colaboradores da associação não tinham conhecimento sobre visão contábil; Limitavam-se ao ponto de vista financeiro.
 Distanciamento da Contabilidade junto a Direção e os funcionários.
 Distorção de valores encontrados no Sistema da Contabilidade, comparado a valores produzidos pelo Sistema Interno da Empresa.
 Falta de contabilização das provisões de Férias e encargos, 13º salários e encargos no Passivo Circulante e Demonstrações de Resultado do Exercício.
 Falta de contabilização e controle do ativo fixo e depreciação mensal, distorcendo a veracidade do balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício
 Realização dos pagamento e acompanhamentos dos recebimentos sem critério definido.
 Falta de contabilização das receitas financeiras, IOF e IR retido na fonte.

DEPOIS

Contabilidade pelo Regime de Competência.
 Plano orçamentário trimestral/anoal.
 Indicadores de Liquidez/Atividade/Endividamento e Rentabilidade.
 Revisão da Base de Cálculo dentro dos preceitos legais estabelecidos pela 10.833/2003 que trata das receitas isentas e tributáveis e os créditos permitidos.
 Consultorias realizadas de forma escrita, através de e-mail, com cópia para a direção. Todas as respostas possuem fundamentação legal, com respaldo jurídico e apresentadas em encontros pessoais para discussão.
 Explicação das diferenças entre visão contábil e financeira, com propósito de elucidar sua importância para transparência da gestão.
 Participação conjunta com a Direção e os funcionários, tratando os assuntos de forma clara e objetiva.
 Conciliação contábil diária; alinhamento dos sistemas contábeis com o sistema interno e apontamentos de divergências e forma de solução.
 Contabilização das provisões legais sobre a folha, de acordo com relatórios analíticos da folha individual por centro de custos.
 Proposta de levantamento de todo ativo fixo, para correta apropriação das depreciações mensais, demonstrando um balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado do Exercício Real.
 Elaboração de um Fluxo de Caixa diário, com levantamento das Receitas e Pagamentos previstos, com visto da direção diariamente.
 Levantamento das Receitas Financeiras, efetivação e recolhimento das retenções na fonte e contabilização do IOF e IR.

Fonte: elaboração própria.

Como se percebe, a contabilidade passou a ter um papel fundamental na gestão da Associação, melhorando a qualidade, a tempestividade, a confiabilidade e a transparência das informações. Destaque para uma economia significativa quanto ao cálculo e apuração da Cofins, pois, além do reconhecimento de receitas que não estavam sendo consideradas na base de cálculo, houve o aproveitamento dos créditos referentes às compras e serviços relacionados à atividade do restaurante e da lanchonete, possibilitando o cálculo de forma correta e, conseqüentemente, uma significativa economia financeira para os cofres da associação. Outro ponto interessante está relacionado à contabilização das provisões de férias e 13º salário e a depreciação dos ativos fixos da associação, procedimentos que não eram realizados e que com suas aferições e contabilizações permitem um Balanço Patrimonial e Demonstração de Resultado transparente e verdadeiro. Essas

informações geradas pela Contabilidade permitem aos diretores que tomem decisões corretas e fundamentadas, além de demonstrar credibilidade e segurança aos associados.

Todo o trabalho desenvolvido foi lastreado na aplicação de uma Contabilidade eficaz, coerente com os princípios contábeis e feita de forma personalizada para o cliente, com intuito de demonstrar a realidade patrimonial da entidade, através de uma linguagem simples para a Direção, mas sem prejuízo da fundamentação teórica, objetivando evidenciar todas as informações contábeis e sem perder a valorização profissional que o Contador merece.

Enfim, é importante que a classe contábil preste mais atenção às entidades do Terceiro Setor, como possibilidade de trabalho, como entidades que possibilitam boas oportunidades de atuação, propi-

ciando a valorização do profissional da contabilidade, a partir do momento em que se entende que o que é pago por esse serviço não é um gasto, mas sim, um investimento que pode gerar crescimento com prosperidade. Quando o contador está disposto a aplicar toda a gama de conhecimentos adquiridos nos bancos escolares e em seus estudos, existe um mercado de trabalho infinitamente promissor.



Advandro Felício de Castro é contador, pós-graduado em Auditoria Externa. Professor Universitário e sócio-proprietário da Castro & Damasceno Serviços Contábeis.



Ensino superior que faz a diferença no Amazonas

Por Lucilene Florêncio Viana

1. A Faculdade

A Faculdade DeVry/Martha Falcão-DeVry/FMF é uma instituição particular de ensino superior do Amazonas que atua no ensino superior de graduação e pós-graduação. Iniciou suas atividades no ano 2000 com os cursos de Administração de Meio Ambiente, Administração Financeira e Pedagogia. Conta com cursos de graduação em três unidades na cidade de Manaus e cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu* nas áreas de Gestão e Negócios, Comunicação e Design, Meio Ambiente, Direito e Educação. Em 2014, passou a integrar o grupo educacional DeVry Brasil, o que proporciona aos alunos uma série de benefícios e programas, como intercâmbio para os EUA e curso de inglês subsidiado.

Dessa forma, a Faculdade DeVry/Martha Falcão passou a fazer parte de uma rede, tornando-se mais um elo brasileiro do grupo norte-americano, *DeVry Education Group*, um grupo provedor global de educação fundado há mais de 85 anos e está presente em 55 países por meio de

suas instituições. A *DeVry Group* é a organização-mãe da *DeVry Educacional do Brasil*, *DeVry University*, *Keller Graduate School of Management*, *Becker Professional Education*, *Carrington College*, *Chamberlain School of Nursing*, *Ross University School of Medicine* e *American University of Caribbean School of Medicine (AUC)*, *Ross University School of Veterinary Medicine*.

A faculdade conta com 3.130 alunos ativos em cursos de graduação em diversas habilitações que estão na grade de ensino ativa, nas modalidades de bacharelado, licenciatura e cursos superiores de tecnologia, entre as quais: Administração, Ciências Contábeis, Engenharia de Produção, Engenharia Civil, Engenharia Mecânica, Engenharia Elétrica, Engenharia Ambiental e Sanitária, Arquitetura, Design, Direito, Pedagogia, Psicologia e Comunicação Social (Jornalismo e Publicidade e Propaganda), Serviço Social, CST em Design de Interiores, em Gestão de Recursos Humanos, em Gestão da Qualidade, em Gestão da Produção Industrial, em Processos Gerenciais, em

Gestão da Tecnologia da Informação, em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, em Marketing, em Logística e em Construção de Edifícios.

A DeVry/FMF procura em sua missão de ensino, pesquisa e extensão nestes diversos cursos, possibilitar um serviço educacional de qualidade, confiança, estrutura e atendimento diferenciado aos alunos, afinado com os anseios e necessidades de qualificação para a região e para o país. Destaca-se a preocupação da instituição com a integração social dos cursos com a comunidade, bem como, com o equilíbrio do ecossistema, mormente no trato do desenvolvimento sustentado, a preservação da fauna e da flora.

Com a cultura organizacional de entrelaçar o aprendizado com a sociedade em que os futuros profissionais se inter-relacionarão, o Grupo DeVry e a Faculdade têm o propósito de empoderar os alunos para que atinjam seus objetivos educacionais e de carreira. E todas suas ações são guiadas por valores denominados TEACH: Trabalho em equipe, Energia,

Apropriação, Comunidade e Coração, o que levou a Instituição a obter o índice 03 no IGC, indicador de qualidade que avalia as instituições de educação superior.

2. O Curso de Ciências Contábeis

O curso de Ciências Contábeis é ofertado na unidade principal da instituição em duração regular de 8 semestres, sendo oferecido pela manhã e à noite. O curso possui propósito de ofertar aos discentes não só o título de bacharelado, mas, sobretudo, a capacidade, habilidades técnicas e cognitivas interdisciplinares sobre a função e atividades do profissional desta área, que é responsável por compartilhar com os demais dirigentes das empresas dados indispensáveis para tomadas de decisões estratégicas, como metas de crescimento e aplicação de investimentos; forma profissionais aptos para o mercado para atuar com perícia, *controller*, auditoria, escrituração contábil, análise de demonstrações e relatório financeiros, e ainda a formação de analistas de controle e auditores fiscais de tributos.

Com 360 alunos matriculados regularmente, o curso conta com infraestrutura completa, laboratórios equipados e corpo docente formado por mestres e doutores, com vasta experiência no mercado de trabalho, oferecendo um ensino de qualidade para que os estudantes aliem teoria e prática e tenham grandes experiências no âmbito acadêmico que os preparem para um



futuro de sucesso. Já a coordenação do curso está a cargo da professora Lucilene Florêncio Viana, mestre em Contabilidade e Controladoria pela Universidade Federal do Amazonas, Controladora-Geral do Município, e Vice-Presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade.

A estratégia de ensino-aprendizagem inclui: estudos de caso, vivência de organização contábil, exercícios essenciais na formação de futuros líderes corporativos e CEOs. Para tanto, o curso possui uma matriz curricular adaptada às novas normas internacionais de contabilidade, com disciplinas que promovem a formação do aluno por meio de disciplinas em níveis sucessivos de conhecimentos.

Nesta matriz, em um nível introdutório, o aluno tem acesso ao conhecimento

sobre os fundamentos da empresa e de ciências. Em nível intermediário, o aluno tem contato com educação estratégica e matérias a nível empresarial. No nível mais elevado, o aluno é capacitado na prática para assumir habilidades profissionalizantes em disciplinas como: Contabilidade Avançada, Contabilidade com Temas Contemporâneos, Controladoria e Área Tributária.

O curso foi avaliado pelo MEC com o conceito 05 do Inep na última aferição em 2015. E pelo Guia do Estudante da Revista Abril possui uma classificação atual em 3 estrelas.

3. Ações/Atividades com alunos

Três atividades do curso de Ciências Contábeis são descritas a seguir como exemplos de inter-relacionamento ensino x comunidade, com ações que fazem a diferença no compromisso social da faculdade: o primeiro é o projeto de apoio ao envio da declaração de imposto de renda da pessoa física; o segundo é a campanha de responsabilidade social multidisciplinar; por último, o projeto de demonstração de um escritório-modelo de contabilidade a alunos do ensino médio.

3.1 Projeto Atendimento Público Externo para Auxílio ao Preenchimento/Envio da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física 2016.

Desde 2008, a Faculdade desenvolve o projeto de Atendimento ao Público Exter-





no para Auxílio ao Preenchimento/Envio da Declaração do Imposto de Renda Pessoa Física. O grande objetivo é ajudar a população a agregar valor à capacitação profissional dos acadêmicos, visto que assim têm a oportunidade de evidenciar, na prática, o exercício profissional.

Desta forma, este ano, no período de 8 de março a 29 de abril, os alunos e professores do curso de Ciências Contábeis da Faculdade DeVry/Martha Falcão, em Manaus, realizaram o projeto atendendo gratuitamente aos contribuintes que desejavam declarar o Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) 2016.

Assim, com auxílio do Professor Msc. José Rezende Dantas, facilitador e coordenador da ação, e com o apoio de 20 alunos da faculdade do curso de Ciências Contábeis, o serviço foi aberto à população realizado nas dependências da instituição nos seus laboratórios de informática. O programa do Governo federal foi baixado em 60 computadores da instituição.

O público atendido (de todas as camadas etárias, de renda e níveis sociais) com-

pareceu para tirar dúvidas e consultas, finalizando os atendimentos com a elaboração e envio da declaração, que, em 2016, alcançou o número de 346 declarações processadas e enviadas ao Fisco federal. Tudo resultou na arrecadação de 271kg de alimentos não perecíveis, doados como contraprestação pelos contribuintes atendidos, reafirmando as ações de responsabilidade social do Grupo DeVry. Estes alimentos foram distribuídos posteriormente a duas instituições filantrópicas de Manaus.

Em contrapartida, os alunos receberam horas complementares na faculdade proporcionais às horas de serviços à disposição no projeto, além de compartilhar a experiência prática da educação contábil fiscal atrelada à teoria da disciplina correlata. Os alunos ainda foram agraciados com um certificado de participação.

3.2 Projeto Semana da Responsabilidade Social

A Faculdade DeVry/Martha Falcão por meio de seus alunos e colaboradores promove anualmente o projeto "Semana

da Responsabilidade Social", que beneficia com doações diversas instituições filantrópicas e abrigos de Manaus, bem como presta atendimentos à comunidade manauara com: doação de sangue, medições cardíacas e de glicemia, avaliação física, café da manhã para idosos, corte de cabelo, visitas a abrigos, entre outros auxílios e serviços com o público atendimento pelas entidades.

O objetivo da campanha é despertar na comunidade acadêmica a responsabilidade social; contribuir para a redução das desigualdades sociais; preservar a cultura e o meio ambiente; e envolver o corpo discente, docentes e funcionários.

Os alunos de Ciências Contábeis participaram em 2016 do movimento doando alimentos, fraldas, brinquedos, etc, em uma ação interdisciplinar com outros cursos de engajamento social. Somando-se a todos os cursos da faculdade, foram 850 fraldas obtidas e doadas pelos alunos à Sociedade São Vicente de Paulo, que atende atualmente 26 idosos na capital do Amazonas. Além disso, uma boa quantidade de brinquedos e roupas foi entregue à Fundação Geraldo Pio Souza, creche que atende gratuitamente mais de 130 crianças carentes na Cidade de Manaus. No total, 26 instituições caritativas, de atendimento de crianças, deficientes físicos e idosos, foram contempladas em Manaus com as arrecadações e serviços oferecidos.

Esta ação recebeu o selo Instituição Socialmente Responsável pela adesão ao Dia da Responsabilidade Social, concedido pela Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES).



Essa certificação ratifica o comprometimento do grupo com o comportamento ético e com a contribuição para o desenvolvimento econômico e social da sociedade.

3.3 Projeto Escritório-modelo de Contabilidade "A arte de contabilizar" – Projeto E-DAY

O Projeto E-Day é uma experiência criada pela Faculdade para possibilitar o contato do estudante à realidade da sua futura profissão. Objetivo: Integração de alunos da Contabilidade com a vivência prática e com a comunidade. O evento envolve todos os cursos de graduação, proporcionando aos discentes evidenciar na prática as atividades que as carreiras proporcionam.

O curso de Contabilidade participou do projeto com um escritório-modelo simulando as seções, funções e atividades rotineiras da contabilidade prestada por uma assessoria contábil independente.

Foi apresentado neste modelo um escritório simulando as etapas das ações desenvolvidas com suas tarefas principais, nas áreas de: pessoal, fiscal, escrituração contábil, recepcionista, financeiro, conciliação contábil, classificador e digitador, e o contador.

Assim, o público que participou da ação, alunos em fase de conclusão do ensino médio de escolas da capital de Manaus, teve a oportunidade de conhecer a dinâmica do profissional da Contabilidade que o curso forma, proporcionando também apresentar o próprio curso à comunidade.

Com a coordenação e facilitação do Professor Msc. José Rezende Dantas, os alunos das escolas eram convidados a observar e a questionar sobre os processos de cada setor, indagando sobre a dinâmica e papel da Contabilidade em todas as etapas do ciclo contábil.

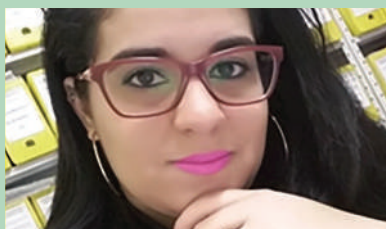
Para a consecução do projeto, foram envolvidos 16 discentes do curso de Ciências

Contábeis de todos os períodos de turmas da manhã e da noite, que representavam as ações típicas de cada seção contábil. Em contrapartida os alunos receberam horas complementares registradas em seu histórico e experiência prática atrelada à teoria.



Lucilene Florêncio Viana é coordenadora do curso de Ciências Contábeis da Faculdade DeVry/Martha Falcão – DeVry/FMF e vice-presidente de Controle Interno do Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

Depoimentos dos discentes



Jessica Rhuanna Rodrigues Santos
3º período de Ciências Contábeis

"O motivo pelo qual eu escolhi o curso de Ciências Contábeis foi por perceber que esta área é muito ampla e tem grandes oportunidades no mercado de trabalho sendo a melhor decisão profissional que tomei na minha vida, juntamente com a escolha de graduar na Faculdade Martha Falcão/DeVry de Manaus.

Esta opção tem a ver com a competência e desempenho que a instituição possui. Neste período venho aprendendo e criando amor pela profissão, isso tudo com ajuda de grandes profissionais qualificados que a faculdade me proporciona, que desenvolve um trabalho de aprendizado, mostrando passo a passo de como ser um grande profissional no mercado de trabalho.

Com a metodologia que a instituição vem me oferecendo, meu aprendizado sobre cada ramo da Contabilidade está se expandindo, deixando mais claro acerca das funções de cada departamento. Participei, inclusive, de um evento da instituição (Eday – Escritório Modelo) que deixa bem claro como é a realidade de um escritório contábil. Então, com tudo isso, eu crio grandes expectativas sobre ser uma contadora de referência com ética e profissionalismo."

"Participar do projeto de atendimento à comunidade sobre a declaração do Imposto de Renda agregou valor à minha capacitação profissional, visto que tive a oportunidade de evidenciar na prática o exercício profissional. Esta iniciativa exercita o compromisso que o profissional da contabilidade tem em atender à sociedade no desempenho de seu trabalho."



Diandra Nascimento Barbosa
8º período de Ciências Contábeis

Controle Social:

O acompanhamento de convênios realizados entre o governo federal e as organizações do terceiro setor

Por Marcos Roberto dos Santos (Mestrando do PPGCont/UFPR), Michael Dias Correa (Mestre em Cont. e Finanças/PPGCont/UFPR) e Tatiane Antonovz (Mestre em Cont. e Finanças/PPGCont/UFPR)



1. Introdução

O Controle Social no Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988 e da edição de normas infraconstitucionais posteriores, apresentou um grande avanço como mecanismo de acompanhamento e controle da execução das políticas públicas do país. Ele permitiu que o princípio constitucional da publicidade pudesse ser efetivamente colocado em prática por meio da transparência das informações relativas à aplicação dos recursos públicos..

Este controle pode ser exercido em todos os aspectos apresentados junto na administração pública, abarcando também a utilização de recursos públicos transferidos para entidades do Terceiro Setor (OTS), o que possibilita a transparência para a sociedade.

O Terceiro Setor pode ser entendido como uma área independente responsável pela prestação de serviços para a sociedade, o qual é colocado ao lado do setor público e do privado. Abriga entidades que apresentam como objetivos atuar em prol da sociedade civil, visando atender às necessidades as quais não conseguem ser colocadas à disposição da sociedade pelos outros dois setores público e privado, sem por isso obter lucro. Estas organizações funcionam com recursos financeiros provenientes da sociedade, na forma de doações diretas, mas também por parte do setor público, por meio dos repasses governamentais, os quais contribuem para o bom exercício das atividades sociais executadas pelas OTS. Para este estudo, serão analisados os aspectos concernentes às transferências de recursos federais da União para empresas privadas, caracterizadas como OTS, controlados por um sistema governamental específico, com o intuito de verificar o acompanhamento das prestações de contas dos recursos utilizados por estas instituições.

O Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv) é uma ação do Governo federal, operacionalizada de forma eletrônica, que traz ganhos efetivos aos elementos de acompanhamento, prestação de contas e de transparência. Foi desenvolvido a partir de melhorias solicitadas pelo Tribunal de Contas da União, a fim de garantir um efetivo zelo com a utilização dos recursos públicos, iniciando sua operacionalização no ano de 2008, uma vez que até então não havia um controle centralizado dos recursos repassados para terceiros à administração pública federal.

A partir da apresentação do problema, coloca-se a seguinte questão: **Como estão qualificadas as prestações de contas dos repasses de recursos do período de 2008 até 2015 para as OTS junto no Siconv?**

A partir do problema, evidencia-se o objetivo geral da pesquisa, que é identificar como estão qualificadas (aprovadas, reprovadas, em andamento, canceladas,

“ O Terceiro Setor pode ser entendido como uma área independente responsável pela prestação de serviços para a sociedade, o qual é colocado ao lado do setor público e do privado. ”

etc.) as prestações de contas dos recursos públicos federais repassados às OTS e apresentados no portal do Siconv.

Além da introdução, o artigo está dividido nos seguintes capítulos: o capítulo 2 apresenta uma breve descrição a respeito do Terceiro Setor; o capítulo 3 traz referências da transparência e do controle social à administração pública federal; o capítulo 4 apresenta as normas para a prestação de contas de convênios realizados pelo Governo federal; o capítulo 5 caracteriza o Siconv; o capítulo 6 apresenta a metodologia aplicada na pesquisa; o capítulo 7 traz a apresentação e análise dos resultados; o capítulo 8 traz

as considerações finais e, por fim, são apresentadas as referências utilizadas.

2. O Terceiro Setor

O Terceiro Setor está alinhado aos setores público e privado, realizando atividades as quais os outros dois setores não conseguem fornecer à sociedade em sua plenitude. Para Machado (2008, p. 30), “[...] pode-se concluir que o Terceiro Setor é formado por entidades privadas, cujo objetivo é fornecer à sociedade o que lhe é de direito garantido na Constituição Federal. Direitos que seriam dever do Estado, mas que este não consegue cumprir”.

Apesar da atuação em diferentes áreas, existe uma heterogeneidade entre as OTS, já que o objetivo maior destas é atender aos indivíduos na sociedade, provendo algumas das obrigações que o Estado, por alguma razão, não pode suprir (MANÁS; MEDEIROS, 2012).

Existem amplas e diferentes configurações do que pode ser chamado de Terceiro Setor e, até a década de 1990, no Brasil não existia uma definição legal das instituições abrangidas por este conceito. Entretanto, em 1999, com a promulgação da Lei n.º 9.790, também conhecida como o novo marco Legal do Terceiro Setor, foram introduzidas importantes alterações para estas organizações, principalmente no que diz respeito aos critérios de classificação e reconhecimento de áreas de operação que antes não eram legalmente contempladas.

A edição da Lei n.º 13.019 de julho de 2014, considerada o novo marco regulatório para o Terceiro Setor, trouxe inovações em relação ao estabelecimento do regime jurídico entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (BRASIL, 2014).

As OTS captam recursos de diversas fontes, incluindo-se os recursos transferidos

por meio de convênios com o Governo federal (DA CRUZ CUNHA; MATIAS-PEIREIRA, 2012). A captação de recursos públicos federais requer o atendimento às regras estabelecidas na legislação pertinente aos Convênios, incluindo o uso do Siconv, devendo ao término da vigência do acordo realizar a devida prestação de contas dos recursos utilizados.

3. A Transparência e o Controle Social

Além da transparência e do controle social, a participação popular vem fazendo parte da rotina da sociedade moderna. Para que isto seja efetivo, é necessário que sejam apresentadas as formas de controle social, de participação popular e de transparência à sociedade, o que contribuiria para a formação de uma sociedade mais justa. Além disso, estas informações devem ser apresentadas de maneira compreensiva para a população.

De acordo com Nascimento (2010), o objetivo principal da transparência como ação contínua é permitir o acesso livre a toda infraestrutura de informação governamental, deixando o exercício da cidadania mais efetivo.

Nesse sentido, um portal oficial de transparência deve disponibilizar um conjunto de informações com caráter abrangente e que permita boa interação entre homem e máquina, função que os sítios de internet exercem com eficácia não somente em empresas públicas, mas também em empresas privadas.

A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, dispõe que é dever da Administração Pública, quer seja direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal, obedecer aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. Adicionalmente, estabelece no parágrafo 1º deste mesmo artigo:

§ 1º A publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deverá ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, dela

não podendo constar nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos. (BRASIL, 1988).

O acesso à informação, segundo Evangelista (2010), tornou-se um dos ativos mais valorizados da busca da cidadania. Ele está ligado ao direito que qualquer cidadão tem de conhecer, opinar e acompanhar as decisões tomadas pela administração pública, certificando-se de que os recursos que ora estavam à disposição dos governantes foram aplicados em prol da sociedade e que produziram os efeitos esperados.

“ A Constituição Federal de 1988, em seu Art. 37, dispõe que é dever da Administração Pública, quer seja direta ou indireta, Federal, Estadual, Distrital ou Municipal, obedecer aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade e da eficiência. ”

De acordo com Rodrigues (2011), a transparência não deve ser confundida com publicidade, pois o simples ato de tornar algo público não torna a ação do governo algo transparente. A transparência requer linguagem acessível, compreensível para toda a sociedade, para todos os documentos públicos, sendo financeiros ou não financeiros.

Três são os marcos legais sobre o tema: a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000), a Lei da Transparência (BRASIL, 2009) e, a última a entrar em vigor, a Lei de Acesso à Informação (BRASIL, 2011), todas elaboradas para aumentar a quantidade e a qualidade de informações disponíveis para a população.

O Siconv apresenta as informações sobre os convênios entre a administração pública federal e as OTS, mostrando a quantidade de verbas repassadas, além de identificar se a prestação de contas foi realizada em todos os momentos que deveria ter sido feita, sempre com base em preceitos legais vigentes.

4. Normas para a Prestação de Contas de Convênios do Governo Federal

A obrigatoriedade de prestar contas do uso de recursos públicos está descrita no Art. 70, parágrafo único, da Constituição Federal de 1988:

Parágrafo único. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiros, bens e valores públicos ou pelos quais a União responda, ou que, em nome desta, assumas obrigações de natureza pecuniária. (Redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, de 1998) (Brasil, 1998).

O Decreto n.º 93.872 de 23 de dezembro de 1986, recepcionado pela Constituição Federal de 1988, apresenta em seu artigo n.º 145 a obrigatoriedade de prestar contas do uso de recursos públicos. O Decreto n.º 6.170 de 25 de julho de 2007, o qual dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, apresenta a definição de prestação de contas em seu art. 1º, inciso XII, como sendo:

XII – prestação de contas-procedimento de acompanhamento sistemático que conterá elementos que permitam verificar, sob os aspectos técnicos e financeiros, a execução integral do objeto dos

convênios e dos contratos de repasse e o alcance dos resultados previstos. (Redação dada pelo Decreto n.º 8.244, de 2014)(Produção de efeito), (Brasil, 2014).

Para regulamentar o Decreto n.º 6.170/2007 foram editadas as Portarias Interministeriais PI 127/2008 e PI 507/2011, sendo esta última responsável pela revogação da primeira.

Em 31 de julho de 2014, foi editada a Lei n.º 13.019, com vigência a partir de janeiro de 2016, a qual estabeleceu novos regimes de acordos para os repasses de recursos públicos entre a Administração Pública e as OTS.

A legislação criou dois novos termos para regular esta relação, sendo o Termo de Colaboração e o Termo de Fomento, ficando o Convênio restrito aos casos previstos no art. n.º 84-A. A prestação de contas é tratada na referida Lei, junto aos artigos n.º 63 ao n.º 72 (BRASIL, 2016).

De acordo com a legislação, a prestação de contas dos recursos transferidos deverá ser realizada junto no Siconv e deverá apresentar todos os elementos consignados nas normas, cabendo ao concedente

dos recursos registrar no sistema o ato de aprovação ou reprovação da prestação de contas.

“ O Siconv teve sua elaboração pautada em um conjunto de diretrizes com ênfase na transparência necessária para prestação de contas do dinheiro público à sociedade. ”

Desta forma, a prestação de contas apresenta-se como um desafio para as entidades do Terceiro Setor, pois a exigência legal imputa a necessidade de criação de mecanismos de administração e controle da totalidade dos recursos recebidos.

5. Siconv

O Siconv foi elaborado a partir de recomendação do Tribunal de Contas da

União (TCU), determinando ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) a apresentação de estudo técnico para implementação de sistema de acompanhamento e controle de recursos federais transferidos para outros órgãos/entidades, com disponibilidade de livre acesso via rede mundial de computadores para qualquer cidadão.

Com a edição do Decreto n.º 6.170/2007 foi criado o Siconv e o Portal dos Convênios, estando toda a regulamentação descrita no capítulo III. O Siconv teve sua elaboração pautada em um conjunto de diretrizes com ênfase na transparência necessária para prestação de contas do dinheiro público à sociedade. Além disso, visou à simplificação dos procedimentos das instituições, que são obrigadas por força de lei a prestar contas no sistema, procurando também a redução de custos operacionais e a automação dos processos e fases das transferências das instituições do Terceiro Setor.

Assim, todos os atos relativos à descentralização de recursos devem ser registrados, partindo do credenciamento, celebração do acordo, alterações posteriores, liberação de recursos, acompanhamento da execução dos objetos acordados, prestação de contas até o registro

Tabela 1 – Evolução da legislação vigente relativa ao SICONV

Norma		2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
Abrangência D. 6170/07	Decreto n.º 6.170/2007	D. 6.428 D. 6.497 D. 6.619			D. 7.568 D. 7.594 D. 7.641		D. 8.180	D. 8.244		D. 8.726
	Port Int. n.º 127/2008	PI. 165 PI. 342 PI. 404	PI. 268 PI. 534	PI. 23	PI. 492	Revogada pela PI. 507/11				
	Port Int. n.º 507/2011	Vigência da PI. 127/08						PI. 274 PI. 495		
MROSC	Lei n.º 13.019/2014							L. 13.018	L. 13.204	
	Decreto n.º 8.726/2016									
SICONV										

Fonte: os autores (2016).

final de aprovação e/ou reprovação da prestação de contas.

Verifica-se que o Siconv tem a finalidade de consolidar uma base de dados dos diferentes envolvidos no processo de descentralização de recursos, visando à transparência e à *accountability* necessários na prestação de contas de entidades que recebem recursos públicos.

6. Metodologia

Com relação aos métodos utilizados para o alcance dos objetivos apresentados, esta pesquisa se caracteriza, segundo Marconi e Lakatos (1999), como empírica. Segundo Cervo et al (2007), uma pesquisa descritiva observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos sem manipulá-los, buscando a frequência com que um ou mais fenômenos ocorrem sem necessariamente relacioná-los. Por esta razão, esta pesquisa se caracteriza como descritiva por se tratar de um conjunto de informações de caráter político e econômico ligadas ao comportamento político dos gestores brasileiros.

Por se tratar de dados disponíveis em portais governamentais, trata-se de uma pesquisa documental, com a utilização de material de alcance público sem natureza jurídica. Ainda segundo Marconi e Lakatos (1999), esta se trata da fonte mais fidedigna de fatos, pois diz respeito a atos rotineiros da vida pública. A partir destes

“ Verifica-se que o Siconv tem a finalidade de consolidar uma base de dados dos diferentes envolvidos no processo de descentralização de recursos, visando à transparência e a *accountability* necessários na prestação de contas de entidades que recebem recursos públicos. ”

pressupostos, procedeu-se à seleção dos itens a serem analisados para se alcançarem os objetivos.

Inicialmente, os dados foram coletados sem qualquer filtro diretamente do sistema Siconv. Este download de informações foi realizado no dia 5 de abril de 2016 para que todos os contratos vigentes, até 31 de dezembro de 2015, tivessem seu período máximo para prestação de contas, que é de 90 dias, já expirado, ou seja, em caso de término de vigência deveriam estar teoricamente com a qualificação “prestação de contas realizada” aguardando aprovação do concedente dos recursos (repassadores dos recursos).

Utilizou-se planilha eletrônica do Microsoft Excel® para filtrar o conjunto de dados apenas para aqueles que pertenciam a OTS, classificadas na base de dados como “entidades privadas”, sendo os demais dados excluídos (repases para municípios, estados ou DF). Na sequência, dos dados resultantes apenas das OTS, qualquer dado ausente considerado como importante na análise, tal como fim de vigência, ausência de *status* do contrato, falta de valores do contrato ou com vigência após 31/12/2015 eliminavam a prestação de contas da amostra (conforme tabela 2). Para exemplificar, um convênio iniciado no ano de 2015 mas com vigência até 1º/1/2016 foi desconsiderado da base de dados analisada.



O Siconv apresenta diversos estágios para os acordos, sendo que para esta pesquisa estes foram denominados *status*, e foram agrupados em apenas três grupos: Aprovado, Rejeitado Reprovado e Pendente. O *status* aprovado indica que o órgão concedente aprovou a prestação de contas apresentada no sistema; o *status*

reprovado indica que a prestação de contas foi reprovada em função de alguma impropriedade detectada; e o *status* pendente indica que a prestação de contas ainda não foi aprovada por alguma razão (aguardando complementação, aguardando análise do concedente, em execução, aguardando a prestação de contas, etc.).

O universo de convênios disponíveis na data da realização do *download* foi de 17.104 ocorrências e, após realizadas todas as exclusões descritas, sobraram 9.595 contratos que se enquadraram nas delimitações propostas para serem analisados, representando 56,10% da base disponível, também dispostos na Tabela 2.

Tabela 2 – Ajustes da base de dados extraídos do Siconv.

AJUSTE DA BASE DE DADOS – OTS	DADOS SICONV		% PARTIC.	
	QTDE	VALOR (EM R\$)	QTDE	VALOR
(+) BASE TOTAL	17.104	13.210.251.800,00	100,00%	100,00%
(-) SEM VALOR / SEM STATUS / SEM VIGÊNCIA	93		0,54%	0,00%
(-) SEM STATUS	806	473.600.547,00	4,71%	3,59%
(-) SEM VALOR / SEM VIGÊNCIA	1.597		9,34%	0,00%
(-) VIGÊNCIA APÓS 31/12/2015	5.013	6.523.221.157,00	29,31%	49,38%
(=) AMOSTRA UTILIZADA	9.595	6.213.430.096,00	56,10%	47,03%

Fonte: os autores (2016).

Procedeu-se, então, à análise dos dados (Amostra Utilizada) para verificar suas ocorrências e para que os objetivos da pesquisa pudessem ser alcançados.

7. Apresentação e Análise dos Resultados

Após a tabulação, os dados foram segregados em duas subpastas, sendo uma para analisar a quantidade e outra para analisar os valores destas. Em cada subpasta, os acordos foram agrupados em duas modalidades, por *status*, o qual considerou o estágio do acordo (aprovação, reprovado e pendente) e o ano final de vigência, no qual deveria ter ocorrido

a aprovação ou reprovação da prestação de contas. Estas duas variáveis foram cruzadas (concatenadas na planilha de cálculo, exemplo: vigência 31/3/2015, transformada em 2015 e status Aprovado, ficando 2015 Aprovado), sendo possível agrupar os dados e apurar os resultados por ano e por *status* em quantidades absolutas e em valores.

O volume de prestação de contas com *status* Aprovada acumulado para o período

de análise, de 2008 até 2015, foi de 2.765 acordos, representando 28,82% do total da amostra analisada e, em termos de valor, o total foi de R\$1.609.476.169,00, representando 25,90% do total analisado (ambos considerando as prestações Aprovadas e Aprovadas com Ressalva), conforme a Tabela 3.

O volume de prestações de contas com *status* Rejeitada acumulado para o mesmo período foi de 51 acordos, represen-

tando 0,53% da amostra analisada e, em valores, o total foi de R\$ 15.234.925,00, representando 0,25% da amostra analisada, conforme a Tabela 3.

As demais prestações de contas, representando 70,65% da quantidade total e 73,85% do valor total da amostra analisada, foram consideradas Pendentes de Aprovação, conforme Tabela 3. As prestações de contas pendentes decorrem

de prestações de contas aguardando análise, prestações de contas aguardando complementação, prestações de contas enviadas para análise, em execução, aguardando prestação de contas, entre outras, apresentadas na Tabela 4.

Tabela 3 – Resumo das prestações de contas Aprovadas, Rejeitadas e Pendentes

AMOSTRA UTILIZADA	DADOS SICONV		% PARTIC.	
	QTDE	VALOR (EM R\$)	QTDE	VALOR
(+) AMOSTRA UTILIZADA	9.595	6.213.430.096	100,00%	100,00%
(-) APROVADA TOTAL	2.765	1.609.476.169	28,82%	25,90%
APROVADA	1.325	1.101.349.551	13,81%	17,73%
APROVADA COM RESSALVA	1.440	508.126.618	15,01%	8,18%
(-) REPROVADA	51	15.234.925	0,53%	0,25%
(=) PENDENTES	6.779	4.588.719.002	70,65%	73,85%

Fonte: os autores (2016).

Na Tabela 4, é possível verificar que 42,50% das prestações de contas pendentes estão em análise (subgrupo 01), aguardando análise ou aguardando complementação de justificativas e/ou documentos complementares, sendo que destes itens 81,08%, representando 2.336 prestações de contas, são do período de 2008 até 2014, demonstrando haver um elevado período para conclusão das pres-

tações de contas disponíveis para análise. Em função de a pesquisa se basear na coleta de dados do portal do Siconv e não diretamente com os concedentes dos recursos, não é possível justificar se este elevado volume de Convênios já poderia estar aprovado por outro mecanismos (por meio de processo em documento físico, aprovado no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo

Federal – Siafi) ou em função da elevada demanda de processos eletrônicos em contrário ao quantitativo de servidores designados para analisar e aprovar tais processos.

Os demais convênios em execução ou outras fases em andamento representaram 57,50% dos acordos pendentes, totalizando 3.898 convênios.

Tabela 4 – Resumo das prestações de contas Aprovadas, Rejeitadas e Pendentes

AMOSTRA PENDENTES	DADOS SICONV		% PARTIC.	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
(=) PENDENTES	6.779	4.588.719.002	100,00%	100,00%
(SUB-GRUPO 01)	2.881	2.435.916.169	42,50%	53,08%
PREST. CONTAS EM ANÁLISE	912	763.534.502	13,45%	16,64%
PREST. CONTAS AGUARDANDO COMPLEMENTAÇÃO	532	428.395.715	7,85%	9,34%
PREST. CONTAS ENVIADA PARA ANÁLISE (SUB-GRUPO 01)	1.437	1.243.985.952	21,20%	27,11%
AGUARDANDO PREST. DE CONTAS	3.898	2.152.802.833	57,50%	46,92%
EM EXECUÇÃO	1.024	674.567.430	15,11%	14,70%
OUTRAS	2	600.000	0,03%	0,01%
OUTRAS	2.872	1.477.635.403	42,37%	32,20%

Fonte: os autores (2016).

De acordo com a evolução da pesquisa, foi considerado necessário elaborar uma tabela contendo além dos 9.595 acordos analisados, também os 5.013 acordos com vigência posterior a data de corte de 31/12/2015, a fim de verificar a real evolu-

ção dos acordos celebrados, independente do término de vigência, totalizando 14.608 acordos. Na sequência, foi elaborada a Tabela 5, a qual demonstra que mesmo havendo alterações na legislação durante o período, não houve redução significati-

va no volume de acordos celebrados, demonstrando que a operação do Siconv não reduziu o volume de operações de transferências, uma vez que isto poderia ocorrer em função de dificuldades operacionais de uso e de entendimento do sistema.

Tabela 5 – Acordos Registrados no Siconv
(amostra utilizada mais os acordos com vigência posterior ao ano de 2015)

ANO DO REGISTRO	DADOS SICONV		% PARTIC.	
	QTDE	VALOR	QTDE	VALOR
2008	782	673.249.000	5,35%	5,29%
2009	2.482	1.237.800.658	16,99%	9,72%
2010	3.058	1.839.353.169	20,93%	14,44%
2011	1.660	1.070.603.034	11,36%	8,41%
2012	1.280	1.959.307.128	8,76%	15,38%
2013	1.350	3.391.827.414	9,24%	26,63%
2014	2.307	1.418.463.242	15,79%	11,14%
2015	1.677	1.136.977.060	11,48%	8,93%
2016	12	9.070.548	0,08%	0,07%
TOTAL	14.608	12.736.651.253	100,00%	100,00%

Fonte: os autores (2016).



E, por fim, constatou-se que ao longo do período analisado, as normas passaram por diversas alterações, sendo as principais a revogação da Portaria Interministerial 127/2008, a entrada em vigor da Portaria Interministerial 507/2011 e a edição da Lei n.º 13.019 em 2014, a qual foi detalhada pelo Decreto n.º 8.726 editado em 2016, trazendo expressiva alteração, principalmente na mudança das modalidades dos acordos, porém entrando em vigor apenas em 2016.

Embora o número de percentual de *status* APROVADA represente menos de 30%, o número de REPROVADAS representa pouco mais de 0,5% do total. O sistema evita que uma entidade se abstenha de prestar contas, impedindo o acesso futuro a novos repasses.

8. Considerações Finais

Após a análise das prestações de contas registradas no Siconv, as quais deveriam constar como Aprovadas ou Reprovadas, conforme cabível e em função da vigência já expirada para os convênios da amostra, da constatação que ocorreram alterações nas legislações nas relações de repasse de recursos da União para as OTS, entendendo-se como alterações evolutivas, decorridos oito anos do início das operações do Siconv e da evolução do processo de transparência no Governo Federal, notou-se haver um elevando volume de convênios pendentes de finalização do processo de prestação de contas no sistema Siconv, totalizaram 6.779 acordos, representando 70,65% dos acordos formalizando nas OTS para o período analisado de 2008 até 2015, com um valor total de R\$4.588.719.002,00 (quatro bilhões quinhentos e oitenta e oito milhões setecentos e dezenove mil e dois reais).

Por outro lado, o Portal de Convênios do Governo Federal e mais precisamente o SICONV, por meio do LIVRE ACESSO, apresentou-se como ferramenta essencial para a execução da pesquisa. Tal



“ A colocação em prática do Siconv, por si só, não significa que a fiscalização será melhorada ou que será mais efetiva, mas deixa os dados acessíveis de maneira mais facilitada e centralizada para qualquer membro da sociedade. ”

sistema demonstrou o verdadeiro sentido da transparência pública, beneficiando a comunidade em geral e possibilitando a realização do Controle Social de uma parcela dos recursos públicos utilizados nas OTS, a saber, a transferência voluntária de recursos por meio de acordos celebrados e controlados no Siconv.

Conclui-se assim que, apesar das alterações na legislação, buscando-se o aperfeiçoamento do sistema e da prestação de contas em si, ainda se observa um número significativo de prestações de contas pendentes de aprovação, o que pode evidenciar, entre outros aspectos, necessidade de ajustes tanto no próprio Siconv, na legislação que trata do assunto e também na forma de controle e apresentação dos dados por parte do Governo federal.

A colocação em prática do Siconv, por si só, não significa que a fiscalização será melhorada ou que será mais efetiva, mas deixa os dados acessíveis de maneira mais facilitada e centralizada para qualquer membro da sociedade.

Em função das limitações da pesquisa (baseada apenas em dados disponibilizados no portal do Siconv), não foi possível inferir se as prestações de contas pendentes de aprovação foram aprovadas por outras modalidades como apenas no Siafi ou em processos físicos, pela possibilidade de falta de servidores para realizar a análise e aprovação das prestações de contas, e ou ainda pela falta de treinamento no uso do sistema Siconv pelos servidores responsáveis pelas aprovações das prestações de contas.

Sugere-se, como tema de pesquisas futuras, a elaboração de novos estudos com o objetivo de verificar a redução do volume de prestação de contas pendentes de aprovação comparado com a evolução da legislação pertinente ou avaliar a relação do volume de convênios e as dificuldades operacionais dos concedentes dos recursos, como a falta de pessoal ou a falta de treinamento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei 13.019 de 31 de julho de 2014. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov>.

[br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13019.htm). Acesso 8 jun 2016

_____. Lei Complementar 101 de 4 de maio de 2000. Lei de Responsabilidade Fiscal. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm. Acesso em 8 jun 2016

_____. Lei Complementar 131 de 27 de maio de 2009. Lei da Transparência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp131.htm. Acesso em 8 jun 2016

_____. Lei 12.527 de 18 de novembro de 2011. Lei de Acesso à Informação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm. Acesso em 8 jun 2016

_____. Decreto nº. 93.872 de 23 de dezembro de 1986. Dispõe sobre a unificação dos recursos de caixa do Tesouro Nacional, atualiza e consolida a legislação pertinente e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d93872.htm. Acesso em 19 mar. 2016

_____. Constituição Federal de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 19 mar. 2016

_____. Decreto nº. 6.170, de 25 de julho de 2007. Dispõe sobre as normas relativas às transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6170.htm. Acesso em 19 mar. 2016

CERVO, Amado Luiz; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. Metodologia Científica. 8ª. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007

DA CRUZ CUNHA, José Humberto; MATIAS-PEREIRA, José. Captação de recursos no terceiro setor: fatores estratégicos para divulgação de informações. Revista Contemporânea de Contabilidade, v. 9, n. 18, p. 83-102, 2012.

EVANGELISTA, Lúcio. Controle Social versus Transparência Pública: uma questão de cidadania. Brasília. TCU, 2010

MACHADO, Maria Rejane Bitencourt. Entidades beneficentes de assistência social. 2. ed. Curitiba: Juruá, 2008.

MANÃS, Antonio Vico; MEDEIROS, Eptácio Ezequiel. Perspectivas em Gestão & Conhecimento, João Pessoa, v. 2, n. 2, p. 15-29, jul/dez

2012. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/viewFile/12664/8472>. Acesso em 08 mai 2016.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados. 4ª. Ed. São Paulo: Atlas, 1999

NASCIMENTO, Luiz. Paulo do. A Transparência dos Portais Brasileiros de Transparência Pública: Um Estudo de Três Casos. Dissertação (mestrado) – UFRJ/ COPPE/ Programa de Engenharia de Sistemas e Computação, 2010

Portal da Transparência do Governo Federal. Disponível em: <http://www.portal.datransparencia.gov.br/controlesocial/>. Acesso em 20 mar. 2016

Portal de Convênios do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. (2015) Disponível em: <https://portal.convenios.gov.br/pagina-inicial>. Acesso em 20 mar. 2016

RODRIGUES, Susan. Lucena. Mídia, Informação e Transparência construindo a Cidadania Contra a Corrupção no Maranhão. Trabalho apresentado no Grupo de Trabalho da II Conferência Sul-Americana e VII Conferência Brasileira de Mídia Cidadã, 2011.

Errata

No Artigo Prime da edição nº 16 (pág 28), as legendas das imagens dos autores: Joseph Estrela Rodrigues Torres e Sérgio Pereira Borges, foram trocadas.





Olimpíadas: uma oportunidade ou uma ameaça para o destino turístico?

Por Adriana Andrade Araújo¹

RESUMO

Este estudo trata da produção científica sobre as Olimpíadas: uma oportunidade ou uma ameaça para o destino turístico? Numerosas cidades a nível internacional competem para ser a sede dos Jogos Olímpicos, já que se pensa ser bastante vantajoso para o País por sua repercussão internacional. Sem dúvidas, muitas cidades ficam endividadas durante anos por este motivo. Nesse passo, trata-se da temática a partir de um ponto de vista contextual e metodológico, a partir dos direcionadores: as vantagens e desvantagens que tem para o destino turístico a realização dos Jogos Olímpicos, e todas as repercussões colaterais tanto positivas quanto negativas. E realiza a comparação entre dois casos: Barcelona 1992: êxito ou fracasso? e Rio de Janeiro 2016, perspectivas de êxito ou fracasso. A metodologia utilizada

consiste em uma abordagem descritiva, na qual se investiga, a partir da análise de artigos, reportagens e dados divulgados informações sobre Marketing Turístico, efeitos econômicos da realização de grandes eventos desportivos como os Jogos Olímpicos em cidades que passam a ser consideradas como importantes destinos internacionais - pelo menos no momento da realização do evento - e a realização dos jogos olímpicos de Barcelona 1992 e os que se realizarão no Rio de Janeiro em 2016. Nesse sentido, a pesquisa buscou analisar as oportunidades e as ameaças criadas pelos países sede das Olimpíadas, considerando não somente seus objetivos de competir no cenário global, mas também seus papéis no desenvolvimento do próprio destino turístico.

Palavras-chave: Olimpíadas; Forças; Fraquezas; Ameaças e Oportunidades.

OLYMPIC: AN OPPORTUNITY OR THREAT FOR TOURIST DESTINATION?

ABSTRACT

This study deals with the scientific literature on the Olympics: An opportunity or a threat to the tourist destination? Numerous cities internationally competing to host the Olympic Games, already believed to be quite advantageous for the country for its international repercussions, no doubt, many cities are indebted during years for this reason. In this step, it is the theme from a contextual and methodological point of view, from the drivers: The advantages and disadvantages that have to the tourist destination the realization of the Olympic Games, and all both positive side effects, and negative. And performs a comparison between two cases: Barcelona 1992: success or failure? and Rio de Janeiro

¹ Contadora. Mestranda em Administração pela Universidad de La Empresa – UDE, Em Montevideo/UY. Coordenadora do Curso de Ciências Contábeis da Faculdade de Administração e Negócios – FAN e Professora do Curso de Ciências Contábeis da Sociedade de Ensino Universitário do Nordeste – SEUNE. E-mail: adriana_apeixoto@hotmail.com

2016 prospects for success or failure. The methodology used is a descriptive approach, which investigates, from the analysis of articles, reports and data released information on tourism marketing, economic effects of holding major sporting events like the Olympic Games in cities that are now considered as important international destinations, at least at the time of the event, and the holding of the Olympic games of Barcelona 1992 and to be held in Rio de Janeiro in 2016. In this sense, the research seeks to analyze the opportunities and threats created by the host countries of Olympics, considering not only their goals to compete on the global stage, but also their role in the development of own tourist destination.

Keywords: Olympics; Forces; Infirmities; Threats and Opportunities.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento de um destino turístico está relacionado à capacidade de suas empresas atuarem de maneira estrategicamente proativa (CLAVER-CORTÉS; MOLINA-AZORÍN; PEREIRA-MOLINER, 2007). Quando uma cidade é competitiva, ela atrai mais turistas, fator essencial que aumenta os índices de lucratividade para as empresas que atuam neste mercado. Paralelo a isso, as empresas que forem proativas estrategicamente investem em treinamento, qualidade, gestão ambiental, etc., reforçando a capacidade do destino em competir (CLAVER-CORTÉS et al., 2007).

Para a tomada de decisões, as organizações precisam levar em consideração as implicações de fatores relacionados à indústria de atuação, os recursos internos das empresas, seus relacionamentos com outras organizações, itens indispensáveis às empresas que têm a necessidade de competir no contexto global e contemporâneo assertivamente. (MACEDO-SOARES, 2011).

Várias cidades internacionais competem para ser a sede dos Jogos Olímpicos, já que se pensa ser bastante vantajoso para o seu País, seja por sua repercussão internacional, seja pelo público de passa

pela cidade durante esse período, no entanto, por este motivo, muitas delas ficam bastante endividadas por anos.

Nosso objetivo com este estudo foi identificar as vantagens e desvantagens que tem o destino turístico com a realização dos Jogos Olímpicos, elencando o conjunto das repercussões, tanto positivas quanto negativas. Para tanto, vamos realizar a análise comparativa de dois casos: Barcelona 92 êxito ou fracasso? E Rio de Janeiro 2016, perspectivas de êxito ou fracasso.

Nesse sentido, a pesquisa aqui reportada buscou analisar as oportunidades e as ameaças criadas pelos países sede das Olimpíadas, considerando não somente seus objetivos de competir no cenário global, mas também seus papéis no desenvolvimento do próprio destino turístico (SCOTT; BAGGIO; COOPER, 2008; TIMUR; GETZ, 2008; MARCH; WILKINSON, 2009).

1. Análise Swot

Nos dias de hoje uma palavra fundamental em todo tipo de negócio é o PLANEJAMENTO. É justamente disso que a análise de SWOT trata. O termo SWOT é um acrônimo das palavras *strengths*, *weaknesses*, *opportunities* e *threats* que significam respectivamente: Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças, mas é bastante comum aqui no Brasil algumas pessoas usarem a sigla FOFA, em vez da tradicional.

Conceitualmente falando, a Análise SWOT se trata de uma ferramenta estrutural da administração, que possui como principal finalidade avaliar os ambientes internos e externos, formulando estratégias de negócios para a empresa com a finalidade de otimizar seu desempenho no mercado.

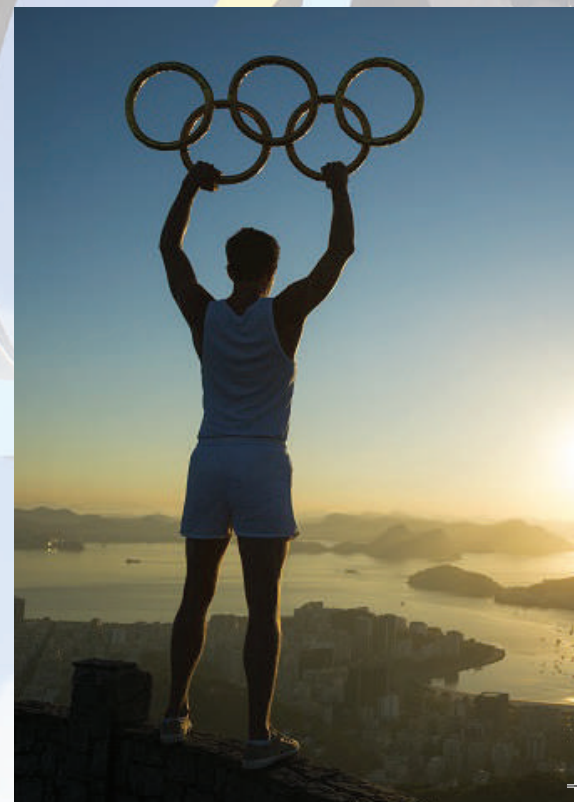
Para desenvolver a Análise SWOT, trabalhamos em dois ambientes: o interno e o externo. O primeiro ambiente se refere basicamente à própria organização e conta com as forças e fraquezas que ela possui. Já o segundo ambiente refere-se às questões externas, ou seja, questões de força maior que estão fora do controle da empresa. As forças e fraquezas são avaliadas a partir do momento atual da organização. Elas

serão seus pontos fracos, recursos, experiências, conhecimentos e habilidades. As oportunidades e ameaças serão as previsões de futuro que estão ligadas direta ou indiretamente aos fatores externos (BASTOS, MARCELO, 2014).

Segundo Bastos, em seu artigo Análise SWOT (Matriz) – Conceito e aplicação:

Força: Está relacionada as vantagens que sua empresa possui em relação aos concorrentes. Podemos dizer que são aptidões mais fortes de sua empresa. O principal aspecto é a vantagem competitiva que tais forças podem trazer para o negócio. Quanto mais vantagem em relação a concorrência ela trazer, mais relevante será para a Análise SWOT.

Fraquezas: As fraquezas são as aptidões que interferem ou prejudicam de algum modo o andamento do negócio. É muito importante haver sinceridade nessa etapa da análise. As fraquezas encontradas precisam ser examinadas e observadas de forma isolada, para que assim, seja possível nulificar os problemas que ocasionam. Se não for possível corrigir as fraquezas a curto prazo, o ideal é que sejam estudados métodos para minimizar seus efeitos ou tentar contorná-los de modo que se tornem



forças relevantes para o negócio.

Ameaças: Ao contrário das oportunidades, as ameaças são forças externas que influenciam, negativamente a empresa. Devem, ser tratadas com muita cautela, pois podem prejudicar não somente o planejamento estratégico da companhia, como também, diretamente em seus resultados.

Oportunidades: São forças externas que influenciam positivamente a empresa. Não existe controle sobre essas forças, pois elas podem ocorrer de diversas formas, como por exemplo – mudanças na política econômica do governo, alterações em algum tributo, investimentos externos, ampliação do crédito ao consumidor, etc. Porém, podem ser feitas pesquisas ou planejamentos que preveem o acontecimento desses fatos.

A Análise SWOT deve ser desenvolvida e interpretada de forma com que se consiga unir os principais componentes que atuam como elementos da análise externa e interna. O SWOT consegue maximizar as oportunidades do ambiente por meio dos pontos fortes da empresa e ainda minimizar as ameaças e pontos fracos que ela possui.

2. Jogos Olímpicos na Cidade de Barcelona

A cidade de Barcelona esperou quase 70 anos para poder abrigar os Jogos Olímpicos. Em 1924, as Olimpíadas tinham sido prometidas à cidade

“ A cerimônia de abertura dos Jogos é considerada uma das mais marcantes da história. ”

espanhola, porém o fundador Pierre de Fredy, o barão de Coubertin, acabou escolhendo Paris. Em 1936, três anos após a subida do nazismo ao poder na Alemanha, os Jogos iriam novamente para Barcelona, mas a Guerra Civil Espanhola postergou o evento mais uma vez.

Depois dos Jogos de Seul, em 1988, o mundo passou por grandes transformações na sua geopolítica. O *apartheid* foi banido da África do Sul, o que possibilitou o retorno do país aos Jogos. Alemanha se reuniu após, a queda do muro de Berlim, em 1989; A União Soviética fragmentou-se em 15 novas repúblicas no ano da véspera da competição; voltaram os Jogos a Estônia, Letônia e Lituânia, ausentes há mais de meio século por causa da ocupação soviética.

As repúblicas da antiga União Soviética desfilaram em Barcelona sob o nome de Comunidade dos Estados Independentes (CEI), mas quando subiram ao pódio os atletas tiveram içadas as bandeiras de seus próprios países. A Albânia, livre da ditadura, voltou aos Jogos após 30 anos; Cuba, Coreia do Norte e Etiópia também encerraram seu boicote; a Iugoslávia, sancionada pelas Nações Unidas pela agressão militar à Croácia e à Bósnia, foi proibida de participar das competições por equipes, mas os atletas do país puderam competir como "atletas olímpicos independentes". A chama olímpica foi acesa com uma flecha

lançada pelo arqueiro paraolímpico espanhol Antonio Rebollo.

2.1. Cerimônia de Abertura

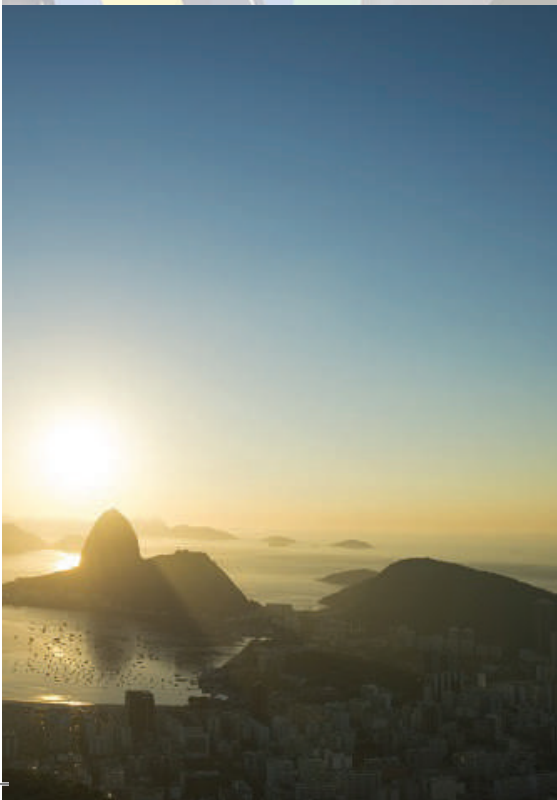
A cerimônia de abertura dos Jogos é considerada uma das mais marcantes da história. O contexto cívico da cerimônia também foi marcante. A entrada da delegação nacional trazendo à frente como porta-bandeira Dom Felipe de Bourbon, Príncipe das Astúrias e herdeiro do trono espanhol que foi integrante da equipe espanhola de vela, 32 anos após a participação de sua mãe, a Rainha Sofia, na equipe de vela da Grécia nos Jogos Olímpicos de 1960 em Roma, e no mesmo momento que a Infanta Elena ia às lágrimas. Juntamente, com a declaração de abertura feita pelo Rei Juan Carlos, a pira olímpica, em um grande feito visual, foi acesa por uma flecha em fogo disparada pelo arqueiro paraolímpico Antonio Rebollo.

2.2. Cerimônia de Encerramento

Na cerimônia de encerramento em 9 de agosto no Estádio Olímpico, o então presidente do Comitê Olímpico Internacional (COI), Juan Antonio Samaranch, declarou que em Barcelona tinha sido os melhores Jogos Olímpicos da história. A alegação foi apoiada por todos os meios de comunicação internacionais e atletas de todos os países, que levou em conta a organização exemplar, a ausência de incidentes, a participação massiva de cidadãos voluntários, conforto e beleza das instalações e, acima de tudo, o grande apoio popular dos cidadãos de Barcelona, que recebeu os Jogos com um entusiasmo que levou a cidade a viver uma grande atmosfera festiva durante todo o evento. Uma vez apagada a chama olímpica, em meio a uma chuva de fogos de artifício, Cobi, o mascote, desapareceu no céu, voando pelo ar, em um barco de papel.

3. Jogos Olímpicos Rio 2016

Em 2016, o maior evento esportivo do planeta terá lugar na América do Sul pela primeira vez na história. A cidade do



Rio de Janeiro terá o orgulho de sediar os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos. O acontecimento mexe com o dia-a-dia dos brasileiros desde a confirmação da vitória, no inesquecível dia 2 de outubro de 2009. O anúncio feito pelo presidente do COI, Jacques Rogge, foi a coroação maior de uma trajetória de conquistas, mas, acima de tudo, o início de uma caminhada de grandes oportunidades e desafios.

A infraestrutura necessária para a realização dos Jogos impressiona em cada detalhe. Serão mais de 100 mil pessoas envolvidas diretamente na organização, incluindo 70 mil voluntários, e milhões impactados na cidade, no país e no continente. São esperados mais de 10.500 atletas de cerca de 205 nações ao redor do mundo, além de milhares de profissionais de imprensa, de apoio, apaixonados pelo esporte e turistas de todos os cantos do globo.

4. Participantes X Modalidades

As Olimpíadas de Barcelona 1992 aconteceram no período de 25/7/1992



Fonte: Rio 2016 (Parque Olímpico previsto para Rio 2016).

a 09/8/1992, com a participação de 169 Países e um total de 9.356 atletas em 28 modalidades; uma distribuição de 815 medalhas. Na classificação geral o Brasil ficou com o 25º lugar.

A previsão para as Olimpíadas Rio 2016 é que aconteça a partir de 02/8/2016, com a participação de 205 Países e um total de 10.500 atletas em 28 modalidades.

Um aumento percentual de 21,30% no número de participantes e de 12,22% no número de atletas participantes.

5. Análise Swot Barcelona 1992 X Rio 2016

Quando aplicamos a Análise SWOT nas Olimpíadas de Barcelona em 1992, e comparamos com as Olimpíadas Rio 2016, identificamos:

Tabela 4 – Resumo das prestações de contas Aprovadas, Rejeitadas e Pendentes

SWOT	BARCELONA 1992	RIO 2016
FORÇAS	<p>O jornalismo faz uma propaganda gratuita da cidade.</p> <p>Construção de estradas e telecomunicações.</p> <p>Jogos caracterizados por um estilo mediterrâneo e de hospitalidade calorosa.</p> <p>Ausência de incidentes.</p> <p>Participação masiva dos cidadãos voluntários.</p>	<p>Até 2016 mais de 500 agentes de segurança pública farão cursos nos Estados Unidos, buscando capacitação para segurança externa, segurança nos portos, aeroportos e fronteiras, além de riscos químicos, biológicos, radiológicos e nucleares.</p> <p>Previsão de terem terminais de autoatendimento espalhados pela cidade, painéis de transmissão em tempo real para os locais que recebem programação, monitoramento reforçado na segurança da rede e do portal multimídia.</p> <p>O aeroporto terá uma capacidade para receber 44 milhões de passageiros e 120 mil toneladas de carga por ano, melhorando assim o fluxo do aeroporto para a população.</p>

Fonte: elaboração própria.

TABELA 02 – AMEAÇAS ENTRE BARCELONA 1992 X RIO 2016

SWOT	BARCELONA 1992	RIO 2016
AMEAÇAS	<p>3 procesos de candidatura para sediar os jogos Olímpicos.</p> <p>Cada proceso de candidatura para sediar os jogos tem custo.</p> <p>Despesas a longo prazo para construir a estrutura, estradas e estádios.</p>	<p>Distribuição e vendas de ingressos para jogos que não tenham atleta brasileiro, pois o público para assistir será pequeno, dando uma má impressão da organização e planejamento das vendas dos ingressos.</p> <p>A revolução no sistema de transporte está sendo feita somente no Rio de Janeiro e, não, na região metropolitana, porque segundo urbanistas o maior problema não está sendo considerado, que é o deslocamento diário de moradores da região metropolitana à cidade sede dos jogos.</p> <p>A segurança está falha porque estão se preocupando somente com a cidade sede o Rio de Janeiro e a região metropolitana, onde circulam pessoas e violência, está sem planejamento.</p> <p>O custo total da Olimpíada foi estimado em 28,85 bilhões de reais, que saíram dos cofres públicos, que deixaram de ser investido em escolas, educação e hospitais.</p>

Fonte: elaboração própria.

TABELA 03 – FRAQUEZAS ENTRE BARCELONA 1992 X RIO 2016

SWOT	BARCELONA 1992	RIO 2016
FRAQUEZAS	<p>Foram construídas em Barcelona diversas arenas olímpicas, incluindo o parque aquático em Montjuic, mesmo tendo uma vista espetacular, o espaço não teve utilização ao longo prazo.</p> <p>Outras arenas desportivas menores, como o velódromo continuam a ser usadas como frequência pela comunidade, mas o fato de não serem cobertos impedem que os locais sejam usados para competições maiores.</p>	<p>Custo dos ingressos não atinge a população pobre, pois a média de custo dos ingressos será: 6 milhões de bilhetes a 36 dólares e, para as provas populares (atletismo, basquete, ginástica, vôlei e natação), 30 dólares e a previsão de 2 milhões de ingressos por menos de 20 dólares.</p> <p>Medidas emergenciais estão previstas para diminuir o trânsito na cidade sede dos jogos, como faixas exclusivas e decretação de feriados. A cidade para de trabalhar para ocorrer os jogos.</p> <p>Pessoas perdem o direito de moradia no mesmo local que vivem há anos, porque o Governo que utilizar o local para construção de estádios, vilas olímpicas.</p> <p>Os investidores dos hotéis se preocupam com a ociosidade que, poderá ser vista depois da competição e na baixa temporada.</p> <p>Falta de planejamento nas instalações construídas para o Pan 2007, porque agora precisam de novas alterações, mais custo.</p> <p>Falta de transparência nos gastos devido a uma legislação como a Lei Federal n.º 12.462 de 2011, que instituiu o regime diferenciado de contratações para a Copa do Mundo 2014 e a Olimpíada 2016, que permite a realização de licitações sem divulgação e abre exceções para gastos do estado e do município.</p>

Fonte: elaboração própria.

TABELA 04 – OPORTUNIDADES ENTRE BARCELONA 1992 X RIO 2016

SWOT	BARCELONA 1992	RIO 2016
OPORTUNIDADES	<p>A região portuária de Barcelona se transformava de um lugar degradado em um grande centro de turismo e lazer.</p> <p>Bilhões de dólares gastos em reurbanização. transformaram a imagem da cidade, que virou um dos lugares mais cobiçados pelos turistas globais.</p> <p>Fluxo de visitantes dobrou na década seguinte à Olimpíada.</p> <p>Estádio olímpico é bem cuidado e atrai visitantes.</p> <p>Os jogos de Barcelona ajudaram a difundir diversos esportes na Espanha.</p> <p>Atletas ficaram conhecidos e mostraram seus talentos.</p> <p>O Comitê Organizador gastou cerca de US\$ 20 bilhões para gerar a infraestrutura necessária para a Olimpíada. Tudo foi planejado, e de tal forma que as obras tiveram uso permanente. Assustados com a possibilidade da repetição de um atentado similar ao ocorrido em 1972, os organizadores espanhóis investiram US\$ 400 milhões em segurança. Trinta mil soldados foram contratados e 41 estádios construídos para o evento</p>	<p>O acesso ao Parque Olímpico deverá custar 1 dólar, mais pessoas (estudantes, baixa renda, população) terão acesso devido ao custo baixo.</p> <p>Está sendo apresentada uma revolução no sistema de transporte no Município do Rio de Janeiro.</p> <p>Os hotéis da cidade estão vendo a oportunidade de ampliação, onde está previsto a construção de 8.020 novos quartos até 2015, além de analisarem a viabilidade de construção de 9.528 outros apartamentos.</p>

Fonte: elaboração própria.

6. O Investimento em Eventos Internacionais - IPEA

Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) aponta que a Olimpíada melhorou a infraestrutura urbana e aumentou o PIB e o emprego nas localidades onde foram realizados os jogos.

Os exemplos de Barcelona 1992 (Espanha), Sydney 2000 (Austrália) e Pequim 2008 (China) comprovam: jogos olímpicos produzem resultados

muito positivos para os países que os patrocinam, principalmente para as cidades onde são realizados.

A expectativa para o Brasil é mais favorável ainda, porque o País sediou um dos maiores eventos esportivo internacionais em 2014, a Copa do Mundo, e vai sediar a Olimpíada, em 2016.

A realização da Copa exigiu investimento em transportes (portos e aeroportos), mobilidade urbana (metrô, trem,

corredores), hotelaria, turismo e em pessoal de atendimento e recepção nas 12 cidades-sedes, movimentando toda a economia local. O ritmo de investimento terá que ser mantido no Rio de Janeiro, que vai sediar a Olimpíada. A previsão chega a R\$ 30 bilhões.

Barcelona saiu da depressão na década de 1980 para o *boom* econômico depois do evento. Os investimentos para os Jogos Olímpicos de 1992 promoveram uma "transformação urbana" na cidade: aumento de 15% nos projetos rodoviários



e de 17% no sistema de tratamento de esgoto, em comparação com 1989. De acordo com o estudo os efeitos positivos começaram com a escolha da cidade pelo Comitê Olímpico Internacional: "a taxa de desemprego, que até então vinha aumentando, começou a cair. Entre outubro de 1986 e julho de 1992, a taxa geral de desemprego em Barcelona caiu de 18,4% para 9,6% (contra 15,5% no resto da Espanha)." Nesse período, o número de contratos de trabalho aumentou 2,5 vezes.

O fato é que o simples anúncio da realização dos eventos no Brasil gerou expectativas positivas no setor privado, que já trabalhava antes com um cenário de crescimento econômico a taxas significativas nos próximos anos. Logo depois da escolha do Rio como sede da Olimpíada de 2016, a Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (FIRJAM) fez uma pesquisa com 318 indústrias e metade delas respondeu que serão afetadas positivamente, mesmo que indiretamente. De acordo com Guilherme Mercês, chefe da assessoria econômica da Firjan, 25% das empresas preveem aumento de investimentos nos próximos anos por causa da Olimpíada. O percentual pode aumentar, diz ele, porque na época 31% das indústrias ainda não tinham avaliado o impacto do evento.

7. Conclusão

Após os estudos realizados, conclui-se que as Olimpíadas de Barcelona e Rio 2016 são positivas para a cidade e para o país, pois atrai milhares de turistas que aquecem a economia, com compras, alimentação, hospedagem, incentivando as empresas a realizar treinamentos e capacitar seus colaboradores no atendimento ao turista e atletas que estarão nas cidades no período do evento e assim após os novos turistas que receberam. As cidades e os países ficam mais conhecidos, pois o mundo exhibe fotos e reportagens sobre os jogos.

Constata-se aumento do emprego formal e informal e do trabalho voluntário. Toda a imprensa, mídia, televisão, rádio,

internet, telefonia móvel também ganha, já que se divulgam os jogos, em tempo real, ao mundo inteiro.

“ O fato é que o simples anúncio da realização dos eventos no Brasil gerou expectativas positivas no setor privado, que já trabalhava antes com um cenário de crescimento econômico a taxas significativas nos próximos anos. ”

Verifica-se, ainda, a existência de pontos falhos, como a falta de planejamento adequado para as construções de estádios, arenas olímpicas, velódromos, hotéis. As obras são realizadas sem vislumbrar a utilidade futura, deixando algumas sem utilidade ou precisando de reforma para adaptar a outros eventos; o que acarreta um alto custo para a manutenção e reparo.

O *marketing* que acontece antes e durante o evento é grande; muitas empresas têm a oportunidade de investir nos atletas e divulgar suas marcas.

Os maiores problemas identificados são o gasto de dinheiro público e a falta de transparência, já que se gasta em longo prazo e as dívidas ficam durante anos, para sediar apenas alguns dias do evento. Paralelo a isso, torna a cidade conhecida mundialmente, ajudando a melhorar os gastos com alimentação, hospedagem e transporte, ficando para a

cidade sede com condições melhores de sobrevivência e um aumento no turismo.

8. Referências

ANÁLISE SWOT (MATRIZ) – CONCEITO E APLICAÇÃO. Disponível em <<http://www.portal-administracao.com/2014/01/analise-swot-conceito-e-aplicacao.html>>. Acesso em: 21 fev. 2016.

A HISTÓRIA DAS OLIMPIADAS ATRAVÉS DO QUADRO DE MEDALHAS. Disponível em <<http://www.duplipensar.net/dossies/2004-Q3/olimpiadas-historia.html>>. Acesso em: 20 mar. 2016.

ARBACHE, J. S. et al. A MATRIZ DE CONTABILIDADE SOCIAL DO BRASIL E O SETOR DE TURISMO. In: ANDRADE, J. P. de et al. (organizadores) A ECONOMIA DO TURISMO NO BRASIL. Brasília: SENAC/DF, 2008, p. 17-38.

BARCELONA APRESENTA JOGOS COM NOVA DIVISÃO GEOPOLÍTICA MUNDIAL. Disponível em <<http://olimpiadas.uol.com.br/2008/historia/1992/historia.jhtm>>. Acesso em 01 mar. 2016.

BARCELONA 1992. Disponível em <<http://esportes.terra.com.br/atenas2004/interna/0,,OI353084-EI4066,00.html>>. Acesso em 18 fev. 2016.

BRUNELLI, Mariana de Queiroz; SOARES, T. Diana L. Oportunidades e Ameaças na Indústria do Turismo: análise estratégica relacional do caso dos hotéis líderes da cidade do Rio de Janeiro. 2012.

CLAVER-CORTÉS, E.; MOLINA-AZORÍN, J. F.; PEREIRA-MOLINER, J. COMPETITIVENESS IN MASS TOURISM. *Annals of Tourism Research*, vol. 34, n. 3, 2007.

COMITÊ ORGANIZADOR DOS JOGOS 2016 PROMOVE CONCURSO PARA INCENTIVAR JOVENS ARQUITETOS. Disponível em <http://www.rio2016.org/noticias/noticias/comite-organizador-dos-jogos-rio-2016-promove-concurso-para-incentivar-jovens-arquitetos>. Acesso em 01 mar. 2016.

COMO ORGANIZAR UMA OLIMPÍADA EM 10 LIÇÕES. Pág. 82. Revista Placar Especial, Setembro/2012.

_____. Derrota na Copa 'não afeta

marca Brasil', diz especialista. BBC do Brasil –British Broadcasting Corporation do Brasil, 04 jul. 2006. Disponível em:<http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2006/07/060703_marcabrasilmv.shtml>. Acesso em: 21 fev. 2016.

EVENTOS INTERNACIONAIS – COMPENSA INVESTIR? – O INVESTIMENTO VALE A PENA? Disponível em <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=1270:reportagens-materias&Itemid=39>. Acesso em 01 mar. 2016.

FONTE RIO 2016. Disponível em <<http://www.rio2016.org/os-jogos/fonterio2016>>. Acesso em 18 fev. 2016.

JOGOS OLIMPICOS DE VERÃO DE 1992. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Jogos_Ol%C3%ADmpicos_de_Ver%C3%A3o_de_1992#Marketing>. Acesso em: 2016.

MACEDO-SOARES, T. D. V. A. ENSURING DYNAMIC STRATEGIC FIT OF FIRMS THAT COMPETE GLOBALLY in Alliances and Networks: Proposing the Global SNA - Strategic Network Analysis – Framework. Revista de Administração Pública –RAP, v. 45, n. 1, 2011.

SCOTT, N.; BAGGIO, R.; COOPER, C. 2etwork

ANALYSIS AND TOURISM: FROM THEORY TO PRACTICE. Channel View Publications, 2008.

VEJA COMO AS OLIMPIADAS DE 1992 MUDARAM A CARA DE BARCELONA. Disponível em O ESTADÃO <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,veja-como-as-olimpiadas-de-1992-mudaram-a-cara-de-barcelona,864345,0.htm>. Acesso em 02 fev. 2016.

XXV JOGOS OLIMPICOS DE VERÃO – BARCELONA 1992. Disponível em <<http://www.quadromedilhas.com/olimpiadas/jogos-olimpicos-verao-1992-barcelona.htm>>. Acesso em 18 fev.2016.2016 prospects for success or failure. The methodology used is a descriptive approach, which investigates, from the analysis of articles, reports and data released information on tourism marketing, economic effects of holding major sporting events like the Olympic Games in cities that are now considered as important international destinations, at least at the time of the event, and the holding of the Olympic games of Barcelona 1992 and to be held in Rio de Janeiro in 2016. In this sense, the research seeks to analyze the opportunities and threats created by the host countries of Olympics, considering not only their goals to compete on the global stage, but also their role in the development of own tourist destination.



Adriana Araújo - Graduada em Ciências Contábeis e especialista em Auditoria, Perícia, Controladoria e Gestão Pública. Mestranda em Administração e superintendente de Auditoria e da Controladoria Geral de Alagoas. É acadêmica e presidente da Academia Alagoana de Ciências Contábeis (ALACICON); membro da Comissão Estadual do PVCC em Alagoas e vice-presidente Técnica e de Desenvolvimento Profissional do CRCAL.





A contabilidade controla?

Por Edson Oliveira

Há algum tempo recebi de uma jovem estudante um e-mail perguntando sobre o que faz o profissional de contabilidade em uma empresa. Ela ficou interessada em conhecer as atividades dessa profissão a partir da leitura de um artigo que escrevi anteriormente, intitulado "O Advogado, o Contador e o Médico".

Decidi fazer este texto sobre o assunto para atender à sua curiosidade e, ao mesmo tempo, esclarecer isso para muitas outras pessoas que desejam conhecer a contabilidade.

A princípio, faço referência ao substantivo controle do jeito como ele está descrito no Dicionário Aurélio da língua portuguesa: "controle (ô) [Do fr. contrôle.] Substantivo masculino.

1. Ato, efeito ou poder de controlar; domínio, governo.
2. Fiscalização exercida sobre as atividades de pessoas, órgãos, departamentos,

ou sobre produtos, etc., para que tais atividades, ou produtos, não se desviem das normas preestabelecidas.

3. Restr. Fiscalização financeira. "No Dicionário de Termos de Contabilidade, de Sérgio de Iudícibus e José Carlos Marion, publicado pela Editora Atlas, o termo con-

trole está assim definido: "Controle. (1) Tecnologias, normas e procedimentos específicos usados para proteger os recursos, a precisão e a confiabilidade dos sistemas de informação. (2) Meios ou dispositivos que asseguram a concretização dos planos."

Como se pode observar, o controle implica exercer atividade de acompanhamento sistemático que pode resultar em ações preventivas e/ou corretivas.

Do meu ponto de vista, não é mais aceitável afirmar que a Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio das empresas. Esse conceito foi válido quando ainda não se utilizavam os recursos modernos da tecnologia. Atualmente essa tecnologia é bastante requerida por organizações de médio e grande porte que dispõem de soluções integradas. Considero o conceito inadequado para os tempos atuais visto que a Contabilidade de fato não controla.

“ Como se pode observar, o controle implica exercer atividade de acompanhamento sistemático que pode resultar em ações preventivas e/ou corretivas. ”



Para melhor compreensão, vejamos:

- as informações detalhadas sobre os clientes estão na área financeira (contas a receber);
- as informações detalhadas sobre as obrigações a pagar, incluindo os fornecedores, estão também na área financeira (contas a pagar);
- as informações detalhadas sobre salários, vantagens e encargos estão na área administrativa (recursos humanos/pessoal);
- as informações detalhadas sobre os bens patrimoniais estão na área administrativa (controle do imobilizado);
- as informações detalhadas sobre as questões trabalhistas estão na área jurídica;
- as informações detalhadas sobre vendas, clientes, estoques etc. estão na área comercial;

- as informações detalhadas sobre níveis de produção, custos produtivos, desempenho dos produtos, etc, estão na área industrial.

Há uma grande quantidade de outras informações que são alimentadas e controladas por diversas áreas da empresa.

Assim, percebe-se que a Contabilidade não exerce função de controle, mas, sim, de registro dos acontecimentos. E são esses registros contábeis que validam as transações realizadas pela empresa. Isso na prática significa que as áreas controlam, mas os registros precisam ser efetuados na contabilidade, de forma resumida ou não, a fim de caracterizar as operações como verdadeiras, do ponto de vista fiscal e legal. Só que registrar não é controlar.

É importante observar que a importância da contabilidade não diminuiu. A execução de tarefas foi reduzida de maneira significativa, mas o profissional da contabilidade continua tendo a prerrogativa de assinar o balanço e elaborar diversos outros relatórios importantes. Ele deixou de ser executor de algumas rotinas de trabalho e passou a ser importante gestor de informações. Os detalhes estão nas áreas que participam dos controles internos.



Em empresas que utilizam sistemas integrados, a participação do profissional de contabilidade na execução dos lançamentos é pequena. Imagine o contador de um grande banco tendo que lançar e controlar todas as transações mensais de milhares de clientes? E a movimentação de estoques de uma grande rede de supermercados?

O que um profissional de contabilidade faz é muito mais importante do que efetuar lançamentos contábeis e controlar saldos de contas. Ele monitora informações, prepara relatórios úteis, avalia a situação econômica e financeira das entidades, responsabiliza-se pelas demonstrações contábeis, etc. Também atende ao Fisco, a administração, aos sócios, aos acionistas, os credores, aos clientes e tantos outros interessados em informações sobre a empresa.

O conceito de que a Contabilidade é a ciência que estuda e controla o patrimônio precisa ser repensado. Principalmente quando se tratar de grandes empresas.



Edson Oliveira dos Santos - Bacharel em Ciências Contábeis; especialista em Metodologia do Ensino Superior; escritor, professor e membro (Abracicon). Acumula mais de 30 anos de experiência em atividades gerenciais nas áreas contábil e financeira.

Entrevista com Joaquim de Alencar Bezerra Filho

Por Maristela Giroto



Aos 36 anos, o vice-presidente de Política Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Joaquim de Alencar Bezerra Filho, já é uma liderança da classe contábil. A sua vocação para ser representante da categoria iniciou-se ainda na universidade e se manteve ao longo de trajetória nas entidades da classe. Nesta entrevista, o jovem contador abre o coração

“ Na minha faculdade, não havia Centro Acadêmico nem Diretório Central dos Estudantes, e foi aí que teve início a minha missão. ”

e revela como encara o desafio de estar na linha de frente de uma profissão cada vez mais forte e importante para a economia brasileira.

Abracicon Saber. O Sr. poderia descrever, resumidamente, a sua trajetória profissional, partindo do movimento acadêmico até chegar a vice-presidente de Política Institucional, uma área estratégica, da maior entidade da área contábil brasileira?

Joaquim de Alencar Bezerra Filho – Eu me lembro como se fosse hoje. Era dia 11 de agosto de 1997, o dia do meu aniversário. Eu completava 17 anos de idade e minha família não sabia que eu tinha feito vestibular para Ciências Contábeis. Quando todos ouviam o rádio, atentos ao resultado do vestibular e aguardando para escutar o nome da minha irmã, que também prestava vestibular naquele ano, só que para o curso de Direito, foi anunciado

“Joaquim de Alencar Bezerra Filho” entre os primeiros aprovados para Ciências Contábeis. Pronto, havia sido aprovado! Quando adentrei pela primeira vez os corredores da faculdade, pensei comigo. “Eu sou contador, e estes próximos quatro anos serão o meu estágio!”. Senti-me um profissional no primeiro dia de aula.

Logo me apaixonei pelo curso e, vejam, só tinha tido acesso a duas disciplinas da Contabilidade.

Na minha faculdade, não havia Centro Acadêmico nem Diretório Central dos Estudantes, e foi aí que teve início a minha missão. No meu primeiro ano, criamos o Centro Acadêmico de Ciências Contábeis e incentivamos também outros cursos a criarem os seus. No ano seguinte, já tínhamos criado o DCE. Assim, tive a oportunidade de presidir o Centro Acadêmico por dois mandatos e de ser diretor do DCE por um mandato. No terceiro ano da faculdade, fundamos uma empresa júnior – a Controller

e Consultoria Junior –, na qual tive a oportunidade de ser o primeiro presidente e de permanecer na diretoria até me formar.

Imaginando que poderíamos ir mais longe, começamos a arregimentar os Centros Acadêmicos de Ciências Contábeis das outras faculdades do Piauí e, em menos de dois anos, já tínhamos criado a Executiva Piauiense de Estudantes de Ciências Contábeis. A partir daí, levamos o nosso movimento estudantil ao reconhecimento do Nordeste, com a participação efetiva na formatação de outras executivas estaduais, até a criação da Executiva Regional de Estudantes de Ciências Contábeis do Nordeste (Exerecic-NE), a primeira das Regiões do Brasil e a que, desde aquele ano de 1998, permanece ativa e atuante até os dias de hoje.

Com o trabalho que incentivamos à frente do movimento estudantil no Nordeste, ganhamos espaço no Brasil e institucionalizamos a Federação Nacional de Estudantes de Ciências Contábeis (Fenecic), da qual fiz parte de duas gestões.

“ Foi com esta abertura que começamos a disseminar, ainda mais, a aproximação dos estudantes com a classe contábil brasileira, porém, agora, com um novo viés: abraçar o jovem profissional que acabara de adentrar na classe, ou seja, o ex-estudante. ”

Foi esse movimento que, aos poucos, foi chamando a atenção do Sistema CFC/CRCs, pois anualmente são realizados inúmeros eventos de estudantes em todas as unidades da Federação. Com isso, diante da nossa participação, buscando sempre a aproximação com o Sistema CFC/CRCs, fomos convidados pela então presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Maria Clara Bugarim, para compor uma comissão de Jovens Lideranças, como representante da região Nordeste. Foi com esta abertura que começamos a disseminar, ainda mais, a aproximação dos estudantes com a classe contábil brasileira, porém, agora, com um novo viés: abraçar o jovem profissional que acabara de adentrar na classe, ou seja, o ex-estudante.

Esta oportunidade nos deu condições de realizar um grande trabalho de força e de geração de novos líderes na classe. Então, em 2010, com oito anos de formado, fui convidado a fazer parte do CFC, como conselheiro suplente.



Considere esse passo uma grande conquista do movimento estudantil, pois ali estava um de seus representantes ocupando importante espaço no órgão dirigente da classe.

Minha forma de agradecer a esta oportunidade foi trabalhar, trabalhar e trabalhar ainda mais para elevar a categoria e a imagem da classe. Fixei algumas metas, em que pudesse contribuir para a gestão do então presidente do CFC, Juarez Domingues Carneiro, que foram: 1) aproximar e criar relações entre a OAB nacional e o CFC, pois entendia que estas duas entidades eram coirmãs e tinham muito para fazer em conjunto; 2) defender no TSE a prestação de contas das eleições como prerrogativa do profissional da contabilidade; 3) fazer uma aproximação do Poder Legislativo, Câmara e Senado com o CFC; 4) estreitar as relações do CFC com os Poderes Executivo e Judiciário; e 5) disseminar o Projeto Jovens Lideranças Contábeis por todo o País.

Essas metas, ao final do mandato do presidente Juarez, foram cumpridas, então chegou o momento de o CFC amadurecer um pouco mais nas relações institucionais e parlamentares. Com a gestão do atual presidente, José Martonio Alves Coelho, que é o nosso maior líder político da classe, com uma visão holística e sistêmica, começou a dar forças à área institucional, primeiro criando uma coordenação específica de Relações Institucionais e, agora no seu segundo mandato, uma Vice-Presidência de Política Institucional. Ao receber o convite do presidente Martonio para compor esta Vice-Presidência, primeiro senti uma honra muito grande, depois me fiz a pergunta: 'Como retribuir a esta oportunidade?' Não pensei duas vezes: vai ser com trabalho, trabalho e trabalho.

A. S.) Pela sua trajetória até aqui, o sr. pode ser considerado um

exemplo para os futuros líderes da profissão. O que sr. recomenda aos estudantes de Ciências Contábeis e aos jovens profissionais que pretendem atuar em entidades de defesa e de fortalecimento da profissão contábil?

“Ao receber o convite do presidente Martonio para compor esta Vice-Presidência, primeiro senti uma honra muito grande, depois me fiz a pergunta: 'Como retribuir a esta oportunidade?' Não pensei duas vezes: vai ser com trabalho, trabalho e trabalho.”

J.B.) – É uma responsabilidade muito grande você ser definido como exemplo ou modelo para alguém. Até porque, nós somos um composto de acertos e de erros, nenhum sucesso vem de forma fácil, rápida ou em caminhos sem obstáculos. Todo sucesso vem de muita luta, dedicação, foco, persistência e muita resiliência. O que eu posso dizer talvez seja que cada um possa aproveitar o seu tempo, encontrar os seus propósitos e compreender suas missões; que cada estudante possa aproveitar a academia para ser “o profissional” e que aprenda a aplicar a técnica no desenvolvimento das pessoas, da sociedade e do meio

ambiente em que está inserida. Também, que possam desfrutar e aproveitar todas as oportunidades que lhes são dadas, sem medo de enfrentá-las, participando ativamente das atividades da classe e contribuindo para o desenvolvimento das pessoas. Aí, quando menos você espera e até sem sentir, está inserido do processo de fortalecimento das entidades.

A.S.) O sr. está satisfeito com os resultados do Projeto CFC Jovens Lideranças Contábeis, do qual é o coordenador nacional? Quais as principais ações que estão em andamento?

J.B.) Olha, eu chego a me emocionar quando olho para trás... Eu vi nascer este projeto. Sabe onde foi? Lá no Centro Acadêmico, quando o fundamos, há 20 anos. De lá para cá, eu tive a oportunidade de estar inserido no seu passo a passo, no seu ano a ano, então, como a pergunta é personalíssima, eu posso afirmar que não só estou satisfeito com os seus resultados, como estou impressionado com a dimensão que o projeto tomou, aonde ele chegou e para onde ele vai. Atualmente, nós temos o CFC Jovem organizado em todo o País; são mais de 5.000 pessoas envolvidas direta e indiretamente.

Temos ações sendo realizadas diariamente em todo o País. Atualmente, já temos mais de 150 mil jovens profissionais ou estudantes que participaram dessas ações. Posso citar como exemplo, no dia 16 de outubro, data da última edição do Exame de Suficiência, que é pré-requisito para emissão do registro profissional, em todo o País, os CRCs estavam recepcionando os candidatos, por meio dos membros das comissões estaduais do CRC Jovem. Esse é uma demonstração de carinho, mas também da pujança da classe, bem como a solidariedade que tem com o profissional da contabilidade. Destaco como ações principais do Projeto

Jovens Lideranças: 1) a captação de vestibulandos para o curso de Ciências Contábeis, por meio da realização de palestras vocacionais; 2) a contribuição para formação empreendedora e ética dos egressos do curso; 3) o envolvimento direto dos estudantes e jovens profissionais nas ações do Programa do Voluntariado da Classe Contábil (PVCC); 4) a parceria com a Academia Brasileira de Ciências Contábeis, agora na realização e disseminação do Cine Contábil Abracicon, que tem como tema a valorização da imagem do profissional em todo o Brasil; 5) e a criação de fóruns de debate e discussões de temas-chave, como o empreendedorismo, a responsabilidade socioambiental e a formação de novos líderes na classe, entre outras ações.

A.S.) No mês de novembro, na sede do CFC, haverá um seminário internacional com jovens líderes da profissão de cerca de 20 países. Qual a sua avaliação sobre a realização de um evento desse porte, pela primeira vez, no Brasil e, especialmente, na sede do CFC?

J.B.) Isso vem de encontro ao que eu já dizia há pouco: é uma grande satisfação ver até onde este projeto vai, porque este evento, na verdade, foi uma provocação da Federação Internacional de Contadores (Ifac, na sigla em inglês), que quis conhecer o Projeto Jovens Lideranças como “case” para levar ao mundo. Fomos convidados e vamos apresentá-lo, primeiramente, em um

evento fechado da Ifac. Aproveitando que este evento estará acontecendo no Brasil, convidamos os representantes dos países presentes para também trazerem suas experiências a nós. Esta troca será muito rica, e a nossa expectativa é que o Projeto Jovens Lideranças possa ser copiado e até aprimorado, mas que possa servir de base para a construção de um novo pensar sobre o futuro das gerações de profissionais da contabilidade comprometidos com a ética, com a valorização profissional e com o desenvolvimento das pessoas e da sociedade.

A.S.) Como vice-presidente de Política Institucional do CFC, quais os principais projetos, que dizem respeito à classe contábil, que estão em andamento no Congresso Nacional?

J.B.) Esta pergunta é de fundamental importância, porque, primeiramente, nos permite informar à sociedade que neste mês de novembro estaremos lançando a terceira edição da nossa Agenda Parlamentar, na qual estarão os mais de 100 projetos de lei de interesse da classe que nós estamos acompanhando, diariamente, nas Casas Legislativas. Faço alguns destaques: a reforma do Código Comercial; a alteração da Lei nº 4.320/1964 (que regula o Direito Financeiro e trata da contabilidade pública); a alteração da Lei Complementar nº 101/2001 – A Lei de Responsabilidade Fiscal; a reforma

política; a reforma eleitoral a reforma previdenciária; a reforma trabalhista, enfim, todas as matérias de relevância para o País, as quais nós não só estamos acompanhando, mas também estamos encaminhando proposições.

A.S.) Recentemente, após tratativas da Vice-Presidência de Política Institucional, o CFC assinou Termo de Cooperação Institucional com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) visando à prestação de contas da eleição deste ano. Qual a importância dessa parceria para a classe contábil?

J.B.) Mas um grande marco para o CFC. O trabalho que o CFC vem desenvolvendo nesta área tem sido de fundamental importância para a democracia brasileira. Esta parceria vem desde as eleições de 2012, fortalecendo-se a cada eleição. Para se ter uma ideia, o CFC qualificou mais de 30 mil profissionais da contabilidade, advogados, tesoureiros e candidatos em todo o País sobre as normas de prestações de contas. Além disso, elaborou um manual prático que teve mais de 500 mil acessos. Não obstante a isso, o CFC tem acompanhado de perto e contribuído com o exercício do controle social, afastando, assim, práticas de corrupção eleitoral. O CFC passou a ser um braço do TSE na tarefa de proporcionar eleições limpas, demonstrando, assim, que a contabilidade é um instrumento que possibilita à democracia ir além do voto.

ACESSE NOSSO NOVO PORTAL



www.abracicon.org



ITG 1000, Risco de Detecção e Informação Contábil:

Uma análise teórica sobre a relação custo *versus* benefício para as microempresas e empresas de pequeno porte

Por Luiz Carlos Marques dos Anjos, Mateus Alexandre Costa dos Santos e Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante



RESUMO

Este ensaio tem por objetivo discutir aspectos relacionados aos incentivos a que estão submetidos os proprietários ou administradores das ME/EPP no tocante à adoção, ou não, da ITG 1000, bem como aos possíveis cenários decorrentes das respostas desses indivíduos a tais incentivos. Foi assumido, como pressuposto básico, que não há a inter-relação da decisão entre optar por manter apenas a escrituração do livro caixa, ou adotar a ITG 1000, com outras escolhas econômicas. A discussão baseia-se nos pressupostos da racionalidade econômica e assume que os indivíduos, sob incerteza, comportam-se

no sentido Von Neumann-Morgenstern. Além disso, orienta-se pelo modelo clássico proposto por Allingham e Sandmo (1972), referente à teoria Econômica da Evasão Tributária. Percebe-se que o sucesso na adoção da ITG 1000 pode ser alcançado com a conscientização dos segmentos envolvidos e com a inibição e a punição de condutas adversas, permitindo-se inferir que a adoção da ITG 1000 depende muito mais de ações da classe contábil do que de uma decisão gerencial das ME/EPP.

Palavras-chave: ITG 1000, Contabilidade para Micro e Pequenas Empresas, Regulação Contábil.

ABSTRACT

This essay aims to discuss aspects related to the incentives that owners or managers of the Micro and Small firms face with regard to the adoption or not of ITG in 1000 as well as the possible scenarios resulting from the responses of these individuals to such incentives. It was assumed as the basic assumption that there is no inter-relation of deciding between keeping only the ledger of Cash Book, or adopt the ITG 1000, with other economic choices. The discussion is based on the assumptions of economic rationality and assumes that individuals, under uncertainty, behave towards Von Neumann-Morgenstern. In

addition, it was guided by the classical model proposed by Allingham and Sandmo (1972), referring to the economic theory of tax evasion. It is noticed that the successful adoption of ITG 1000 can be achieved with the awareness of the segments involved and the adverse behaviors inhibition and punishment, it can be inferred that the adoption of the 1000 ITG is much more dependent on accounting class actions than a managerial decision of the Micro and Small firms.

Keywords: ITG 1000. Micro and Small Firms Accounting. Accounting Regulation.

1. Introdução

A prática contábil brasileira foi sendo moldada ao longo dos anos, influenciada pela escola italiana e com forte interferência estatal, sobretudo a de caráter tributário (LOPES; MARTINS, 2005; NIYAMA, 2010). Especificamente em relação às empresas de menor porte, sobretudo as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), esse cenário de interferência tem se mostrado mais acentuado e vem afetando fortemente a utilidade da informação contábil para os gestores/proprietários dessas empresas, pois, nesses casos, o foco principal da contabilidade acaba sendo o cumprimento das exigências fiscais (FARIA; SILVA, 2014; KLEIN JUNIOR; SOUZA, 2013; STROEHER; FREITAS, 2008).

Nesse contexto, Stroehler e Freitas (2008) verificaram que os proprietários de pequenas empresas vinculam a contabilidade a uma obrigação de caráter tributário. A informação contábil que

“ Especificamente em relação às empresas de menor porte, sobretudo as microempresas (ME) e as empresas de pequeno porte (EPP), esse cenário de interferência tem se mostrado mais acentuado e vem afetando fortemente a utilidade da informação contábil para os gestores/proprietários dessas empresas ”

lhes é fornecida não atende às suas necessidades gerenciais, justamente em função do seu enfoque fiscal. No mesmo sentido, Miranda et al. (2008) verificaram que gestores de empresas de pequeno porte estariam dispostos a rescindir o contrato com o seu contador, caso o Governo simplificasse as exigências tributárias, de modo que eles próprios pudessem realizar os procedimentos exigidos. De forma semelhante, os resultados obtidos por Silva (2010) sugerem que os gestores das MEs e EPPs por ele pesquisadas não perceberiam a utilidade da informação contábil para o seu processo decisório.

Alguns estudos também indicam que gestores de ME e EPP utilizam, e até privilegiam, informações internas para o seu processo decisório, no entanto, em parte, isso se deveria ao fato de que eles nem sempre entendem claramente

a informação contábil que lhes é fornecida (CANECA, et al., 2009; MIRANDA et al., 2008). O que se verifica é que há uma demanda por informações contábeis úteis, e esses usuários estariam dispostos a pagar por elas (CANECA et al., 2009; LUCENA, 2004).

Os resultados obtidos por Faria e Silva (2014), Pedroza (2013) e Sousa (2012) sugerem que esse cenário não mudou, mesmo com a adoção dos padrões internacionais de contabilidade. De acordo com essas pesquisas, apesar de o Pronunciamento Técnico CPC PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas dispensar um tratamento contábil mais simplificado, o nível de complexidade exigido para sua correta aplicação ainda seria um desafio para os profissionais de contabilidade que atendem às PMEs.

Ao não gerar benefícios para os seus usuários, a informação contábil perde seu sentido fundamental. Sendo assim, a manutenção de um sistema de contabilidade, mesmo que simplificado, passa a representar um custo adicional, o qual, naturalmente, tende a ser evitado. Muito embora a manutenção de um sistema de contabilidade com base na escrituração dos livros contábeis obrigatórios seja uma exigência contida no Art. 1.179 da Lei nº 10.406/2002 (Código Civil Brasileiro – CC), tem predominado no Brasil uma ideia equivocada de que as MEs e as EPPs estariam dispensadas dessa obrigação legal. Basicamente, isso se deve à não obrigatoriedade da escrituração contábil para fins exclusivamente tributários (STROEHER; FREITAS, 2008; SILVA, 2010).

Considerando-se a falta de utilidade da informação contábil para os gestores das MEs e das EPPs, assim como a ausência de um *enforcement* estatal relacionado à exigência quanto à elaboração da escrituração contábil por essas entidades e a inexistência de uma penalidade específica, para a empresa, em razão do descumprimento dessa exigência, existem incentivos econômicos



suficientes para que os indivíduos busquem a redução dos custos decorrentes da geração daquela informação.

Em 2012, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) aprovou, por meio da Resolução CFC nº 1.418/2012, a Interpretação Técnica Geral (ITG) 1000, a qual define um modelo contábil simplificado para as MEs e EPPs. A aprovação da ITG 1000 representa o reconhecimento de que as MEs e as EPPs necessitam de uma atenção especial. Esse modelo oferece uma alternativa contábil viável que pode estimular tais entidades a realizar, efetivamente, a sua escrituração contábil.

Contudo, muito embora a ITG 1000 represente um modelo contábil bastante simplificado, e que por isso tende a impor um menor custo, se comparado aos demais modelos, a questão principal é a sua capacidade de fornecer informações úteis aos gestores das MEs e das EPPs, pois a adoção da ITG 1000, sob um ponto de vista estritamente econômico, pode representar mais um custo dispensável, caso a informação não gere benefícios que o superem.

Diante desse contexto, e assumindo que o custo de produzir a informação contábil é do gestor da entidade (ME ou EPP), este ensaio tem por objetivo discutir aspectos relacionados à decisão dos indivíduos (proprietários/gestores) no tocante à adoção, ou não, da ITG 1000, bem como aos possíveis cenários decorrentes das respostas desses indivíduos, assumindo, como simplificação necessária, que não há a inter-relação dessa decisão com outras escolhas econômicas. Basicamente, a discussão aqui proposta busca demonstrar, teoricamente, que o fator-chave para tal adoção é a percepção dos usuários acerca dos benefícios gerados pela informação contábil produzida com base na ITG 1000, bem como que tal percepção depende das ações da classe contábil no sentido de evidenciar a utilidade da informação que é fornecida.

“ ME é definida como aquela empresa cuja receita bruta foi igual ou inferior a R\$360.000,00; já a EPP é aquela cuja receita tenha sido superior a esse limite e igual ou inferior a R\$3.600.000,00.”

Os pontos aqui apresentados baseiam-se nos pressupostos da racionalidade econômica e na premissa de que os indivíduos, sob incerteza, comportam-se no sentido Von Neumann-Morgenstern. Além disso, este estudo orienta-se pelo modelo clássico proposto por Allingham e Sandmo (1972), referente à Teoria Econômica da Evasão Tributária. Por fim, frise-se que não é objeto dessa discussão a avaliação do conteúdo da ITG 1000, mas sim, da sua adoção.

Este estudo traz uma abordagem ainda não explorada para o tema e oferece uma perspectiva diferente para a compreensão dos fatores que afetam adoção de uma norma contábil no cenário brasileiro, podendo trazer contribuições para normatizadores, órgãos de classe, pesquisadores e profissionais da área contábil.

Além desta seção introdutória, o artigo contém mais quatro seções adicionais.

A seção 2 apresenta o cenário brasileiro no qual as empresas investigadas estão inseridas; a seção 3 trata da escrituração contábil e do uso da informação contábil no Brasil; a seção 4 apresenta o desenvolvimento analítico desenvolvido no estudo; e a seção 5 traz as conclusões do estudo.

2. Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP)

O empresário, a empresa individual de responsabilidade limitada, a sociedade empresária e a sociedade simples podem enquadrar-se na condição de ME ou de EPP em um determinado ano, em função da receita bruta auferida no ano anterior. ME é definida como aquela empresa cuja receita bruta foi igual ou inferior a R\$360.000,00, já a EPP é aquela cuja receita tenha sido superior a esse limite e igual ou inferior a R\$3.600.000,00.

Esse é um segmento empresarial altamente representativo no Brasil. De acordo com o Sebrae (2014), estima-se que pelo menos 6,2 milhões de empresas sejam classificadas como ME ou EPP, o que consiste em uma parcela de, aproximadamente, mais de 97% dos empreendimentos privados estabelecidos (exceto Microempreendedor Individual - MEI).

A Constituição Federal de 1988 (CF88), em seu Art. 179, prevê que a União e os demais entes federados devem conceder a essas entidades tratamento jurídico diferenciado, no tocante à simplificação ou à eliminação de obrigações administrati-



vas, tributárias, previdenciárias ou creditícias. Basicamente, esse tratamento diferenciado busca reduzir os custos de operação dessas entidades. Atualmente, as normas para a adoção do tratamento diferenciado estão estabelecidas na Lei Complementar 123, de 2006 (LC 123).

Um aspecto econômico fundamental relacionado a essas entidades é que, na teia econômico-social brasileira, elas são responsáveis por uma parcela significativa da capilarização da renda que é distribuída na sociedade. Para se ter ideia, em 2011, conforme documenta o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) (2012), essas entidades eram responsáveis pela geração de mais de 30 milhões de postos de trabalho diretos no Brasil, o que representa mais da metade dos 52 milhões de postos ativos nesse período, conforme dados do IBGE (2013).

As MEs/EPPs, em sua grande maioria, são entidade familiares, geridas pelo próprio dono. Não há separação entre propriedade e controle, portanto, os problemas internos de agência tendem a ser pouco significativos ou até mesmo inexistentes. Por outro lado, na sua relação com os demais agentes, tais como bancos, clientes e empregados, tem-se presente a assimetria informacional que, entre outros impactos, traz o aumento do custo de capital (ALLEE; YOHN, 2009; HUSSAIN; MILLMAN; MATTLEY, 2006; BECK, KUNT; 2006; CASSAR; HOLMES, 2003).

“ As MEs/EPPs, em sua grande maioria, são entidade familiares, geridas pelo próprio dono. Não há separação entre propriedade e controle, portanto, os problemas internos de agência tendem a ser pouco significativos ou até mesmo inexistentes. ”

Anjos et al. (2012) e Caneca et al. (2009) mostram que a pré-disposição de se divulgar a informação contábil, dada sua não obrigatoriedade nessas entidades, decorre de relações de confiança entre o empresário e a outra parte, fato que não necessariamente se identifica entre proprietário e contador. Esse fato é decorrente, também, da percepção dos empresários de que a contabilidade, na forma que lhes é fornecida, seria apenas uma obrigação de conformidade tributária e/ou legal.

O enfoque fiscal, conforme descrito por Hendriksen e Van Breda (1999) e Ludícibus (2010), notadamente, exerce influência sobre as relações profissionais de prestação de serviços entre contadores e micro e pequenos empresários. Não apenas na percepção destes, mas na dos contadores também, que entendem que já prestam serviços e informações suficientemente relevantes para a gestão, ao passo que os gestores estariam predispostos a remunerar mais os contadores por informações úteis à sua tomada de decisão (CANECA et al, 2009; MIRANDA et al., 2008).

Na seara tributária, a LC 123 instituiu o Simples Nacional, um regime simplificado e unificado para apuração e arrecadação de tributos federais, estaduais e municipais. Nesse regime, as MEs/EPPs contam com uma série de benefícios que reduzem sensivelmente os seus custos de conformidade tributários, por exemplo, o recolhimento de diversos tributos em uma única guia de pagamento; o fornecimento de informações para as autoridades tributárias de forma simplificada e unificada; a não exigência de escrituração contábil para fins tributários, entre outras vantagens. Além disso, de acordo com a situação, é possível que a ME/EPP sujeita a esse regime beneficie-se de uma redução na sua carga tributária efetiva.

No tocante à escrituração contábil, percebe-se que sua dispensa ou simplificação, aparentemente, seria um benefício

Quadro 1 – Utilidade da Contabilidade em ME/ EPP

AUTOR	INFORMAÇÃO
Lucena (2004)	Previsão de vendas; Necessidades de caixa; Controles de despesas financeiras; Controle dos prazos de vendas e compras.
Uedo e Casa Nova (2006)	Gestão financeira que auxilie o acesso ao crédito; Controle de clientes e fornecedores; Gestão do capital de giro; Gestão Fiscal; Controle de estoque.
Oleiro, Dameda e Victor (2007)	Controle do imobilizado; Análise da margem de lucro; Controle de despesas.
Caneca (2009)	Controle da folha de pagamento; Controle de tributos e contribuições; Controle de contas a pagar; Cálculo do caixa gerado no mês; Cálculo do lucro gerado no mês; Depreciação do imobilizado.

Fonte: elaboração própria.

para tais entidades. Sob essa lógica, a informação contábil, aparentemente, tende a ser vista como um “encargo” e, não, como um elemento necessário à gestão das MEs/EPPs.

3. Escrituração Contábil e Informação Contábil

O Código Civil (CC) determina que as entidades empresariais devem manter um sistema de contabilidade com base na escrituração uniforme de seus livros, bem como elaborar anualmente o balanço patrimonial e o “de resultado econômico”. São dispensados dessa obrigação os pequenos empresários.

A LC 123, por sua vez, em nenhum dos seus dispositivos, dispensa a manutenção da escrituração contábil por parte da MEs/EPPs. Contudo, em seu Art. 27, prevê a possibilidade de as MEs/EPPs adotarem, opcionalmente, uma contabilidade simplificada. Como se vê, há apenas duas opções para a escrituração/contabilidade: (1) completa; e (2) simplificada. Em ambas, é subjacente a obrigatoriedade de se manter a escrituração contábil.

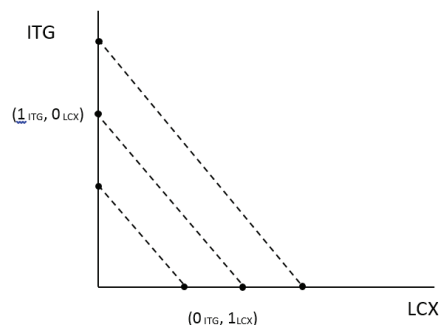
Um ponto de controvérsia é quanto à previsão tributária acerca da escrituração do livro-caixa. Em seu Art. 26, a LC 123 dispõe que as MEs/EPPs estão obrigadas, em síntese, a emitir documento fiscal e a manter em boa ordem e guarda os documentos que suportam a apuração dos tributos devidos e o cumprimento das obrigações acessórias.

Mais adiante, o § 2º desse mesmo artigo determina que, além das obrigações acima mencionadas, as MEs/EPPs “deverão ainda manter o livro-caixa em que será escriturada sua movimentação financeira e bancária” [grifo dos autores]. Esse comando é claro: para fins tributários, deverá ser escriturado o livro-caixa. Ele não prevê a possibilidade de a escrituração contábil ser substituída pelo livro-caixa, simplesmente por este ser uma obrigação tributária acessória.

No que compete à contabilidade “simplificada”, a LC 123 prevê que a sua regulamentação será realizada pelo Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN). Em atendimento a essa previsão, o Comitê Gestor do Simples Nacional (CGSN), atualmente por meio da Resolução CGSN nº 94/2011, determina que a contabilidade “simplificada” a ser adotada pelas MEs/EPPs deverá atender às disposições previstas no CC e nas Normas Brasileiras de Contabilidade (NBCs) emitidas pelo CFC (Art. 65).

Frise-se que a determinação acima tem a fundamentação legal reforçada pela atribuição legal do CFC, conferida pela Lei nº 12.249/2010 que alterou o Decreto-Lei nº 9.295/1946 (DL 9295), quanto à regulação dos princípios contábeis e à edição das NBCs, tanto de natureza técnica quanto profissional. E foi com base nessa atribuição que o CFC, por meio da Resolução CFC nº 1.418/2012, aprovou a ITG 1000. Interpretação que vai ao encontro da previsão legal contida na LC 123 e regulamentada pelo CGSN.

Figura 1 – Curva de Indiferença LCX versus ITG



Fonte: Elaboração própria

Contudo o que se verifica é que muitas MEs/EPPs simplesmente não mantêm a sua escrituração contábil, limitando-se, equivocadamente, à escrituração do livro-caixa, a fim de atender a uma exigência tributária mínima.

A escrituração contábil, nesse contexto, é compreendida, exclusivamente, como um custo de conformidade tributária. Como não há a previsão de uma penalidade expressa e específica pelo não atendimento dessa obrigação por parte das entidades optantes do Simples Nacional, a decisão de efetuar, ou não, a escrituração contábil e, correlatadamente, de adotar a ITG1000 ou não, tende a se concentrar, preponderantemente, na avaliação da percepção do benefício marginal a ser produzido pela informação contábil ante o custo incremental decorrente da realização da escrituração contábil. Contudo é importante destacar que as MEs/EPPs têm em comum diversas características, entre as quais, nesse momento, destaca-se a sua gestão. No Brasil, essas entidades costumam

Quadro 2 – Penalidades pela não elaboração da escrituração contábil

AUTOR	INFORMAÇÃO	LEGISLAÇÃO
Ética	Advertência Reservada	Art. 27, “g”, DL9295
	Censura Reservada	Art. 12, Resolução CFC nº 803/1996 (Código de Ética Profissional do Contador)
	Censura Pública	
Disciplinar	Multa de 1 a 5 vezes o valor da anuidade	Art. 27, “c”, DL9295
	Suspensão do Exercício da Profissão de 6 meses a 1 ano.	Art. 27, “e”, DL9295

Fonte: Elaboração própria.

“ Já em relação à adoção da ITG 1000, o benefício (em teoria) existe e é superior aos custos envolvidos, no entanto não está diretamente relacionado às obrigações acessórias do Simples Nacional, mas, sim, apesar da exigência da legislação comercial, ao processo decisório dos donos/gestores das entidades. ”

mas ser empresas familiares, com alta concentração da gestão e má qualificação desta para as atividades administrativas (MIRANDA et al, 2008; OLEIRO; DAMEDA; VICTOR, 2007; IBGE, 2003).

Sendo assim, a despeito do atendimento a uma obrigação legal, a informação contábil pode gerar inúmeros benefícios, sendo útil em diversas situações, como pode ser verificado no Quadro 1.

Apesar da evidente utilidade da informação contábil, diversas pesquisas mostram que micro e pequenos empresários baseiam suas decisões nas suas intuições ou experiências vividas (MIRANDA et al., 2008; CANECA et al., 2009; ANJOS et al., 2012). Por outro lado, o IBGE (2003) mostra que uma característica dessas organizações, e que contribui para menores taxas de sobrevivência, são os registros contábeis pouco adequados, decorrentes de grande influência da legislação tributária nas

atividades profissionais contábeis. Adicionalmente, frise-se que a informação contábil pode propiciar um maior nível de transparência e controle, reduzindo, assim, a assimetria informacional nas relações contratuais das MEs/EPPs, o que pode contribuir, por exemplo, com a redução do custo do capital obtido nas instituições financeiras.

Sendo assim, a ITG 1000 possibilita o surgimento de um ambiente em que a informação contábil pode revelar sua importância para a gestão, por meio de uma conscientização dos profissionais contábeis acerca da importância de elaborar relatórios tempestivos e confiáveis para seus clientes.

A flexibilização trazida pela ITG 1000 pode representar o início de uma relação mais estreita entre o prestador de serviço e o seu contratante, na qual o empresário obterá mais informações relevantes para a gestão, e o contador, em contrapartida, terá seu reconhecimento profissional e remuneração aumentados.

Além disso, sob a perspectiva do profissional da contabilidade, é importante destacar que a elaboração da escrituração contábil e a elaboração/levantamento das demonstrações contábeis representam trabalhos técnicos de contabilidade previstos na alínea “b” do Art. 25. do DL 9295, trabalhos estes que

devem, necessariamente, ser realizados de forma independente e em observância aos princípios de contabilidade e às NBCs. Desse modo, verifica-se que a não aplicação da ITG 1000 (não elaborar a escrituração contábil) configura-se em transgressão ético-disciplinar, podendo sujeitar o profissional às penalidades apresentadas no Quadro 2.

Conforme a Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) nº 1.309/2010, que dispõe sobre os processos de fiscalização, na fixação da penalidade serão considerados os antecedentes profissionais, isto é, se o profissional é reincidente, ou não, além do seu grau de culpa, as circunstâncias atenuantes e agravantes e as consequências da infração.

É importante destacar que tanto a ME/EPP quanto o profissional da contabilidade estão sujeitos à responsabilização civil e/ou penal, no caso da não elaboração da escrituração contábil ensejar crime, por exemplo os crimes contra a ordem tributária ou falimentares.

4. Algumas Reflexões

4.1. Benefício Percebido da ITG 1000

Como em qualquer decisão, os aspectos dominantes são o custo de implementação (Ct) e o benefício a ser obtido (Bnf).

Figura 2 – Benefício percebido da ITG 1000

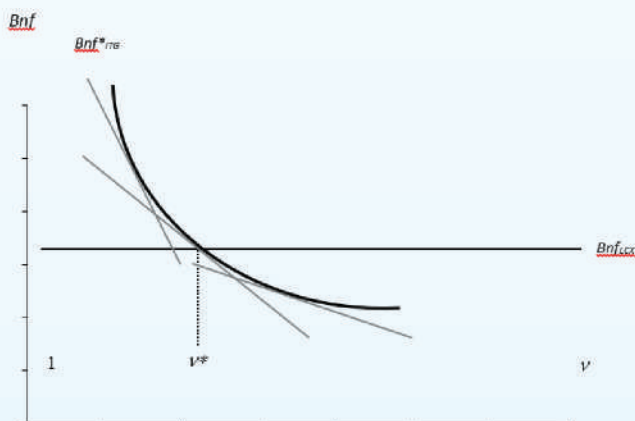
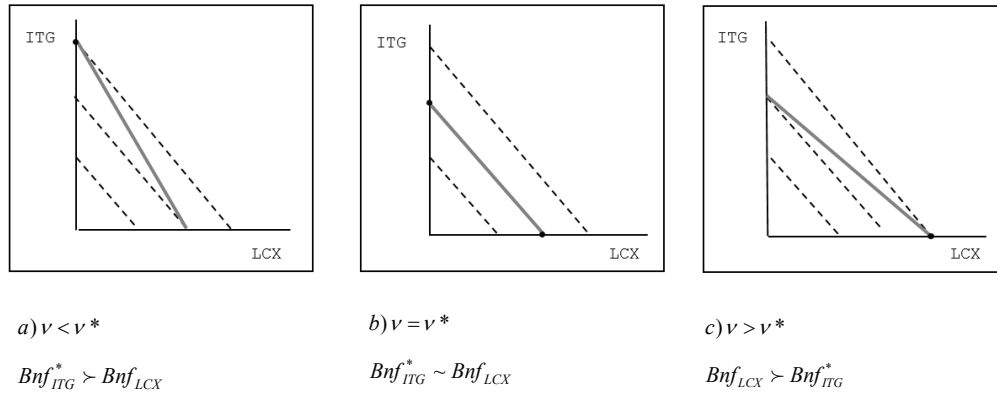


Figura 2 – Benefício percebido da ITG 1000

Figura 3 – Escolha Ótima com restrição em v



Racionalmente, a decisão somente será implementada se, e somente se, $Bnf > Ct$, ressaltando que ambos, necessariamente, não estão restritos apenas à dimensão monetária.

Na presente análise, assume-se que a adoção da ITG 1000 é uma decisão exclusiva e alternativa à adoção do livro-caixa. Tem-se, então, a decisão entre o consumo de dois bens, mutuamente exclusivos: os benefícios líquidos gerados pela ITG 1000 (Bnf_{ITG}) e os benefícios líquidos gerados pelo livro-caixa (Bnf_{LCX}).

Considerando-se que os bens são substitutos perfeitos, a taxa marginal de substituição de um bem pelo outro é constante, indicando um formato linear da curva de indiferença. No caso em questão, a situação de equilíbrio será caracterizada como uma solução de canto, significando que o consumidor consome apenas de um bem (1LCX, 0ITG) ou (0LCX, 1ITG), conforme demonstrado na Figura 1. Assim, racionalmente, a escolha entre um ou outro bem tenderia a ser direcionada pelo seu preço, nesse caso, pelo custo da sua implementação.

Contudo, em ambos os casos, Bnf é indefinido, dada a sua amplitude em função das diferentes percepções dos indivíduos em relação ao benefício a ser obtido com uma ou outra decisão. Porém, no caso do livro-caixa, tem-se, no mínimo, o atendimento de uma obriga-

ção legal, que representa um custo mínimo e inevitável (Ct_{LCX}), pois a falta de escrituração desse livro pode ensejar a exclusão da entidade do Simples Nacional. Assim, a permanência nesse regime representa um benefício direto de Ct_{LCX} .

Já em relação à adoção da ITG 1000, o benefício (em teoria) existe e é superior aos custos envolvidos, no entanto, não está diretamente relacionado às obrigações acessórias do Simples Nacional, mas, sim, apesar da exigência da legislação comercial, ao processo decisório dos donos/gestores das entidades. Entretanto muitos proprietários/gestores não sabem ou não compreendem esse fato, portanto, não enxergam o benefício marginal na decisão de realizar a escrituração contábil e de elaborar as respectivas demonstrações, só enxergando o custo dessa decisão (Ct_{ITG}), o que resulta na situação em que, em outras palavras, Bnf_{LCX} é estritamente preferível a Bnf_{ITG} .

É possível assumir que o Ct_{ITG} é composto por três parcelas distintas: (1) a primeira trata-se de uma porção mais evidente, representativa dos gastos adicionais associados à decisão (ω), como exemplos, o aumento no valor dos honorários a serem pagos ao contador e as taxas pelo registro do livro diário; (2) a segunda parcela advém da não percepção dos benefícios gerados pela adoção da norma (v); e (3) a terceira decorre de fatores não passíveis de identificação

(ϵ), tais como o desejo de menor transparência e de não registrar as operações da entidade.

Assim, tem-se que a relação entre Bnf e Ct , no tocante à decisão de adotar ou não a norma contábil, pode ser expressa da seguinte forma:

$$Bnf_{ITG}^* > C_{LCX} + \omega + \epsilon \quad (1)$$

Em que Bnf_{ITG}^* representa o benefício percebido acerca da ITG, o qual é resul-

“ A minimização de v , por sua vez, depende, teoricamente, da habilidade do profissional de demonstrar os benefícios efetivos gerados pela informação contábil para a tomada de decisão dos proprietários das MEs e EPPs. ”

tado do efeito de V sobre o benefício real (Bnf_{ITG}).

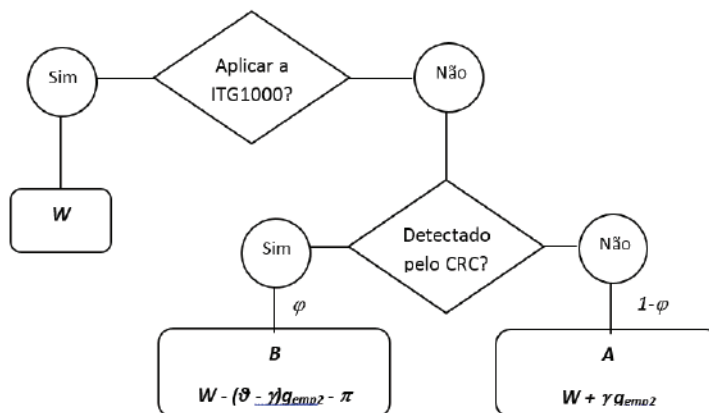
Como, necessariamente, $(Ct_{LCX} + \omega) > 0$ e ε é incerto e não controlável, podendo variar até dominar qualquer nível de Bnf_{ITG} , tem-se v como fator determinante para a decisão, naqueles casos em que ε tende a zero (a entidade funciona regularmente).

A minimização de V , por sua vez, depende, teoricamente, da habilidade do profissional de demonstrar os benefícios efetivos gerados pela informação contábil para a tomada de decisão dos proprietários das MEs e EPPs, habilidade esta que incorpora diversos aspectos, desde o conhecimento da norma contábil até questões éticas. Desse modo, tem-se que, inicialmente, $Bnf_{ITG}^* = f(v)$, em que, invariavelmente, $v \geq 1$, cujo comportamento é demonstrado na Figura 2.

Portanto, tem-se que quanto menor for

“ Na relação entre os profissionais e a fiscalização dos CRC, há assimetria informacional, uma vez que os CRCs não sabem com precisão quais profissionais estão seguindo, ou não, as normas e as interpretações contábeis ”

Figura 4 – Estados de riqueza do profissional



V (maior inclinação da curva Bnf_{ITG}^*), maior será o benefício percebido em relação à ITG. Por outro lado, Bnf_{LCX} mantém-se constante em relação à V . Sob essa ideia, o ponto V^* resulta na indiferença quanto à escolha entre LCX e ITG, pois, nesse ponto, o benefício percebido vinculado a cada uma dessas opções seria o mesmo.

Ao assumir que, necessariamente, Bnf_{ITG} é superior à Bnf_{LCX} e excede os custos da sua implementação, os quais sempre podem ser suportados pela ME/EPP, tem-se que a decisão de adotar a ITG ou o LCX tende a ser direcionada por V .

Bnf_{ITG} e Bnf_{LCX} são substitutos perfeitos e mutuamente exclusivos, de modo que a escolha ótima sempre resultará em um ou outro bem. Nesse caso, não há de se falar em restrição orçamentária, pois ela aqui não existe, uma vez que o orçamento sempre suportará qualquer escolha. Como esta é direcionada por V , tem-se que a restrição que lhe é imposta reside justamente no nível dessa variável, a qual pode ser assim categorizada: (a) $V < V^*$; (b) $V = V^*$ e (c) $V > V^*$.

Assim, a minimização de V necessária à adoção da ITG 1000 será aquela em que essa variável alcance o valor imediatamente inferior à V^* . Dessa forma,

é possível categorizar as ME/EPP em dois grupos: (g_{emp1}) aquelas que já perceberam o benefício da ITG 1000 e, portanto, decidiram adotá-la; e (g_{emp2}) aquelas que ainda não perceberam esse benefício ou não o desejam.

Quanto à g_{emp1} , tem-se, portanto, que $V < V^*$. Além disso, as ME/EPP assim classificadas tendem a manter a sua situação, ou seja, não tomarão a decisão de deixar de usar a ITG. No caso de g_{emp2} , a adoção da ITG 1000 dependerá da conjugação de diversos fatores, por exemplo, da capacidade do profissional de contabilidade minimizar V ; ou da existência de profissionais dispostos a não aplicar a ITG 1000; ou pelo fato de $\varepsilon > 0$, em proporção tal que domine qualquer nível de Bnf_{ITG}^* .

4.2. O Profissional da Contabilidade e o Risco de Detecção (ϕ)

De acordo com Allingham e Sandmo (1972), a evasão tributária afeta a função utilidade do indivíduo, sendo este avesso ao risco, a sua decisão de evadir, ou não, e quanto evadir, em um ambiente de incerteza, possui maior sensibilidade à penalidade imposta para esse comportamento e ao risco da sua detecção pelas autoridades tributárias (probabilidade de ser fiscalizado). Eis o modelo:

$$E[U] = (1 - p)U(W - \theta X) + pU(W - \theta X - \pi(W - X)) \quad (2)$$

em que: $E[\dots]$ – operador de expectativa; U é a utilidade; p é a probabilidade/risco de detecção (de ser fiscalizado); W é a renda real; X é a renda declarada às autoridades tributárias; θ é a alíquota do tributo; e π é a penalidade.

Nessa modelagem teórica, Allingham e Sandmo (1972) demonstraram que quanto maior a probabilidade de detecção (p) e/ou maior a penalidade (π), menor será a utilidade do indivíduo em função da evasão, portanto, maior será a parcela declarada (X). Em suma, o indivíduo decidirá pela evasão se $\theta > p\pi$, na proporção da sua aversão ao risco.

Utilizando-se os pressupostos subjacentes a esse modelo econômico e às suas conclusões, é possível analisar a decisão econômica do profissional de contabilidade relacionada à aplicação, ou não, da norma contábil, no caso a ITG 1000. Se de um lado cabe à ME/EPP a decisão, ou não, de adotar a ITG 1000, por outro lado, cabe ao profissional de contabilidade aceitar, ou não, essa decisão.

De uma maneira geral, é possível classificar esses profissionais em duas categorias: (g_{cont1}) aqueles que, sob qualquer circunstância, aplicarão a ITG 1000 e que estão dispostos a abrir mão das ME/EPP que decidam o contrário; e (g_{cont2}) aqueles que a aplicação ou não dessa norma dependerá do seu nível de aversão ao risco de detecção (ϕ) decorrente da atuação fiscalizatória dos Conselhos Regionais de Contabilidade (CRCs). Sendo assim, tem-se que essa atuação fiscalizatória também pode ser considerada,

via os efeitos de ϕ , um fator importante para aplicação efetiva da ITG 1000.

Na relação entre os profissionais e a fiscalização dos CRCs, há assimetria informacional, uma vez que os CRCs não sabem com precisão quais profissionais estão seguindo ou não as normas e as interpretações contábeis, bem como pelo fato de os profissionais não conhecerem a probabilidade de serem fiscalizados. Assim, tem-se que a não aplicação da ITG 1000 pelos profissionais é uma decisão tomada sob a incerteza.

De um lado, a decisão de aplicar a ITG 1000, naqueles casos em que BnfiTG não seja percebido pela ME/EPP, pode resultar na perda do cliente, afetando assim a utilidade econômica do profissional. De outro, a não aplicação dessa interpretação, se detectada, ensejará penalidades profissionais, que também afetarão negativamente a sua utilidade econômica, além dos efeitos negativos sobre a sua conduta profissional, do ponto de vista ético.

Desse modo, considerando-se apenas os profissionais de g_{cont2} , na situação em que a não aplicação da ITG 1000 foi a decisão, tem-se que a riqueza do profissional (W) será incrementada pela remuneração (γ) adicional proveniente daquelas ME/EPP do gemp2 (γg_{emp2}). Contudo, a uma probabilidade ϕ , a conduta adversa poderá ser detectada, ensejando, assim, uma penalidade, a qual é assumida como composta por uma parcela mínima e fixa (π) e uma parcela vinculada a cada ME/EPP do g_{emp2} detectada (θ), em que $\theta > \gamma$. Sendo assim, a função de uti-

lidade esperada do profissional do g_{cont2} poderá ser assim definida:

$$E[U]_{g_{cont2}} = (1 - \phi)U[W + \gamma g_{emp2}] + \phi U[W - (\theta - \gamma)g_{emp2} - \pi] \quad (3)$$

Assume-se que $U' > 0 > U''$ e que (3) é a utilidade esperada da decisão do profissional que ainda não sofreu nenhuma fiscalização ou se sujeitou a qualquer penalidade ético-disciplinar, ou seja, o profissional não é reincidente. Outrossim, a função não incorpora o efeito das penalidades éticas, na medida em que os possíveis efeitos sobre a riqueza do profissional (W) advindos de uma possível falta de prestígio ou sobre a penalidade esperada, por exemplo, são de difícil mensuração.

Sob (3), os estados da riqueza do profissional, em função da sua decisão, poderão ser assim representados na Figura 4.

Em que $B < W < A$.

A condição de primeira ordem para a obtenção de uma solução interior para o problema do profissional é dada por:

$$\frac{\partial E[U]_{g_{cont2}}}{\partial g_{emp2}} = \gamma(1 - \phi)U'[A] - (\theta - \gamma)\phi U'[B] = 0 \quad (4)$$

Enquanto a condição de segunda ordem que satisfaz a concavidade da função utilidade, dada a aversão ao risco do profissional de contabilidade, é

$$D = \frac{\partial^2 E[U]_{g_{cont2}}}{\partial g_{emp2}^2} < 0 \quad \text{Assim:}$$

$$D = \frac{\partial^2 E[U]_{g_{cont2}}}{\partial g_{emp2}^2} = \gamma^2(1 - \phi)U''[A] + (\theta - \gamma)^2\phi U''[B] < 0 \quad (5)$$



Para que as condições sejam satisfeitas pelos parâmetros da função (ϕ , γ , θ e π), de modo que se obtenha uma solução interior, é preciso avaliar a utilidade esperada em $g_{emp2}=0$ e $g_{emp2}=g_{emp2}^*$ (ponto máximo), que consiste na quantidade ótima g_{emp2}^* que oferecerá a utilidade máxima para o profissional. Assim, em $g_{emp2}=g_{emp2}^*$, tem-se que:

$$\frac{\partial E[U]}{\partial g_{emp2}} \Big|_{g_{emp2}=g_{emp2}^*} = \gamma(1-\phi)U'[W + \gamma g_{emp2}^*] - (\theta - \gamma)\phi U'[W - (\theta - \gamma)g_{emp2}^* - \pi] > 0 \quad (6)$$

Por outro lado, como a utilidade esperada decresce à medida que g_{emp2} diminui, em $g_{emp2}=0$ (valor mínimo possível), verifica-se o menor nível de utilidade esperada para o profissional g_{cont2} . Portanto, é possível assumir que:

$$\frac{\partial E[U]}{\partial g_{emp2}} \Big|_{g_{emp2}=0} = \gamma(1-\phi)U'[W] - (\theta - \gamma)\phi U'[W] < 0 \quad (7)$$

Considerando-se esses dois extremos, é possível expressar as respectivas condições da seguinte maneira:

$$\theta < \gamma \left\{ \phi + [1-\phi] \frac{U'[W + \gamma g_{emp2}^*]}{U'[W - (\theta - \gamma)g_{emp2}^* - \pi]} \right\} \quad (6)$$

$$\theta > \gamma \quad (7)$$

Em (6'), a penalidade esperada, dado que $g_{emp2}=g_{emp2}^*$, tende a ser inferior ao incremento na riqueza do profissional, o que implica a aceitação das MEs/EPPs não dispostas a adotar a ITG 1000 até esse limite. Já a não aceitação dessas MEs/EPPs ($g_{emp2}=0$) dar-se-á caso a penalidade esperada seja superior ao incremento individual de cada MEs/EPP saceita sobre a riqueza do profissional, conforme (7').

Aqui, merece atenção o valor de γ , cuja magnitude poderá resultar no não estabelecimento de (7'), pois, se γ varia a fim de compensar a penalidade esperada [$\phi(\theta g_{emp2} + \pi)$], ele tende a, necessariamente, ser maior que esta. Contudo é importante frisar que a magnitude de γ é limitada pelo mercado. Ademais, como essa remuneração integra Ct_{LCX} , ter-se-á, por exemplo, em uma situação extrema, que o aumento de γ poderia elevar Ct_{LCX} a um nível superior ao do Ct_{ITG} , decorrente de um profissional do g_{cont1} , o que incentivaria a adoção da ITG 1000, mesmo sem qualquer redução em v . Sendo assim, assume-se que γ sempre é limitado ao patamar em que $Ct_{LCX} < Ct_{ITG}$, ou seja, que $\omega > 0$.

4.3 Estática Comparativa

Nesta seção, as respostas de g_{emp2} frente às variações de γ , ϕ , θ e π serão avaliadas individualmente. As premissas aqui

assumidas levam em consideração que o profissional de contabilidade é estritamente avesso ao risco, de modo que $U'' < 0$, e que a sua utilidade decresce à medida que $\phi(\theta g_{emp2} + \pi)$ aumenta. Outrossim, assume-se que o profissional exibe aversão ao risco absoluto decrescente, ou seja, quanto maior a sua renda menor será a sua aversão ao risco.

Diferenciando (4) por γ e introduzindo a medida de aversão ao risco absoluto de Arrow-Pratt (R_A), verifica-se que:

$$\frac{\partial g_{emp2}}{\partial \gamma} = \frac{1}{D} g_{emp2} \gamma (1-\phi) U'(A) [R_A(A) - R_A(B)] - \frac{1}{D} [(1-\phi)U'(A) + \phi U'(B)] \quad (8)$$

Ambos os termos de (8) são invariavelmente positivos, haja vista que o incremento em γ aumenta a riqueza do profissional nos dois estados (detectado ou não) e torna mais lucrativa a aceitação de clientes g_{emp2} . Se for assumido que γ sempre compensará o risco, até o limite de equilíbrio do mercado, tem-se que o seu aumento sempre ocorrerá, implicando assim na não adoção da ITG 1000. Já diferenciando (4) em relação a ϕ , obtém-se:

$$\frac{\partial g_{emp2}}{\partial \phi} = -\frac{1}{D} \{ -\gamma U'[A] - (\theta - \gamma) U'[B] \} \quad (9)$$



Aqui, a derivada é sempre negativa, indicando, dessa forma, que um aumento na probabilidade de detecção reduzirá os casos de não aplicação da ITG 1000. Essa constatação evidencia o efeito do risco sobre a decisão do profissional de contabilidade.

Resolvendo-se a diferenciação de (4) para θ tem-se:

$$\frac{\partial g_{emp2}}{\partial \theta} = -\frac{1}{D} \{g_{emp2}(\theta - \gamma)\varphi U''[B]\} + \frac{1}{D} \varphi U'[B]$$

(10)

No mesmo sentido de (9), ambos os termos são negativos, revelando que o aumento na penalidade sempre resultará na redução dos casos de não aplicação da ITG 1000.

Por fim, diferenciando-se (4) em relação a π :

$$\frac{\partial g_{emp2}}{\partial \pi} = -\frac{1}{D} \{(\theta - \gamma)\varphi U''[B]\} \quad (11)$$

A derivada em (11) também é negativa, o que significa que um aumento na parcela mínima da penalidade também influenciará positivamente na aplicação da ITG 1000. Percebe-se que esse efeito, exclusivamente, tende a ser inferior àquele produzido pela parcela variável. Basicamente, com o incremento marginal em g_{emp2} , a parcela individual de π tende a diminuir, reduzindo também a sua representatividade na penalidade total.

Com base em (8), (9), (10) e (11), em resumo, verifica-se que aumentos isolados em γ contribuem para não aplicação da ITG 1000, ou seja, favorecem a aceitação de empresas do grupo g_{emp2} . Por outro lado, aumentos isolados em φ , θ e π criam um ambiente no qual se espera que ocorra a aplicação da ITG 1000, levando, portanto, à não aceitação de empresas do grupo g_{emp2} . É importante ressaltar que, em sua decisão, o profis-

sional só exerce controle sobre γ , até o limite do mercado, já φ , θ e π são exógenas. Considerando-se essas premissas, serão analisados cenários hipotéticos a fim de avaliar a chance de sucesso da ITG 1000.

4.4. Cenários

No que foi discutido até agora, percebe-se que a adoção da ITG 1000, fundamentalmente, depende: (i) da minimização de v , de modo que $v < v^*$; e (ii) da magnitude de φ , θ e π . Contudo, esta formulação é limitada, em função de não considerar a influência de outras questões sobre a decisão de adotar ou aplicar a ITG 1000, tais como, aquelas relacionadas à ética profissional. De todo modo, a fim de atenuar essa limitação, é possível estabelecer dois cenários: (1) todos os profissionais aplicarão a ITG 1000; e (2) alguns profissionais não aplicarão a ITG 1000.

4.4.1. Cenário 1

Se todos os profissionais, independentemente dos efeitos negativos sobre a sua riqueza, estivessem dispostos, seja por questões éticas ou seja pela exata compreensão dos benefícios da informação contábil, a não prestar serviços para aquelas ME/EPP que não estivessem convencidas dos benefícios da ITG 1000 ou, simplesmente, que decidissem não adotá-la, mas que, entretanto, desejassem garantir a sua permanência no Simples Nacional ($\varepsilon \rightarrow 0$), criar-se-ia um ambiente no qual a decisão, por parte da ME/EPP, quanto à adoção ou não da ITG 1000 seria inócua, haja vista que não haveria profissionais que atuassem somente no cumprimento das obrigações fiscais (livro caixa), portanto, não haveria competição entre eles por tais ME/EPP. Assim, teoricamente, g_{emp2} tenderia a zero.

Nesse cenário, aparentemente, a importância de v mostra-se reduzida. Entretanto o atendimento da finalidade da informação contábil consiste na com-

preensão dos seus benefícios, de modo que a minimização de v ainda representaria uma ação a ser desenvolvida pelo profissional da contabilidade.

4.4.2. Cenário 2

Trata-se de um cenário mais realista. Nele, assume-se a existência de pro-

“ Nesse cenário, aparentemente, a importância de v mostra-se reduzida. Entretanto o atendimento da finalidade da informação contábil consiste na compreensão dos seus benefícios, de modo que a minimização de v ainda representaria uma ação a ser desenvolvida pelo profissional da contabilidade ”



fissionais (g_{cont2}) cuja observância à ITG 1000 dependerá da sua percepção de risco relacionada à ação fiscalizatória do conselho de classe e à penalidade a ser imposta.

A assimetria informacional existente entre a atuação desse profissional e a ação fiscalizatória do órgão de classe pode contribuir para o aumento do número de profissionais que não respeitam as determinações normativas técnico-profissionais, propiciando assim um ambiente favorável à seleção adversa, no sentido proposto por Akerlof (1970). Em outras palavras, aquelas MEs/EPPs que não desejassem adotar a ITG 1000 (g_{emp2}) buscariam esses profissionais e sempre os encontrariam.

A utilidade do profissional da contabilidade que é gerada pela não aplicação da norma (manutenção de clientes do g_{emp2} , menor custo de atuação, etc.) é afetada pelos níveis de φ e de $\theta_{gemp2\pi}$. Assim, por ser avesso ao risco, a decisão do profissional de aplicar, ou não, a ITG 1000 dependeria da penalidade esperada [$\phi(\theta_{gemp2+\pi})$, expectativa, em boa medida, determinada pela atuação fiscalizatória do órgão de classe.

Considerando-se (6'), g_{emp2} tende ao máximo (g_{emp2}^*) à medida que $\varphi\theta$ diminui. Frise-se que uma baixa $\varphi\theta$ não oferece incentivos para a minimização de v , evitando assim incrementos em Bnf_{ITG}^* , de modo a criar um ambiente desfavorável para uma futura aplicação da ITG 1000. Tem-se aqui uma situação em que seria possível alcançar o nível mais elevado de seleção adversa.

Já (7') evidencia que g_{emp2} tende a zero

“ Conciliar a simplificação da contabilidade e a utilidade da informação que será produzida representa um desafio complexo, sobretudo em um ambiente no qual essa informação é vista pelos usuários como um encargo de natureza governamental.”

caso $\varphi\theta$ seja maior do que a remuneração recebida (γ) na proporção do incremento da utilidade da primeira unidade de g_{emp2} . Isso implica a migração do profissional em g_{cont2} para g_{cont1} , assumindo que ele continuaria exercendo suas atividades. Como os profissionais possuem diferentes níveis de aversão ao risco, provavelmente, $g_{emp2} > 0$ quando $\varphi < 1$, o que também resultaria em um cenário de seleção adversa.

Por outro lado, havendo o aumento de $\varphi\theta$ para todos os profissionais, ou para

aqueles remanescentes em g_{emp2} , ter-se-ia um cenário próximo ao ideal, em que $g_{cont2} = 0$ e ter-se-ia a adoção da ITG 1000 por todas as ME/EPP ($\varphi 0$). Contudo o aumento de $\varphi\theta$ nessas condições, é de difícil operacionalização, de modo que sempre $g_{emp2} > 0$.

Dado esse cenário, tem-se que o número de entidades que, provavelmente, iria adotar a ITG 1000 pode ser definido, teoricamente, em função de v e de $\varphi\theta$. Contudo a minimização de v , e consequentemente o aumento de Bnf_{ITG}^* depende, em parte, dos efeitos da decisão do profissional de contabilidade acerca da aplicação da ITG 1000 sobre a sua utilidade, os quais, principalmente, são decorrentes do nível de $\varphi\theta$. Assim, é possível assumir que $v f(EU_{g_{cont2}, \mu})$, sendo μ os demais fatores que também concorrem para a minimização de v por exemplo, a capacitação do profissional.

Conclusões

Conciliar a simplificação da contabilidade e a utilidade da informação que será produzida representa um desafio complexo, sobretudo em um ambiente no qual essa informação é vista pelos usuários como um encargo de natureza governamental.

Sob uma perspectiva racional, neste ensaio, foram desenvolvidas algumas reflexões acerca da adoção da ITG 1000. Entre os fatores analisados, dois ganham destaque: a atuação do profissional contábil e a ação fiscalizatória do órgão de classe.

Percebe-se que o sucesso na adoção da ITG 1000 pode ser alcançado com a



conscientização dos segmentos envolvidos (entidades e profissionais) e com a inibição e a punição de condutas adversas. Trata-se de uma conclusão, em certa medida, óbvia, no entanto um aspecto que surge nessas reflexões é que a adoção da ITG 1000, em um sentido macro, aparentemente, depende muito mais de ações da classe contábil do que propriamente de uma decisão das MEs/EPPs.

Sendo assim, dado o expressivo número de ME/EPP e a sua importância na economia nacional, é possível considerar que, entre os inúmeros desafios enfrentados pela profissão contábil no Brasil, um dos maiores ainda é demonstrar a utilidade da informação contábil para os proprietários/gestores das MEs/EPPs.

As reflexões aqui compartilhadas, no entanto, devem ser ponderadas dada a simplificação que foi imposta à avaliação das decisões, bem como à configuração dos cenários. Há outros fatores, sobretudo éticos, que permeiam de modo particular cada uma das escolhas e podem exercer influência significativa.

Outra deficiência deste ensaio é quanto ao limitado desenvolvimento matemático das relações propostas, o que tende a fragilizar alguns pontos abordados. Contudo não se pretendeu aqui esgotar o assunto, mas, sim, apresentar reflexões.

O tema é instigante e de interesse da classe contábil brasileira, e acredita-se

que a discussão que apresentada oferece direcionamentos iniciais para estudos futuros.

Referências

AKERLOF, G. A. The Market for “Lemons”: Quality Uncertainty and the Market Mechanism. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 84, issue 3, p. 488 – 500, 1970.

ALLEE, K. D.; YOHN, T. L. The demand for financial statement in an unregulated environment: an examination of the production and use of financial statements by privately held small businesses. *The Accounting Review*, v. 84. n. 1, p. 1-25, 2009.

ALLINGHAM, M, G.; SANDMON, A. Income Tax Evasion: A theoretical analysis. *Journal of Public Economics*, v. 1, p. 323 – 338, 1972.

ANJOS, L. C. M. et al. Uso da contabilidade para obtenção de financiamento pelas micro e pequenas empresas: um estudo a partir da percepção dos gestores. *Revista Universo Contábil*. v. 8, p. 86-104, 2012.

BECK, T.; KUNT, A. D. Small and medium-size enterprises: access to finance as a growth constraint. *Journal of Banking & Finance*, v. 30, p. 2931-2943. 2006.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República, Brasília, DF, 1988. Disponível

em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 07 ago 2013.

_____. Lei Complementar n. 123, de 14 de dezembro de 2006. Presidência da República, Brasília, DF, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp123.htm>. Acesso em: 07 ago 2013.

CANECA, R. L. et al. A influência de oferta de contabilidade gerencial na percepção da qualidade dos serviços contábeis prestados aos gestores de micro, pequenas e médias empresas. *Pensar Contábil*. v. XI, p. 35-44, 2009.

CASSAR, G.; HOLMES, S. Capital structure and financing of SMEs: Australian evidence. *Accounting and Finance*, v. 43. p. 123-147, 2003.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Resolução CFC nº 1.418, de 5 de dezembro de 2012. Aprova a ITG 2000 – Modelo Contábil para a Microempresa e Empresa de Pequeno Porte.

FARIA, C. T. A.; SILVA, D. M. A adoção do CPC PME – contabilidade para pequenas e médias empresas. *Revista de Contabilidade da UFBA*, v. 8, n. 3, p. 75-91, set-dez. 2014.

HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDa, M. Teoria da contabilidade. São Paulo: Atlas, 1999.

HUSSAIN, J.; MILLMAN, C.; MATLAY, H. SME financing in the UK and China: a



comparative perspective. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, v. 13, n. 4, p. 584-589, 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. As micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil – 2001. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

_____. Estatísticas do Cadastro Central de Empresas 2011. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

IUDÍCIBUS, S. Teoria da contabilidade. 10 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

KLEIN JUNIOR, G. R.; SOUZA, A. R. L. Adequação das novas normativas contábeis de controle patrimonial à prática das pequenas e médias empresas. *Pensar Contábil*, v. 15, n. 56, p. 22-28, jan-abr. 2013.

LOPES, A. B.; MARTINS, E. Teoria da Contabilidade: Uma Nova Abordagem. São Paulo: Atlas, 2005.

LUCENA, W. G. L. Uma contribuição ao estudo das informações contábeis geradas pelas micro e pequenas empresas localizadas na cidade de Toritama no agreste pernambucano. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal de Pernambuco, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Recife, 2004.

MIRANDA, L. C. et al. Demanda por serviços contábeis pelos mercadinhos: são os contadores necessários? *Contabilidade Vista & Revista*. v. 19, p. 131-151, 2008.

NIYAMA, J. K. Contabilidade Internacional. 2ed. São Paulo: Atlas, 2010.

OLEIRO, W. N.; DAMEDA, A. N.; VICTOR, F. G. O uso da informação contábil na gestão das micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG. *Sinergia*, v. 11, n. 1, p. 37-47, 2007.

PEDROZA, J. K. B. R. IFRS para PMES: uma investigação quanto ao nível de compreensão de contadores amparada na Teoria de Resposta ao Item. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2013.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa 2012. São Paulo: Dieese, 2012.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. A Evolução das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte 2009 a 2012 – Brasil. Séries Estudos e Pesquisas. 2014.

SILVA, M. S. Utilidade da Informação Contábil para Tomada de Decisão: Um estudo sobre a percepção dos gestores de micro e pequenas empresas da Grande João Pessoa. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis) – Programa Multi-institucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis da Universidade de Brasília, Universidade Federal da Paraíba e Universidade Federal do Rio Grande do Norte, João Pessoa, 2010.

SOUZA, R. G. Aplicação IFRS para pequenas e médias empresas. Dissertação (Mestrado em Ciências Contábeis), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

STROEHER, A. M.; FREITAS, H. O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas. *Revista de Administração Eletrônica – USP*, v.1, n. 1, art. 7, p. 1-25, 2008

UEDO, R. B.; CASA NOVA, S. P. Um estudo sobre a percepção do micro e pequeno empresário sobre a importância da contabilidade no processo de tomada de decisão. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO, 9., São Paulo, 2006. Anais eletrônicos... Disponível em: < http://www.ead.fea.usp.br/Semead/9semead/resultado_semead/

trabalhosPDF/377.pdf >. Acesso em: 08 ago. 2013.



Luiz Carlos Marques dos Anjos - Doutor em Ciências Contábeis e professor na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).



Mateus Alexandre Costa dos Santos é doutor em Ciências Contábeis e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).



Paulo Roberto Nóbrega Cavalcante - Doutor em Controladoria e Contabilidade e professor da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

Paulo Viana Nunes

A Academia Brasileira de Ciências Contábeis apresenta, nessa seção, o currículo dos acadêmicos que fazem parte da história da Abracicon. Conheça o currículo do Paulo Viana Nunes

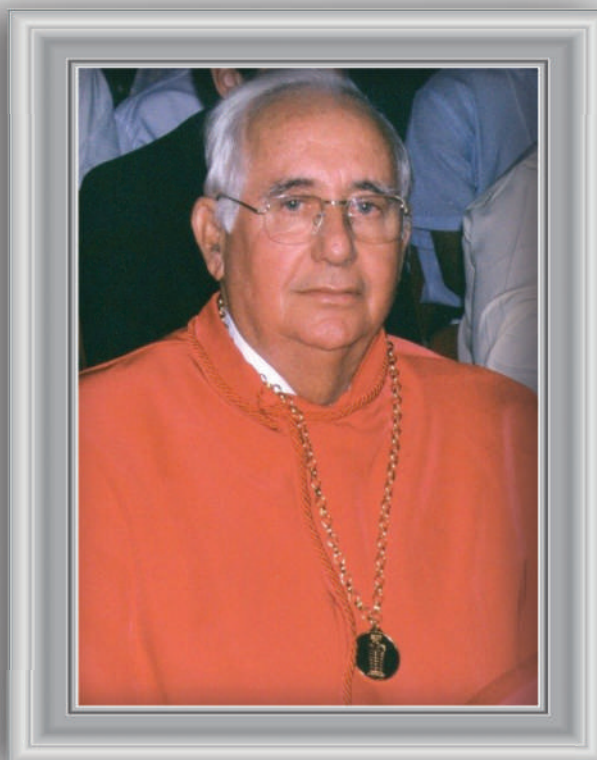
1 Situação Atual

- Conselheiro efetivo do Conselho Regional de Contabilidade do Rio Grande do Norte;
- Superintendente da Câmara Municipal de Natal/RN (Aposentado);
- Membro efetivo da Academia Brasileira de Ciências Contábeis;
- Membro efetivo da Academia Norterio-grandense de Ciências Contábeis;

2 Informações Profissionais

- Contabilista – Registro Profissional RN 000753/O-9 (Ativo);
- Ex-funcionário da empresa Nóbrega & Dantas S/A;
- Ex-funcionário do 3º Batalhão de Engenharia e Construção;
- Ex-funcionário da Prefeitura Municipal do Natal;
- Ex-funcionário da Empresa Cook & Cia.;
- Ex-Secretário Geral da Junta Comercial do Rio Grande do Norte;
- Ex-vogal da JUCERN;
- Ex-conselheiro do CFC, por 4 (quatro) mandatos
- Ex-membro do Conselho Curador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN (Por indicação do Sindicato dos Contabilistas), tendo exercido inclusive algumas funções;
- Ex-presidente do Conselho do Curador da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN;
- Sócio do Sindicato dos Contabilistas do Rio Grande de Norte, tendo sido vice-presidente por 2 (dois) mandatos;

OBS: Todos os cargos ou funções ocupadas sempre foram voltados para a Contabilidade.



2 Alguns Cursos e Seminários Profissionalizantes

- Curso Superior de Administração Municipal - Fundação Prefeito Faria Lima – São Paulo;
- Curso de Orçamento Programa à Nível Municipal - UNESCO – Rio de Janeiro;
- Curso de Contabilidade Superior à Nível Municipal - Instituto Brasileiro de Administração Municipal (IBAM) – Rio de Janeiro;
- Curso de Administração de Material - Universidade Federal do Rio Grande do Norte – Natal/RN;
- Curso de aperfeiçoamento contábil - Tribunal de Contas da União – Brasília/DF;
- Curso de Administração e Técnica Legislativa - Congresso Nacional – Brasília/DF;
- Seminário de Direito Comercial - Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC – Brasília/DF;
- Curso de Interpretação de Direito Comercial - Escola Nacional de Administração Pública – ENAP – Brasília/DF;
- Na qualidade de Conselheiro do Conselho Federal de Contabilidade participou de vários cursos, seminários nacionais e internacionais, como ainda, no CFC, tomou parte em várias comissões e ministrou inúmeras palestras.



PERFIL

Márcia Martins Mendes De Luca

Natural de Fortaleza, capital do estado do Ceará, conhecida como a "Terra do Sol", Márcia Martins Mendes De Luca passou a infância no bairro da Parquelândia, onde ainda era possível sair para brincar na rua sem preocupações.

Do Colégio Juvenal de Carvalho, das irmãs salesianas, vieram os primeiros ensinamentos. Depois passou pelo Colégio Santa Cecília, vinculado ao Instituto das Damas da Instrução Cristã, seguido do Colégio Santo Inácio, da Rede Jesuíta de Educação, onde finalizou o que hoje representa o Ensino Médio.

O entusiasmo com que seus pais contadores, José Maria Martins Mendes e Ana Amélia Martins Mendes, exerciam suas atividades profissionais, facilitou a decisão de ingressar no curso de Ciências Contábeis. A Universidade de Fortaleza (UNIFOR) foi a sua primeira casa acadêmica, em 1981. Ao longo da realização do curso de Ciências Contábeis, no período noturno, teve a oportunidade de trabalhar tanto na área financeira (Organização das Cooperativas do Estado do Ceará), como na área contábil (empresas

do Grupo J. Macedo: distribuidora, revendedora de veículos e moinho).

Em 1986, incentivada pelo contador gaúcho Arthur Nardon Filho, *in memoriam*, estava a caminho de São Paulo, para a segunda casa acadêmica (início do mestrado em Controladoria e Contabilidade na Universidade de São Paulo). Em 1988 foi aprovada em concurso para professor

“É maravilhoso poder contribuir para a formação de profissionais da Contabilidade e para o desenvolvimento da pesquisa e produção de novos conhecimentos para a área. ”

auxiliar do Departamento de Contabilidade da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEAC) da USP.

Aquela época foi de muito estudo, contando sempre com o apoio da família, em especial, do seu irmão e cunhada, Ricardo e Edileida, que a abrigaram em São Paulo. O doutorado em Controladoria e Contabilidade, concluído em 1996, foi uma consequência da trajetória acadêmica que se desenhava naquele período. Vale ressaltar que os trabalhos realizados no Departamento de Contabilidade da USP se estenderam às atividades de pesquisa e de gestão na Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras, no período de 1990 a 1995. Os títulos de Mestrado e Doutorado foram a realização de um sonho, mas tão importantes quanto eles foram as amizades conquistadas na USP. Destaco, em nome de todos os colegas e professores que deveriam aqui ser mencionados (impossível dado o espaço da revista), o colega de turma, amigo e parceiro de estudos, João Domiraci Paccez, e o professor Eliseu Martins, a quem devo gratidão, respeito e muita admiração.



No período de 1994 a 2002, residindo no Rio de Janeiro, retornou às atividades do mercado de trabalho. O contador Manuel Domingues, a quem também deve especial agradecimento, confiou-lhe trabalhos de relevância estratégica de uma das maiores empresas de serviços contábeis do país, por ele liderada: a Domingues e Pinho Contadores. Naquela ocasião, as experiências profissionais em áreas como a de Contabilidade, de Recursos Humanos e de Gestão Empresarial, foram fundamentais para a sua formação. Muitas outras pessoas queridas tiveram importância na sua trajetória profissional e pessoal na cidade carioca, e ocupam lugar privilegiado em meu coração.

O retorno para a cidade natal, Fortaleza, ocorreu em 2002, quando assumiu parte das atividades da empresa de consultoria de seu pai, a M&M Auditoria e Consultoria, até a aprovação em concurso para o cargo de professor na Universidade Federal do Ceará (UFC). Desde 2004, atua na UFC, tanto na graduação quanto na pós-graduação, e as atividades de ensino e pesquisa fazem parte de um cotidiano de muito trabalho.

Para Marcia Martins, é maravilhoso poder contribuir para a formação de profissionais da Contabilidade e para o desenvolvimento da pesquisa e produção de novos conhecimentos para a área. "Além da Universidade, tive a oportunidade de participar de comissões em vários órgãos (INEP, CFC, AIC, ANPCONT e outros), que me deram a chance de conhecer me-

“ Quero continuar aprendendo, ensinando e colaborando para o avanço da Ciência Contábil, essencial para o crescimento das empresas e do mercado brasileiro. ”

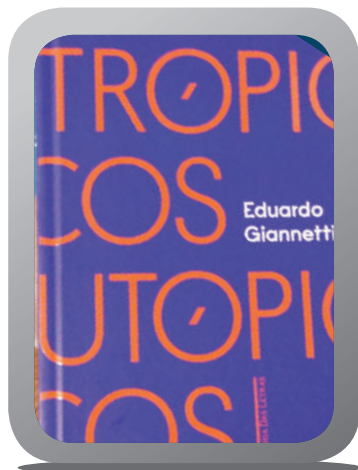
lhor as demandas e, principalmente, de buscar novos rumos para a Contabilidade”, declarou.

Atualmente, ela participa da Comissão do CFC para Análise de Processos de Cursos de Ciências Contábeis no MEC e da Coordenação Adjunta da área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da Capes/MEC. “Com todos esses desafios, quero continuar aprendendo, ensinando e colaborando para o avanço da ciência contábil, essencial para o crescimento das empresas e do mercado brasileiro”, concluiu.

Márcia Martins Mendes De Luca é doutora em Contabilidade e Controladoria e graduada em Ciências Contábeis. Autora de livro e de artigos científicos publicados em anais de congressos e revistas especializadas, com arbitragem, na área de Administração e Contabilidade. Atualmente é professora da UFC; membro do Comitê Científico de diversas associações acadêmicas; do Conselho Editorial de periódicos e revisora de artigos para revistas e congressos; da Comissão de Análise de Processos de Cursos de Ciências Contábeis no MEC, do CFC. Coordenadora adjunta da Área de Administração, Ciências Contábeis e Turismo da CAPES, e da fundação do Ministério da Educação, até 2017.



Editor: Professor Doutor José Antonio de França é Contador, auditor independente e economista. Doutor em Ciências Contábeis: professor adjunto do Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Universidade de Brasília – UnB.



Tropicócos Utopiócos

Editor: Companhia das Letras

Ano: 2016

Autor: Eduardo Giannetti

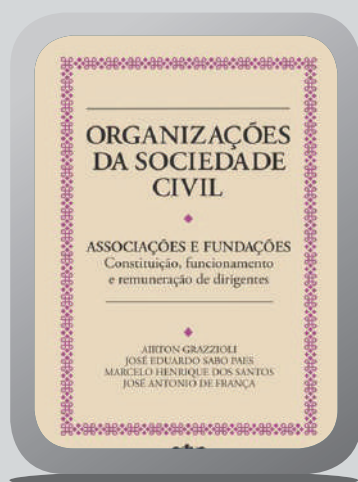
Tropicócos Utopiócos é uma obra dividida em 124 seções distribuídas em quatro partes, e ainda que não seja uma obra dirigida para o estudo ou aprendizagem em Contabilidade, é uma leitura recomendável para contadores, pela multiplicidade de contextos que se relacionam com o saber contábil. É uma obra instigante pela mistura de literatura, conto, história, aspectos de economia, ciência e tecnologia. As três primeiras partes abordam o que o autor denomina de ídolos da modernidade: ciência, tecnologia e crescimento econômico. A quarta parte parece mergulhar mais no que é utópico como a discussão da crise civilizatória.

Os primeiros parágrafos da segunda parte nos convidam a refletir sobre os conceitos e efeitos de ciência e mercado e como esses conceitos e efeitos podem se relacionar, tangenciando o

renascimento e as revoluções científica e industrial, que podemos entender como as motivações que impulsionam o desenvolvimento das práticas contábeis na produção de informação para a tomada de decisão, mas essa conclusão não é do autor e sim deste editor. Ao descrever a diferença entre valor e preço, que são terminologias do vocabulário do operador da contabilidade, o autor traz uma linguagem de romance para compará-la com a diferença entre o cínico e o sentimental e declara que a resposta é a de Oscar Wilde que declara: "o cínico é aquele que sabe o preço de tudo, mas não conhece o valor de nada; o sentimental vê um absurdo valor em tudo, mas não sabe o preço de nada".

Ainda na segunda parte encontra-se uma discussão sobre a falha capital do mercado. Nesse parágrafo o autor aborda aspectos de custo de produção, como capital, trabalho e insumos, em um contexto de estímulo à inovação e geração de riqueza. É um enredo que se relaciona com a contabilidade porque discute preço de mercado, custos, despesas e troca que são terminologias do mister do Contador.

Por fim, as terceira e quarta partes ficam para a análise do leitor à medida que possam se identificar ou se interessar com retrospectos da história, economia, religião entre outros.



Organizações da Sociedade Civil

Editora: Educ

Ano: 2016

Autor: Airton Grazioli e outros

Organizações da Sociedade Civil é uma obra que chega ao mercado com credenciais para conduzir a discussão sobre entidades sem finalidade de lucro. Distribuída em seis capítulos traz relevantes contribuições para a compreensão e entendimento do funcionamento contemporâneo dessas entidades. Comumente conhecidas como Entidades do Terceiro Setor ou às vezes como Entidades de Interesse Social são constituídas sob as formas de associação, fundação, entidade religiosa, podendo ser reconhecidas como organizações sociais, organização da sociedade civil de interesse público entre outras.

Nos seis capítulos da obra os autores trabalham conceitos, características, fundamentos jurídicos, reconhecimento político e uma ênfase especial nas formas de remuneração de dirigentes e nos regimes contábeis para reconhecimento de transações econômicas. No capítulo das formas de

remuneração no âmbito do terceiro setor os autores enfatizam a não remuneração do trabalho voluntário e a remuneração de dirigentes com respeito a isenção e imunidade tributárias. No capítulo que trata dos regimes contábeis são discutidos com propriedade os regimes de caixa e de competência, bem como os respectivos efeitos na qualidade da informação contábil, com exemplos e modelos de mensuração, formas de reconhecimento das transações e o impacto na informação produzida. Esse impacto se reflete no poder preditivo da informação contida nas demonstrações contábeis e ainda na qualidade da prestação de contas.

Por fim, são contextualizados relevantes esclarecimentos sobre a operacionalização da remuneração de dirigentes, no âmbito das leis 13.019/14 e 13.151/15 entre outras, que no conjunto recomendam o uso da obra, principalmente, pelos profissionais que atuam no segmento das entidades sem finalidade de lucro.



XI Encontro Nacional da

Mulher
CONTABILISTA



XVI Convenção de
Contabilidade do
Rio Grande do Sul

Lema

Compartilhando experiências,
unindo competências.

Dois eventos em um

13 a 15/9/2017 • **GRAMADO (RS)**

O coração da Serra Gaúcha espera por você para viver
todos os seus encantos em 2017!

Inscriva-se

www.cfc.org.br/evento | Informações: (61) 3314-9501

Realização:



Organização:



Apoio:



Sistema
CFC/CRCs



ABRAÇO

A ÉTICA, A CIÊNCIA, A TÉCNICA, O ZELO, A PRECISÃO, A EFICIÊNCIA, A QUALIDADE, A INOVAÇÃO, O DESENVOLVIMENTO, O PENSAMENTO, OS PROCESSOS, OS RESULTADOS, A TECNOLOGIA, A EVOLUÇÃO, O SABER, O SER, O DESCOBRIR, A INICIATIVA, O PROGRESSO, O NOVO, O BRASIL, O GLOBAL, O SOCIAL, O MEIO AMBIENTE, O EMPREENDEDORISMO, A TEORIA, A PRÁTICA, O INDIVÍDUO, A EQUIPE, O ONTEM, HOJE E AMANHÃ, A RESPONSABILIDADE, A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO,

A CONTABILIDADE.

Um abraço não consiste só no entrelaço entre duas ou mais pessoas. Também abraçamos causas, ideologias, crenças e o que nós somos. Abraçamos a nós mesmos e isso começa com o que escolhemos para o nosso futuro. Se você é tão apaixonado pela Contabilidade como nós, não fique de fora desse abraço. A ABRACICON oferece produtos personalizados para que você possa mostrar o seu orgulho pela profissão que abraça todos os dias. Para mais informações, acesse o site www.abracicon.org.br.

